



RELATÓRIO E CONTAS 2024





10/10 AD
H



Índice

Mensagem do Conselho de Administração	4
2024 EM DESTAQUE	7
A empresa	10
Quem Somos.....	12
Organização	21
O grupo Águas de Portugal	34
O Negócio	44
Atividade Operacional	69
Risco e Controlo.....	89
Desempenho Económico-Financeiro	94
Desempenho e Eficiência Operacional	98
Eventos Relevantes Subsequentes	103
Perspetivas Futuras	103
Considerações Finais.....	105
Proposta de Aplicação de Resultados.....	106
ANEXO I - Cumprimento das Orientações Legais.....	107
Apêndice 1	127
Apêndice 2	131
ANEXO II – Contas do Exercício de 2023.....	132
ANEXO III - Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	186
ANEXO IV - Certificação Legal de Contas	187

11/20



AD
A/1/5

“SOMOS UM PARCEIRO DE REFERÊNCIA”

CARLA CORREIA, ANTÓNIO VENTURA E ANDREW DONNELLY
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AdP INTERNACIONAL

Num mundo onde muitos acreditam que os grandes desafios no acesso à água e ao saneamento já foram ultrapassados, a realidade mostra-nos exatamente o contrário: persistem desigualdades profundas e o desinvestimento crescente neste setor é um sinal preocupante de esquecimento das prioridades fundamentais.

Ainda hoje, cerca de 2 mil milhões de pessoas vivem sem acesso a água potável. Este número deveria inquietar-nos a todos. O que para nós é um gesto quotidiano e quase automático, como abrir uma torneira, tomar banho, ou beber um copo de água, continua a ser, para milhões, uma questão de sobrevivência. Além disso, para cerca de 500 milhões de pessoas, a falta de saneamento básico é uma realidade diária. Não estamos a falar de saneamento moderno. Estamos a falar de um problema que se coloca muito antes disso: de condições mínimas de saúde, segurança e dignidade.

Neste contexto, o papel da AdP Internacional nunca foi tão importante. Ao longo do último ano, levámos a experiência consolidada do Grupo AdP a países e sociedades que enfrentam desafios estruturais no acesso à água e ao saneamento. Fomos mais do que um parceiro técnico, fomos um parceiro de referência, que trabalhou para construir sociedades mais sustentáveis, resilientes e inclusivas. Estivemos no terreno com soluções adaptadas, com projetos sustentáveis e com equipas prontas a partilhar todo o seu conhecimento.

Mas este trabalho não é apenas relevante para quem dele beneficia diretamente. É também transformador para os profissionais do grupo. Ao levarem os seus conhecimentos a outros contextos, ganham um novo sentido de missão. Sentem-se valorizados, reconhecidos e percebem, de forma muito concreta, o impacto do seu conhecimento. A experiência internacional enriquece quem a vive, pessoal e profissionalmente, e reforça o valor humano e técnico do Grupo AdP.

Este foi um ano de reforço do nosso compromisso com a cooperação e com a promoção de soluções para problemas básicos que, infelizmente, continuam a marcar milhões de vidas. Foi um ano em que consolidámos parcerias, aprofundámos a nossa presença internacional e, acima de tudo, mantivemos viva a nossa missão: levar água potável e condições de vida dignas para quem ainda não tem essa possibilidade.

Em 2024, a instabilidade geopolítica global impactou o setor de abastecimento de água e saneamento, tornando o mercado mais restritivo e imprevisível. Conflitos como a guerra na Ucrânia e tensões no Médio Oriente afetaram cadeias de abastecimento e reduziram oportunidades para a AdP Internacional, devido à diminuição de financiamentos e adiamento de projetos.

Diante desse cenário desafiador, a AdP Internacional procurou diversificar mercados, tendo-se destacado a Indonésia como uma alternativa promissora.

Estivemos presentes no 10.º Fórum Mundial da Água, em Bali, que marcou um momento importante de afirmação do nosso papel no debate global sobre o futuro da água. Neste contexto, foi assinado um acordo de colaboração com o Governo da Indonésia, com o objetivo de identificar as necessidades políticas, institucionais e regulatórias para a transformação do setor da água e de saneamento no país, na sequência do qual celebramos o *“Contrato de Serviços de Consultoria para a Transformação Institucional do Abastecimento de Água na Indonésia”*. A execução deste contrato, que se encontra alinhado com a estratégia *“Towards a 2045 Indonesia Emas”*, contribui para a concretização desta estratégia, nomeadamente, o acesso a um abastecimento de água seguro, que traduz uma necessidade fundamental das comunidades e estabelece a disponibilidade de água como um fator crucial para o bem-estar da população, influenciando a saúde pública e aumentando a produtividade comunitária.

A execução deste contrato visou apoiar o Governo da Indonésia no desenvolvimento de políticas eficazes e na melhoria dos serviços de abastecimento de água, com vista ao acesso universal à água potável, por

meio de uma reestruturação da governança e de uma gestão integrada da água. A província de Bali foi a área de estudo piloto para implementação desta transformação, que inclui a criação de um roteiro para a evolução do setor, abordando desde a revisão de políticas e regulamentos até a reformulação das estruturas tarifárias e de financiamento.

As várias missões realizadas em Bali ao longo do ano permitiram aprofundar este trabalho e reforçar as relações institucionais com os principais atores locais, contribuindo para o desenvolvimento de soluções sustentáveis e integradas.

Marcámos, ainda, presença no Quinto Fórum da Água do Mediterrâneo, em Tunes, realizámos projetos de cooperação com delegações da Costa do Marfim, no âmbito de um projeto de cooperação que visa fortalecer as capacidades do setor da água e saneamento no país, continuámos a parceria com a AYSA, a maior empresa pública de água e saneamento da Argentina, com o objetivo de promover a partilha de conhecimento técnico e institucional entre os dois países e ao longo do ano ocorreram diversas colaborações com o Banco Mundial, nomeadamente na Índia, Indonésia e Paquistão, bem como no âmbito do projeto multinacional WICER - Water in Circular Economy and Resilience organizamos o 2º. Workshop em Portugal com a presença de representantes de vários países.

Estas iniciativas refletem a missão da AdP Internacional de levar a experiência portuguesa a contextos onde ainda persistem desafios estruturais no acesso a serviços essenciais.

Cada projeto, parceria ou missão representa uma oportunidade de contribuir para sociedades mais sustentáveis e desenvolvidas. Em 2024, reafirmámos essa ambição, conscientes de que o acesso à água e ao saneamento é, ainda hoje, um desafio global e que o nosso trabalho pode, efetivamente, melhorar vidas e criar um futuro mais justo, sustentável e digno para todos.



AD
\$ 12

2024 EM DESTAQUE

FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

FEVEREIRO

- A AdP Internacional participou no **5º Fórum da Água do Mediterrâneo**, em Tunes. A Presidente e o Vice-Presidente reuniram-se com a Société Nationale d'Exploitation et de Distribution des Eaux para futuras colaborações.
- Início de dois projetos com a **Autoridade Reguladora de Águas de Moçambique**, focados na melhoria da regulação do setor.
- Apresentação da experiência portuguesa no setor das águas ao **Senhor Ministro das Obras Públicas da Indonésia**, que após a visita à Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra, nos convidou a estar presente no 10th World Water Forum.

MARÇO

- Apresentação do **Plano Diretor de Abastecimento de Água ao Lubango**, em Huila, Angola, com presença de entidades reguladoras e locais.

MAIO

- No âmbito do programa "**Utilities of the Future**", do Banco Mundial, decorreu a **ação de formação para técnicos da empresa de água e saneamento de Karachi, do Paquistão**.
- Acompanhamos a visita às instalações de algumas empresas do grupo de uma Delegação do Malawi com vista à partilha de experiências.

JUNHO

- Participação no **10º Fórum Mundial da Água**, em Bali, Indonésia, a convite do Governo indonésio, apresentando a **reforma institucional do setor em Portugal nos últimos 30 anos** como contributo para alcançar a meta "*Indonésia Golden 2045*".
- Assinatura de um **Acordo de Colaboração entre Ministério das Obras Públicas da Indonésia, a AdP Internacional, o Banco Mundial e a Associação de Serviços Públicos de Água da Indonésia**, reforçando o compromisso em identificar as necessidades políticas, institucionais e regulatórias para a transformação do setor da água e saneamento na Indonésia.

AGOSTO

- Assinatura do "**Contrato de Serviços de Consultoria para a Transformação Institucional do Abastecimento de Água na Indonésia**" entre o Governo da Indonésia, representado pelo Ministério das Obras Públicas e a AdP Internacional, na sequência do Acordo assinado no 10º WWF em Bali.

SETEMBRO

- **Workshop de arranque do projeto "Transformação Institucional do Setor da Água na Indonésia"**, incluindo visitas técnicas e reuniões com entidades locais.

OUTUBRO

- **Segunda missão do projeto "Transformação Institucional do Abastecimento de Água na Província de Bali"**, com reuniões em Jacarta com todos os stakeholders como o Ministério do Planeamento e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- A AdP Internacional foi convidada pelo Banco Mundial a integrar o projeto "**Promoting Sustainable Water Supply, Sewage Treatment and Solid Waste Management Projects and Services for 100 Large Cities through Bankable Projects**", organizado por este pelo Banco Asiático de Desenvolvimento e Ministérios de Economic Affairs e Housing and Urban Development da Índia e tem como objetivo desenvolver projetos e serviços de

abastecimento de água, tratamento de esgoto, a reutilização de água tratada e gestão de resíduos sólidos para **100 grandes cidades da Índia**.

- Visita da Delegação da Nigéria.
- Visita do Vice-Ministro dos Recursos Hídricos da China, Mr. Wang Bao'en, à Fábrica de Água de Alcântara, em Lisboa, no âmbito do reforço da cooperação bilateral no setor da água, com destaque para a partilha de experiências nas áreas da gestão de recursos hídricos, tratamento de águas residuais e inovação tecnológica.

NOVEMBRO

- Visita da **delegação do governo da República do Montenegro** à Fábrica de Água de Alcântara, em Lisboa, na qual foram abordadas várias temáticas como investimentos em infraestrutura e a reestruturação do setor da água em Portugal.
- Conclusão do projeto Institucional "**Transformation of Water Supply in Indonesia – Case Study Bali Province**", desenvolvido em parceria com o Ministry of Public Works and Housing da Indonésia e o Banco Mundial. O projeto encerrou com um WorkShop para apresentação dos dois últimos entregáveis previstos contratualmente: Roadmap for Water Sector Transformation e National Framework for Water Sector Transformation.

DEZEMBRO

- Encerramento do projeto "**Assistência técnica entre operadores de saneamento de Portugal y Argentina**", financiado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe. A última missão decorreu na sede da **Águas do Norte, em Vila Real**, consolidando a parceria entre a **AdP Internacional e a AYSA – Agua y Saneamientos Argentinos, S.A.**
- **A delegação da Costa do Marfim**, representando o Ministério da Hidráulica, Saneamento e Salubridade, visitou instalações do grupo águas de Portugal, tendo o encontro marcado o encerramento de um programa financiado pelo Fundo Ambiental, estabelecendo bases para novas atividades em 2025.



A EMPRESA

Handwritten signature or initials in blue ink.



Y / 2 AD

QUEM SOMOS

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A AdP-Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. (AdP Internacional) foi criada em 2001, para concretizar a estratégia internacional do Grupo Águas de Portugal, é uma empresa pública que integra o Setor Empresarial do Estado nos termos do Decreto-Lei nº. 133/2013, de 3 de outubro e é detida a 100% pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

A AdP Internacional tem como PROPÓSITO Fazer a Diferença na Vida das Pessoas e como MISSÃO prestar serviços no setor dos serviços de abastecimento de água e de saneamento, a nível internacional, capitalizando a experiência, o know-how e as soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para a projeção internacional do cluster português da água e implementando iniciativas de cooperação para o desenvolvimento, em linha com os ODS 2030.

Em linha com esta missão, a sua VISÃO é a de ser reconhecida pelos clientes e parceiros internacionais como um dos mais eficientes e sustentáveis operadores internacionais na gestão da água, pelo enfoque na excelência do serviço ao cliente, na inovação, na resiliência, na neutralidade energética e carbónica e na economia circular.

Em todas as linhas de atuação, a AdP Internacional adota os VALORES do Grupo Águas de Portugal, e a estes acrescem os valores nucleares da própria AdP Internacional, que são as fundações da sua atuação a nível internacional, junto de clientes, das entidades financiadoras, dos parceiros e das comunidades locais.

DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

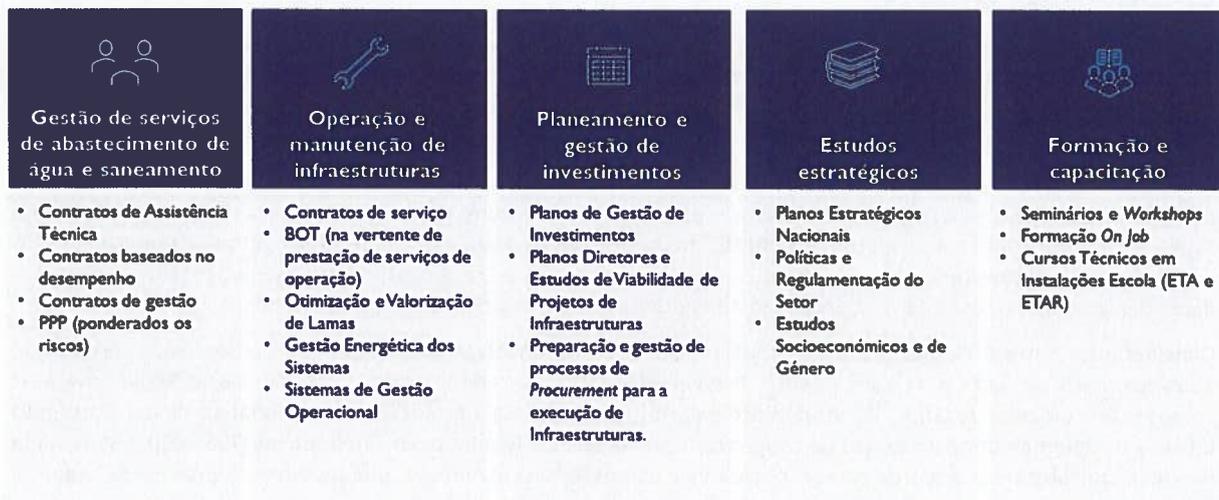
A AdP Internacional é responsável pela gestão dos negócios internacionais do Grupo Águas de Portugal, atuando como montra das capacidades do Grupo e veículo de disseminação das suas competências nos mercados internacionais, constituindo-se como alavanca para a sua internacionalização.

A AdP Internacional exerce a sua atividade num ambiente concorrencial nos mercados onde está presente. Na sua maioria, os contratos em execução pela AdP Internacional resultaram de concursos internacionais financiados por instituições financiadoras internacionais, nomeadamente, Banco Mundial, Banco Africano Desenvolvimento, Agência Francesa de Desenvolvimento, Banco Europeu de Investimentos, Banco Asiático de Desenvolvimento, União Europeia, entre outros.

No âmbito das suas intervenções, a AdP Internacional tem vindo também a assumir um papel de relevo no domínio da execução de projetos de cooperação internacional do Estado Português, uma vez que, na sustentação de algumas iniciativas, está subjacente uma perspetiva de cooperação e responsabilidade social em detrimento de uma lógica exclusivamente comercial. A sustentabilidade económica é, contudo, o eixo fundamental da atividade desenvolvida.

Para concretizar a sua missão, a AdP Internacional suporta-se essencialmente nas soluções, produtos e competências disponíveis nas empresas do Grupo e estabelece parcerias com outras entidades nacionais, contribuindo assim para o reforço da presença do setor português da água nos mercados internacionais.

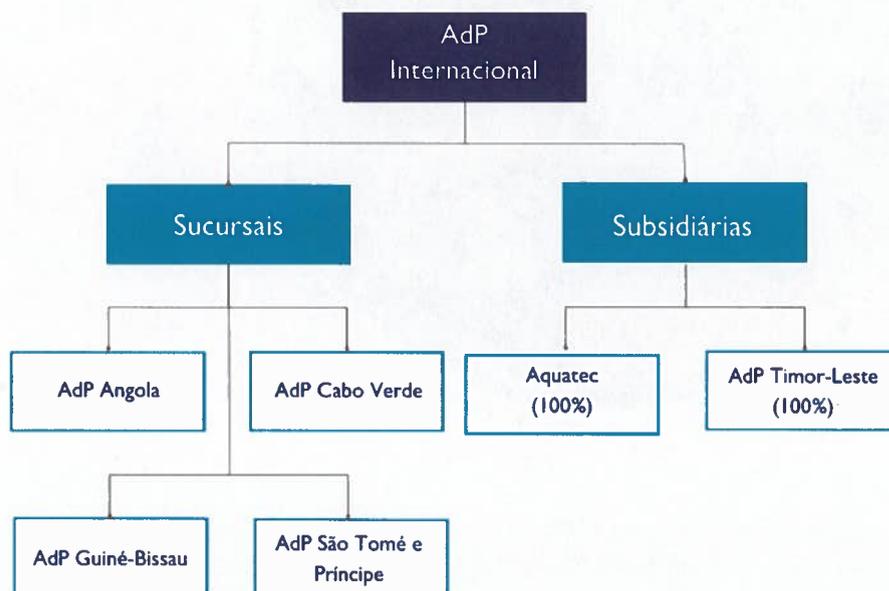
Assim, os serviços nucleares da AdP Internacional refletem a experiência e o saber das empresas do Grupo AdP, e estruturam-se nos seguintes tipos de atividades:



Ao longo dos anos, o enfoque da AdP Internacional nos países lusófonos e o volume de atividade que se tem desenvolvido, especialmente em Angola, levou à decisão de constituir sucursais em alguns mercados-chave.

Atualmente, a AdP Internacional está presente localmente em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, através de sucursais, e participa no capital social de empresas em Moçambique e em Timor-Leste.

Em Timor-Leste e em Moçambique, entre 2002 e 2005, e devido a especificidades da atividade da AdP Internacional nesses mercados, foram constituídas empresas, detidas a 100% pela AdP Internacional, que se mantêm em atividade desde então.



Handwritten signature and initials

CADEIA DE VALOR

O Grupo Águas de Portugal, através das suas subsidiárias, tem uma presença alargada no território continental português, tendo como atividades principais a gestão integrada do ciclo urbano da água, que compreende todas as fases, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, a recolha, o transporte, o tratamento e a rejeição de águas residuais urbanas e industriais, e a produção de Água para Reutilização (ApR).

A eficiência hídrica e a eficiência energética, são objetivos estratégicos do Grupo no contexto da gestão da escassez de água e adaptação às alterações climáticas, e da promoção da economia circular, destacando-se a produção de ApR e a valorização de subprodutos resultantes dos processos de tratamento das águas, nomeadamente lamas e nutrientes, e o aproveitamento energético dos ativos e dos recursos endógenos, designadamente do biogás das digestões anaeróbias, bem como a produção de energia de fontes hídrica, eólica e fotovoltaica.

Considerando a missão específica da AdP Internacional de desenvolver a sua atividade no setor dos serviços de abastecimento de água e de saneamento, a nível internacional, capitalizando a experiência, o know-how e as soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para a projeção internacional do cluster português da água e implementando iniciativas de cooperação para o desenvolvimento, em linha com os ODS 2030, a sua cadeia de valor, consubstancia áreas de serviço nucleares e competências distintivas, podendo representar-se da seguinte forma:



A AdP Internacional atua na vanguarda do setor da água, guiada por um compromisso centrado no cliente e fundamentada em competência, inovação, sustentabilidade e excelência. Esta abordagem é sustentada por metodologias avançadas de gestão de projetos, especialização técnica em áreas, como serviços nucleares, soluções desenvolvidas pelo Grupo Águas de Portugal e ferramentas de monitorização e controlo de serviços.

P L AD



A orientação para o cliente é crucial em todas as etapas da cadeia de valor da consultoria. Ao compreender profundamente as necessidades e desafios dos clientes, a AdP Internacional adapta a sua abordagem para garantir o máximo alinhamento com os seus objetivos. As ferramentas de gestão de projetos facilitam a comunicação eficaz, o envolvimento das partes interessadas e a alocação de recursos, garantindo que as expectativas do cliente sejam atendidas e superadas.

Competência e rigor sustentam os processos de pesquisa, análise e desenvolvimento de soluções da consultoria. Com uma equipa de especialistas qualificados, distribuídos por todas as empresas do Grupo Águas de Portugal, a AdP Internacional oferece avaliações e estratégias abrangentes, baseadas na experiência do Grupo ao longo de trinta anos.

A especialização técnica em áreas como serviços nucleares amplia a capacidade da consultoria para oferecer soluções inovadoras e tecnicamente sólidas, especialmente em projetos complexos de gestão de recursos hídricos que exigem conhecimentos avançados.

Com base na experiência e nas tecnologias inovadoras do Grupo Águas de Portugal, a AdP Internacional é pioneira em novas abordagens aos desafios da gestão da água. Ao promover a criatividade e a inovação, a consultoria identifica oportunidades de ganhos de eficiência, redução de custos e práticas sustentáveis, garantindo sucesso a longo prazo para clientes e partes interessadas, apresentando soluções adaptadas às suas necessidades específicas.

Sustentabilidade e excelência são incorporadas em todos os aspetos das operações da AdP Internacional, que, por meio de um planeamento cuidadoso e uma gestão criteriosa de investimentos, prioriza soluções que promovem a gestão ambiental, a conservação de recursos e a resiliência da comunidade. As ferramentas de monitorização e controlo de serviços permitem o acompanhamento em tempo real do desempenho das atividades das entidades gestoras de água, garantindo a conformidade com os padrões de sustentabilidade e a entrega de resultados de alta qualidade.

Em suma, a cadeia de valor da AdP Internacional representa uma abordagem holística da consultoria no setor da água, integrando orientação para o cliente, competência, inovação, sustentabilidade e excelência para fornecer soluções impactantes. Com a utilização estratégica de gestão de projetos, especialização técnica, soluções desenvolvidas pelo Grupo Águas de Portugal e ferramentas de monitorização e controlo de serviços, a consultoria mantém-se na vanguarda da inovação, impulsionando a mudança positiva e o desenvolvimento sustentável no setor da água.

OS NOSSOS STAKEHOLDERS

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que possa afetar e/ou ser afetado pelos resultados estratégicos da empresa e que tenha reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade do Grupo Águas de Portugal passa por um exercício de partilha e transparência da empresa, na relação com a sociedade e, em especial, com as entidades com impacto nas empresas do Grupo ou sejam impactadas por elas.

Considerando a especificidade da AdP Internacional de prestar serviços no setor dos serviços de abastecimento de água e de saneamento a nível internacional, foram identificados os seus principais *stakeholders*:



A AdP Internacional mantém um adequado relacionamento informativo com os *stakeholders*, atuando como interlocutor entre o Grupo Águas de Portugal e os respetivos *stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A AdP Internacional cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

Estamos empenhados em assegurar o cumprimento dos deveres necessários para manter um relacionamento adequado com nosso amplo universo de *stakeholders*, pelo que não só divulgamos as informações exigidas pelas leis e regulamentos, como também adotamos uma postura proativa em relação à transparência. Estamos comprometidos em fornecer informações relevantes e oportunas não apenas do cumprimento de obrigações legais, mas também para promover a confiança e o engajamento com nossos *stakeholders*.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A AdP Internacional tem como missão prestar serviços no setor do abastecimento de água e de saneamento, a nível internacional, capitalizando a experiência, o know-how e as soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para a projeção internacional do cluster português da água, e implementando iniciativas de cooperação para o desenvolvimento, em linha com os ODS 2030.

A atividade prosseguida pelo Grupo Águas de Portugal enquanto agente empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.



Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar na atividade operacional; e
- d) Definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da AdP Internacional terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, relativamente ao exercício de funções executivas prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos; e
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo Águas de Portugal.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da AdP Internacional estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a AdP Internacional, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;

- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- d) Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- f) Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- g) Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão; e
- h) Desenvolva iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional; e
- i) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo Águas de Portugal, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa):

1. Contribuir, no aplicável, para o reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais nas operações e atividades em que participa, nomeadamente:
 - 1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
 - 1.2. Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;
 - 1.3. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - 1.4. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes; e
 - 1.5. Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.
2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 2.2. Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3. Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais; e
 - 2.4. Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

- 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais; e
 - 3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:
 - 4.1. Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
 - 4.2. Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espectro alargado de conhecimentos e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.3. Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo; e
 - 4.4. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
 5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação; e
 - 5.2. No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
 6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - 6.1. Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
 - 6.2. Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;
 - 6.3. Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
 - 6.4. Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos; e
 - 6.5. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
 7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades, bem como os produtos e serviços existentes no Grupo Águas de Portugal e, ainda, competências existentes no setor da água português, contribuindo para criar valor e afirmar a marca Portugal nas geografias onde opera.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

De acordo com o titular da função acionista a orientação estratégica específica da AdP Internacional para o mandato 2023/2025 será capitalizar a nível internacional as competências e capacidades, bem como os produtos e serviços existentes no Grupo Águas de Portugal e, ainda, competências existentes no setor da água português, contribuindo para criar valor e afirmar a marca Portugal nas geografias onde opera.

Considerando esta orientação estratégica específica, e em continuidade com os Princípios, Linhas de Atuação e Ações da AdP Internacional, a estratégia aprovada pela função acionista para o mandato 2023/2025 permitirá disponibilizar serviços que contribuirão diretamente para o cumprimento do ODS 6, ou seja, “Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos”, em linha com o Quadro Global de Aceleração do ODS 6.

A AdP Internacional continuará a prestar serviços, alinhada com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e respectivas Metas, mas distinguir-se-á pela forma como encara os Indicadores que medem os resultados da sua oferta.

Verifica-se que muitos projetos, não obstante se encontrarem alinhados com os ODS, carecem da apresentação clara dos seus resultados e de como estes impactam, na classificação dos países e regiões, nos indicadores definidos e apresentados pelas Nações Unidas.

Assim, considerando os Indicadores dos ODS, e aprofundando a utilização dos respetivos metadados definidos para esses mesmos indicadores, a AdP Internacional, na sua atividade e nos projetos que desenvolverá, apresentará os resultados de acordo com estes Indicadores.

A AdP Internacional afirmar-se-á como uma entidade capaz de contribuir para a melhoria da posição dos países ou regiões na classificação do ODS 6 e nos restantes ODS, considerando também o impacto que o aumento do resultado das metas definidas nos indicadores do ODS 6 terá nos restantes 16 ODS.

Em simultâneo com o posicionamento estratégico da AdP Internacional de contribuir, com a sua atividade, para acelerar o cumprimento do ODS 6, o estabelecimento de parcerias traduzir-se-á num instrumento fundamental para a concretização dos objetivos, contribuindo, também, para o cumprimento das metas do ODS 17.

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável, com o qual se pretende reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Deste modo, a atividade da AdP Internacional permitirá a Aceleração do ODS 6 através de três dinâmicas conceituais interligadas: Gestão da Água, Literacia da Água e Diplomacia da Água, cada uma delas incorporada nas orientações e objetivo fixados, e desenvolvidas de modo multifacetado, permitindo consolidar uma coerência na apresentação das soluções oferecidas ao mercado.

ORGANIZAÇÃO

ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTRUTURA ACIONISTA

A AdP Internacional é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com um valor de capital social de 175.000,00 de euros, integralmente realizado.

A Empresa tem como acionista única a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS), que detém 100% do seu capital.

Acionista	%	Ações	Valor (Eur)
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100	35.000	175.000

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os órgãos sociais da AdP Internacional, para o triénio 2023/2025, foram eleitos na Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 4 de maio de 2023.

O Conselho de Administração da AdP Internacional atuou, em 2024, em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pela acionista e pela Tutela Setorial e Financeira.

A Empresa apresenta a seguinte Estrutura Organizacional:



A equipa de sede é uma equipa pluridisciplinar, com uma versatilidade que permite a cada elemento desempenhar diferentes funções, para dar resposta às prioridades que se vão colocando ao longo do ano.

A distribuição de Pelouros entre os membros do Conselho de Administração, é a seguinte:

CARLA CORREIA

- Coordenação Geral da Sociedade
- Sustentabilidade e Responsabilidade Empresarial (representante de gestão de SRE)
- Recursos Humanos

ANTÓNIO VENTURA

- Desenvolvimento de Negócio
- Controlo de Gestão e Coordenação de Projetos e Contratos

ANDREW DONNELLY

- Acompanhamento Técnico na Execução dos Contratos

ÓRGÃOS SOCIAIS MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Secretário | Ana Cristina Rebelo Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executiva | Carla da Conceição Afonso Correia

Vice-Presidente | António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura

Vogal Executivo | Andrew Donnelly



SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo | Ana Cristina Rebelo Pereira

Suplente | Cláudia Afonso de Carvalho

FISCAL ÚNICO

Efetivo/ROC | Deloitte & Associados, SROC, Lda. | Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC

Suplente | João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC

O NOSSO PROPÓSITO

FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o propósito que compromete a AdP Internacional e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

A atividade desenvolvida pelas nossas empresas tem o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

Na gestão da água, o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir consequentemente.

Considerando os relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental, reforçamos os nossos compromissos com o ambiente, a sociedade e a *governance* para cumprir o nosso propósito.

AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

As nossas atividades têm impactos relevantes na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico da região onde operamos, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

As alterações climáticas, o esgotamento de recursos e a degradação dos ecossistemas e poluição ambiental são desafios significativos, que enfrentamos com um compromisso reforçado para com o ambiente e a sociedade e ao nível da *governance*.

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

Destacamos o Compromisso de Integridade, subscrito pela AdP Internacional em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade consubstanciado na Política de Integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta; Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades; Manual de Contratação Pública do Regime Geral; Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A AdP Internacional dispõe de uma **Linha de Integridade**, sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.

AS NOSSAS AMBIÇÕES

As Ambições de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal e da AdP Internacional relevam o trabalho com propósito, a ação climática, a economia circular da água, a valorização dos territórios, a inovação com impacto, a cooperação internacional para a gestão da água e a educação para a sustentabilidade.

Promovemos um ambiente de trabalho que valoriza o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, bem como a segurança, saúde no trabalho e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Em termos de ação climática, focamo-nos na neutralidade e autossustentabilidade energética, na redução de emissões de gases com efeito de estufa e na resiliência dos sistemas face às alterações climáticas.

A aposta na economia circular da água visa a gestão eficiente do ciclo urbano da água, conservando recursos hídricos e minimizando desperdícios. A valorização dos territórios assenta na prestação de um serviço público de excelência, fortalecendo a relação com comunidades, protegendo a biodiversidade e promovendo a saúde pública. Paralelamente, a inovação é incentivada através de projetos de IDI, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis.

Na dimensão internacional participamos em projetos do Grupo Águas de Portugal ao nível da cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimentos e apoiando programas em países em desenvolvimento. A educação para a sustentabilidade é uma das nossas ambições, que prosseguimos visando sensibilizar para o valor da água no contexto do desenvolvimento sustentável.



SUSTENTABILIDADE

Em 2025, e alinhado com a visão da AdP Internacional sobre sustentabilidade do negócio e dos princípios que nos regem, continuámos a desenvolver um trabalho de consolidação dos vários instrumentos de suporte ao nosso posicionamento nesta área, salientando-se:

- A prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos seus processos, numa lógica de transparência e credibilidade para a qual contribuem fortemente as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança, Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal e Responsabilidade Social. Em 2024 vimos certificado o Sistema de Gestão da Segurança da Informação ISO/IEC 27001:2022 implementado na proteção da informação de suporte ao negócio residente em sistema SAP e do Processo de Gestão de acessos SAP, de acordo com a declaração de aplicabilidade de 27.06.2024, cumpre os requisitos da norma. Também em 2024 renovámos as certificações em Qualidade - ISO 9001, Ambiente - ISO 14001, Segurança e Saúde no Trabalho - ISO/45001/OSHAS 18001, e Responsabilidade Social - SA8000, e Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal - NP 4552:2016;
- Continuámos o programa corporativo de atribuição de bolsas de estudo com vista a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem das/os filhas/os das/dos trabalhadoras/es sendo este um programa de



Responsabilidade Social interna de grande impacto. Em 2024, foram entregues 75 Bolsas de Estudo para o ano letivo 2024/2025 para o ensino superior e para ensino especial destinadas aos descendentes dos agregados familiares dos/as trabalhadores/as do nosso Grupo. Das 75 bolsas atribuídas, 38 são para crianças e jovens com ensino especial e 37 para jovens que frequentam o ensino superior. O programa de atribuição de bolsas de estudo aos filhos de trabalhadores/as do Grupo Águas de Portugal arrancou no ano letivo de 2013/2014, tendo já sido atribuído um total de 547 bolsas;

- Um dos nossos princípios orientadores é a igualdade e o respeito pela diversidade. Promovemos ativamente o combate à discriminação e olhamos a ética como um valor primordial no âmbito do nosso desempenho. Em 2024 continuamos como parte ativa em diversos projetos de promoção de igualdade de género de inclusão, de combate à pobreza e exclusão social. O Grupo AdP e, por conseguinte, a AdP INTERNACIONAL, voltou a associar-se ao projeto "Engenheiras Por Um Dia" que tem por objetivo promover, junto das jovens estudantes dos ensinos básico e secundário, a opção pelas engenharias e pelas tecnologias, desconstruindo a ideia de que estas são áreas masculinas e combater os estereótipos que condicionam as suas opções escolares e de carreira. Este projeto está integrado na Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação - Portugal Mais Igual;
- Acolhemos este ano, novamente, uma estagiária participante no projeto de empreendedorismo feminino Girl Move, promovido pela Fundação homónima que tem como missão a criação de um movimento de vida, de apoio e capacitação no feminino em Moçambique, através da sua educação e da criação de redes humanas de ajuda e cooperação entre pares, inter-geracional e internacional. O seu principal objetivo é capacitar jovens, através da educação e da cooperação de forma a combater o abandono escolar precoce, casamentos e gravidezes prematuras e a violência de género, que são problemas que afetam a população jovem feminina moçambicana e que prejudicam a realização dos direitos humanos básicos e a oportunidade de atingir em pleno o seu potencial humano. Um dos programas desenvolvidos chama-se "Change" e dirige-se a jovens licenciadas entre os 20 e os 30 anos, que podem fazer um "estágio de vida", com a duração de um ano, com o apoio das entidades parceiras do projeto. Neste âmbito recebemos em 2024 a jovem moçambicana, Theila Murane;
- O Grupo AdP e, por conseguinte, da AdP Internacional tem implementada uma política sustentada de Igualdade de Género, temática que tem sido solidificada pela existência de um conjunto de políticas de Recursos Humanos não discriminatórias, o Código de Conduta e Ética e as certificações nas normas de Responsabilidade Social SA8000 e na norma da Conciliação entre a Vida Pessoal Profissional e Familiar. O Grupo AdP está entre as oito Empresas Bandeira portuguesas que lideram o objetivo de alcançar 40% de mulheres em cargos de decisão até 2030, tendo subscrito em 2021 a Meta Nacional para a Igualdade de Género, ato que reitera o objetivo de promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades e da participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais. Em 2024 cumprimos o nosso Plano para a igualdade e renovámos o nosso compromisso com o iGen - Fórum Organizações para a Igualdade;
- No âmbito da saúde e bem-estar, alinhada com a nossa política no âmbito da Conciliação, continuámos com: (i) o programa de Ginástica, realizado duas vezes por semana para os/as trabalhadores/as, em horário pós-laboral (ii) e neste ano de 2024 a disponibilização de uma aula de ioga por semana (iii) e de uma linha e consultas de apoio psicológico, a todos/as os/as trabalhadores/as e famílias; No âmbito das atividades promovidas pelo Clube Recreativo AdP, destacam-se as aulas de pilates, com caráter semanal, e a disponibilização de massagens terapêuticas, também de caráter semanal. O Clube proporciona atividades de lazer, bem-estar e convívio, como é o caso da realização de uma atividade anual, extensível às famílias dos sócios, realizada ao fim de semana, que procura fomentar o espírito de grupo e partilha. Destaca-se, ainda, a celebração do Dia da Mulher, entre outras datas relevantes;
- O ODS 17 apela às parcerias e o Grupo Águas de Portugal e por conseguinte a AdP INTERNACIONAL tem feito esse caminho tanto na gestão do conhecimento e inovação como da responsabilidade social. Colaboramos com diversas entidades, nomeadamente a Rede Portuguesa do Pacto Global da Nações Unidas, a Aliança para os ODS, o BCSD Portugal, o iGen - Fórum Organizações para a Igualdade, a Carta Portuguesa para a Diversidade, o GRACE, a APDDI Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão entre outras, todas alinhadas para o desenvolvimento sustentável;
- Atendendo a que o apoio a ações de inclusão social de âmbito nacional faz parte da nossa estratégia de Responsabilidade Social, continuámos em 2024 a ser parceiros do desporto paralímpico, com o apoio ao Comité Paralímpico de Portugal (CPP) rumo aos Jogos Paralímpicos de Paris 2024, estando cientes do

impacto e orgulho que esta parceria com o Comité Paralímpico de Portugal tem para todos os/as trabalhadores/as do Grupo AdP;

- Continuámos comprometidos com os 10 Princípios do United Nations Global Compact que o Grupo AdP integra desde 2010 fazendo parte do Board da Rede portuguesa GCNP. Desde 2023 que a AdP INTERNACIONAL subscreveu individualmente os princípios do United Nations Global Compact (UNGC), participando, assim, daquela que é considerada a maior iniciativa de responsabilidade empresarial à escala mundial, reafirmando, desta forma, o compromisso de respeitar integralmente os dez princípios consagrados pelas Nações Unidas neste Pacto Global, que envolvem os Direitos Humanos e do Trabalho, Proteção do Ambiente e Mecanismos Anticorrupção;
- No que respeita à promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao reforço do seu compromisso com as pessoas, com a saúde pública e com o ambiente, entre as diferentes iniciativas promovidas nacional e internacionalmente merece especial sublinhado a adesão do Grupo Águas de Portugal à iniciativa “Joint Statement on the Right to Sanitation”, lançada por um conjunto de entidades europeias, com a qual se pretende que a Comissão Europeia introduza disposições legais, na revisão da Diretiva do Tratamento Urbano de Águas Residuais, que garantam o melhor acesso possível a serviços de saneamento para todo o Continente Europeu, em consonância com as disposições de direitos humanos;
- Continuamos comprometidos com United Nations Global Compact Sustainable Ocean Principles em 2024, integrando o Grupo das 150 empresas que, a nível mundial, se comprometem a avaliar o seu impacto no oceano e a integrar a sustentabilidade oceânica na sua estratégia geral. Contribuir para a melhoria substancial da qualidade da água que é devolvida aos meios hídricos é um objetivo que prosseguimos na nossa atividade, especialmente no saneamento;
- Participámos ativamente no Pacto para a Saúde Mental em Ambientes de Trabalho, uma iniciativa promovida pelo Center for Responsible Business & Leadership da CATÓLICA-LISBON, na qual se desafiam as organizações a assumirem a sua responsabilidade em adotar medidas, de forma a mitigar os problemas colocados pela fragilidade da saúde mental em ambientes de trabalho;
- Em novembro, demos continuidade à nossa participação na coorganização da Semana da Responsabilidade Social, iniciativa anual da APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do Global Compact Network Portugal. A Águas de Portugal organizou uma sessão dedicada ao Pacto com o Futuro, “O NOSSO pacto com o FUTURO” no âmbito da Semana da Responsabilidade Social, com a participação de jovens de diferentes organizações com a quais colaboramos, nomeadamente Girl Move, Zambujal e Mundu Nôbu; e
- No Dia Mundial do Ambiente as empresas do Grupo AdP realizam diferentes atividades, de norte a sul do país. No Centro de Educação Ambiental – Águas 360º na sede do Grupo, em Lisboa, recebemos a visita de uma centena de crianças do 4º ano da Escola de S. Miguel, que aprenderam mais sobre o Valor da Água, através das atividades disponíveis no espaço. Este ano, a ONU dedicou o Dia Mundial do Ambiente ao tema da “Restauração de Ecossistemas” convidando a sociedade a agir agora no sentido de interromper e reverter a degradação do planeta.



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO AdP

A presente matéria é objeto de necessário desenvolvimento no Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP. Desde 2008 que o Grupo AdP publica o seu relatório de sustentabilidade o qual relata de forma consistente e transparente a responsabilidade económica, social e ambiental do Grupo. Integra o balanço consolidado da atividade de todas as empresas do Grupo reportando o seu desempenho e evidenciando as estratégias adotadas, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas protagonizadas pelas empresas participadas cujas operações abrangem o País de norte a sul e do interior ao litoral.

Esta publicação permite um estreitar de relações com todos os seus *stakeholders*. A comunicação com as partes interessadas desenvolve-se através de múltiplos canais, diretos e indiretos, sendo o Relatório de Sustentabilidade o documento principal de materialização desta política de transparência.

O Relatório de Sustentabilidade relativo a 2024 é desenvolvido em continuidade com as edições anteriores, segue as diretrizes do GRI - *Global Report Initiative* e os referenciais da ERSAR, que será sujeito a verificação por entidade externa, pode ser consultado, quando disponível, no sítio na internet da AdP, através do link: <http://www.adp.pt/pt/comunicacao/publicacoes/?id=42> e do SiSEE (<https://sisee.dgtf.gov.pt>).

O Grupo AdP divulga anualmente no R&C e no Relatório de Sustentabilidade Corporativos a informação relevante de RH desagregada por sexo (bem como nos individuais das empresas). O RS corporativo é enviado aos principais stakeholders e é disponibilizado no site do Grupo e das empresas bem como na intranet.

AS NOSSAS PESSOAS

As pessoas são o bem mais valioso do Grupo AdP, encontrando-se no centro da nossa estratégia.

O modelo de gestão de pessoas do Grupo AdP visa promover o alinhamento da organização à maturidade das empresas e dos processos de negócio, assente numa cultura baseada no respeito, na transparência e na confiança. Os nossos pilares estratégicos são:

- ✓ Organização, garantindo processos estruturados e eficientes.
- ✓ Valorização das pessoas, promovendo desenvolvimento e reconhecimento.
- ✓ Conhecimento, impulsionando inovação e aprendizagem contínua.
- ✓ Simbiose com a comunidade, fortalecendo o nosso impacto social.

Os nossos valores fundamentais – sustentabilidade, equilíbrio, equidade e bem-estar – sustentam todas as iniciativas promovidas, complementados por princípios-chave que norteiam a nossa atuação:

Responsabilidade: assumimos um compromisso sólido com a missão do Grupo AdP.

Autonomia: incentivamos a tomada de decisão informada e responsável.

Iniciativa: promovemos inovação e proatividade em todos os níveis da organização.

Meritocracia: garantimos reconhecimento e valorização com base no desempenho.

Exigência Interna: estabelecemos elevados padrões de rigor e qualidade.

Excelência de Serviço: asseguramos um impacto positivo e sustentável nas comunidades.

Utilidade Social: reforçamos o nosso papel na melhoria da qualidade de vida.

No ano de 2024 destacamos como aspetos mais relevantes na Gestão de Pessoas, os seguintes:

- **Valorização salarial significativa, pelo segundo ano consecutivo:** Foi assinado um acordo com os sindicatos, garantindo aumentos expressivos, com especial enfoque nos salários mais baixos. O salário de entrada no Grupo AdP foi reposicionado, situando-se 10,37% acima da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG).
- **Revisão do Acordo Coletivo de Trabalho:** Com um diálogo aberto e construtivo, prosseguem reuniões de negociação tendo em vista a revisão do Acordo Coletivo de Trabalho, nomeadamente no que respeita à revisão das carreiras, da tabela salarial e dos descritivos de funções.
- **Avaliação do Clima Organizacional:** A auscultação aos/às trabalhadores/as do Grupo teve uma taxa de participação de 64,5%, com um resultado global de 2,75, semelhante ao do último estudo que havia sido efetuado em 2021.
- **Digitalização dos processos de RH:** Continuámos a implementação do SAP *Success Factors*, uma plataforma que moderniza a gestão de dados pessoais, avaliação de desempenho, formação e recrutamento, com especial ênfase no módulo de avaliação de desempenho.
- **Bem-estar e Saúde Mental:** O Grupo AdP reforçou o compromisso com a saúde mental, através de uma maior divulgação de iniciativas como apoio psicológico, promoção de um ambiente de trabalho equilibrado e incentivo à prática de hábitos saudáveis.
- **Liderança e Cultura Organizacional:** Investimos no desenvolvimento das nossas lideranças, promovendo formações específicas para a capacitação dos gestores e para o reforço da cultura de proximidade e colaboração. Foram lançadas iniciativas como Mentalidade de Crescimento, Responsabilidade e Escolhas para algumas das empresas e *Strategic Leadership Program* para os gestores do Grupo AdP.
- **Employer Branding e Atração de Talento:** O Grupo AdP continua a investir na sua marca empregadora, promovendo a igualdade de oportunidades e a diversidade.
- A Sustentabilidade na Gestão de Pessoas: Alinhados com os princípios de sustentabilidade, promovemos políticas de igualdade salarial, inclusão e práticas responsáveis de trabalho híbrido para reduzir a pegada de carbono.
- **Aposta na aprendizagem contínua:** O desenvolvimento das nossas pessoas é um compromisso permanente. Em 2024, investimos em formatos inovadores e no primeiro programa transversal de mentoring, que contou com mais de 180 participantes. Adicionalmente, lançámos iniciativas focadas em *reskilling* e *upskilling*, garantindo que os/as trabalhadores/as, desenvolvem novas competências para os desafios do setor.

DIVERSIDADE, IGUALDADE E INCLUSÃO

No Grupo temos como referência a igualdade de oportunidades, pelo que acolhemos e valorizamos todas as pessoas, independentemente da nacionalidade, origem, cultura, religião, convicções políticas e ideológicas, idade, estado de saúde, género, identidade ou orientação sexual, visando, inclusive, a promoção da diversidade de pensamento e de experiências, numa verdadeira cultura de inclusão.

Acreditamos que a diversidade cria valor e fortalece a cultura organizacional. No nosso compromisso de sustentabilidade para 2022-2025, assumimos os objetivos de “garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e a inclusão” e “promover o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal”, estando contempladas quatro metas, a aplicar em todas as empresas do Grupo Águas de Portugal.

Temos uma política sustentada de igualdade de género e um conjunto de outras políticas de recursos humanos não discriminatórias, como o próprio código de ética e conduta e as certificações nas normas de responsabilidade social SA 8000 e na norma da conciliação entre a vida pessoal profissional.

Somos membros, desde 2017, do iGen - Fórum Empresas para a Igualdade, reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação das nossas Pessoas.

Aderimos à Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, criada para gerir e garantir a sustentabilidade e desenvolvimento da Carta Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, e ao GRACE – Associação Empresas Responsáveis.

Entre outros, participámos também no projeto “Divers@s e Ativ@s: Promoção da Diversidade e Não Discriminação no Âmbito Profissional”, promovido pela APPDI, juntamente com as seguintes entidades parceiras: Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN); Clube Intercultural Europeu; KUN - Centre for Equality and Diversity.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em 2024, o Grupo AdP reforçou o compromisso com a qualificação das suas pessoas, garantindo competências alinhadas com os desafios do setor da água e saneamento.

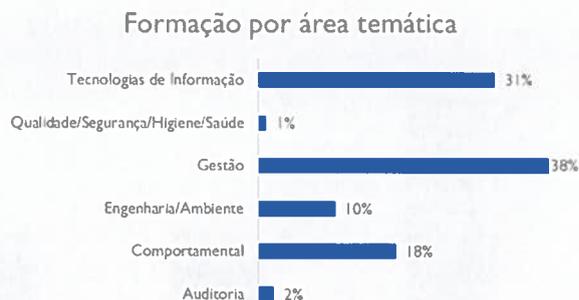
A estratégia seguida teve como pontos chave:

- a diversificação de temáticas, com formações que abrangeram quer as competências técnicas especializadas quer um conjunto de soft skills essenciais;
- a Ética e Conduta Profissional, com reforço das formações em ética corporativa, mantendo a ênfase nos nossos princípios de integridade e de responsabilidade;
- a aposta na Cibersegurança, através da promoção de ações transversais de capacitação, para fortalecer a resiliência organizacional, face ao aumento das ameaças digitais;
- o *Reskilling* e o *Upskilling*, com o desenvolvimento de programas de requalificação e atualização de competências, para assegurar que as nossas pessoas estão preparadas para os desafios do futuro, atendendo à evolução tecnológica e regulatória do setor.

Ao longo do ano, a formação foi estruturada para refletir os valores essenciais do Grupo AdP, incentivando a responsabilidade, autonomia e iniciativa das nossas pessoas. Através da meritocracia e exigência interna, garantimos que os nossos talentos são continuamente desafiados e reconhecidos. Mantemos um compromisso firme com a excelência de serviço, contribuindo ativamente para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

O Grupo AdP continuará a apostar na valorização das suas pessoas, promovendo um ambiente de trabalho sustentável, inclusivo e de crescimento contínuo.

No ano de 2024 foram disponibilizadas 487 horas de formação a 10 formandos/as da AdP Internacional (componente nacional).



CARATERIZAÇÃO DAS PESSOAS DA AdP INTERNACIONAL, A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(NÃO INCLUI ÓRGÃOS SOCIAIS)

A 31 de dezembro a AdP Internacional – sede e respetivas sucursais contava com 15 trabalhadores/as no ativo.

Adicionalmente, nas empresas subsidiárias da AdP Internacional, a 31 de dezembro de 2024 existiam 3 pessoas no ativo (sem contar com 1 trabalhador expatriado em Timor, já considerado na AdP Internacional – componente nacional - projetos).

Empresas subsidiárias da AdP Internacional - população ativa a 31/12/2024

Subsidiária: AQUATEC (Moçambique)	1
Subsidiária: AdP Timor	2

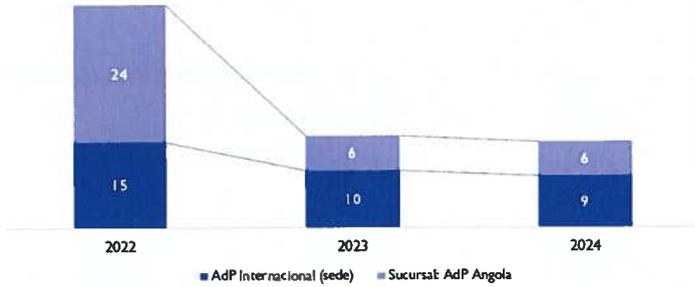
A caracterização dos recursos humanos que se fará de seguida respeita apenas à população ativa da AdP Internacional – sede e respetivas sucursais, e não inclui os Órgãos Sociais.

AdP Internacional - população ativa a 31/12/2024	2024
AdP Internacional (sede)	
Estrutura	8
Projetos	1
Sucursal: AdP Angola	6
Sucursal: AdP Cabo Verde	0
Sucursal: AdP Guiné Bissau	0
Sucursal: AdP de São Tomé e Príncipe	0
Total da população ativa	15

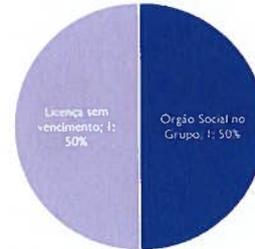
CARATERIZAÇÃO DAS PESSOAS DA ADP INTERNACIONAL – SEDE E SUCURSAIS

A população ativa da AdP Internacional no fim do ano de 2024 era de 15 pessoas, 9 na sede, das quais 8 na estrutura e 1 afeta a projetos, e 6 na sucursal de Angola, 5 na sede e 1 afeta ao projeto da Huila. A 31 de dezembro a empresa tinha 2 pessoas em situação de contrato suspenso, uma a exercer funções de administração numa empresa do Grupo e a outra em situação de licença sem vencimento.

Número de Pessoas no ativo a 31/12



Contratos suspensos



Nos anos de 2022 e de 2023, as pessoas em situação de baixa prolongada (2 e 1 respetivamente), eram relevadas no grupo de trabalhadores/as com contrato suspenso; em 2024 este critério foi descontinuado, passando a relevar-se no grupo dos trabalhadores/as ativos/as.

No final de 2024 a AdP Internacional não tinha qualquer trabalhador/a em situação de baixa prolongada.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

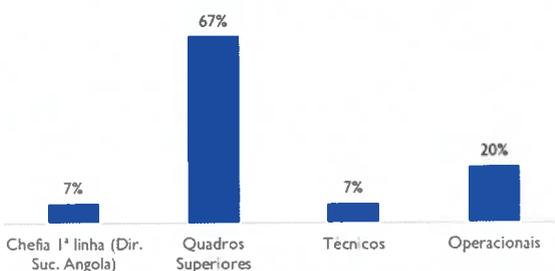
Total de ativos/as: 15
Homens: 10
Mulheres: 5

Lugares de chefia: 1
Mulheres: 100%

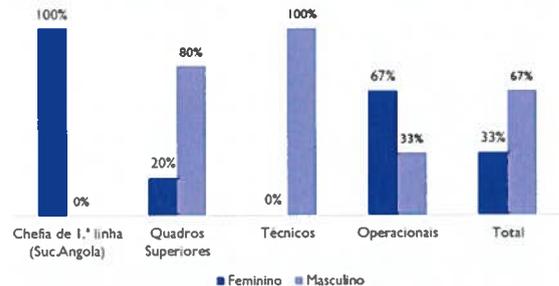
Na AdP Internacional, 67% das pessoas são homens (10) e 33% são mulheres (5).

A maior parte das pessoas no ativo são quadros superiores (67%), e a chefia de primeira linha, corresponde à direção da sucursal de Angola, é um cargo ocupado por uma mulher.

Segmentação profissional



Segmentação profissional por sexo



Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS, S.A. promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade. Adicionalmente, no sítio da internet da AdP Internacional está publicado o Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.

A média etária da população ativa é de 49 anos, cerca de 53% tem idades entre os 30 e os 50 anos, e 47% tem mais de 50 anos.

Handwritten signature and initials.

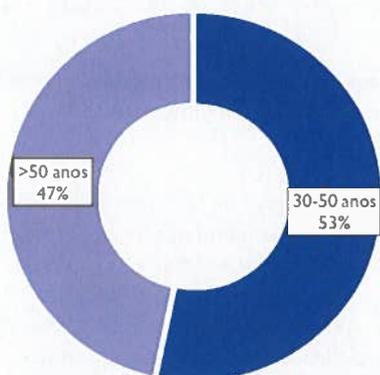
A antiguidade média é de 16 anos, verificando-se que 60% tem uma permanência no Grupo superior a 10 anos e 27% está no Grupo há menos de 5 anos. 73% das pessoas tem vínculo contratual sem termo e 73% das pessoas tem o ensino superior.

Idade média: 49 anos
Sede: 54 anos
AdPA: 42 anos

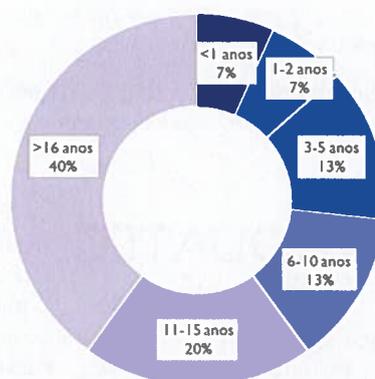
Antiguidade média: 16 anos
Sede: 21 anos
AdPA: 7 anos

Contrato sem termo: 73%
Ensino Superior: 73%

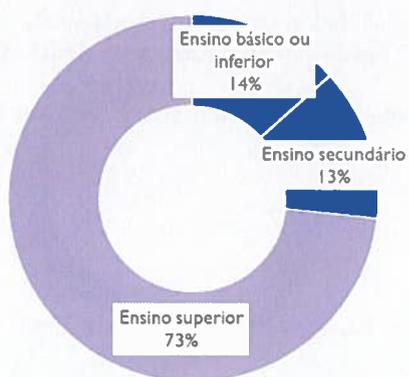
Distribuição etária



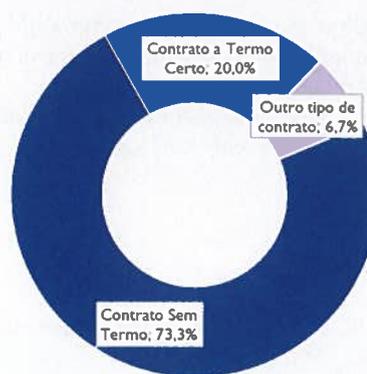
Antiguidade



Habilitações Literárias



Vinculo contratual



Handwritten signature/initials

CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

PARTICIPAÇÕES



A AdP Timor-Leste foi constituída em 2013 e tem por objeto a realização de atividades no âmbito da gestão, manutenção e exploração de serviços públicos e outros, nomeadamente de sistemas de captação, tratamento, adução, reserva e distribuição de água para consumo público e outros fins, de recolha, tratamento, rejeição e reciclagem de efluentes urbanos, industriais e outras com eventual recurso à instalação e equipamento e acessórios metalomecânicos e outra maquinaria adequados assim como a execução de análises laboratoriais por via de equipamento e reagentes próprios para o efeito e de conservação, manutenção, exploração e gestão de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, bem como em outros sectores das indústrias do ambiente, assim como o exercício das atividades de formação, empreiteira e fornecedora de obras públicas e de obras particulares, nas áreas da construção, engenharia, consultadoria e assistência técnica.

O seu capital social é de USD 5.000,00 (cinco mil dólares norte-americanos), encontrando-se integralmente realizados em dinheiro, correspondendo a uma só quota pertencente à sócia única AdP Internacional.



A AQUATEC tem por objeto a prestação de serviços relacionados com sistemas de abastecimento de águas, de saneamento de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos, nomeadamente o fornecimento e instalação de equipamentos, a manutenção e assistência técnica aos sistemas e instalações, a operação e gestão de sistemas de saneamento básico, a execução de obras hidráulicas, públicas e privadas, manutenção e assistência técnica, a importação e comercialização de produtos químicos, peças e acessórios, a formação profissional e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, áreas semelhantes, acessórias ou complementares e noutros sectores da indústria do ambiente.

O capital social, integralmente realizado em numerário é de MZN 2.476.580,00 (dois milhões quatrocentos e setenta e seis mil quinhentos e oitenta meticais) e correspondente à soma de duas quotas, integralmente subscritas e realizadas em dinheiro, distribuídas da seguinte forma:

- Uma quota no valor nominal de MZN 2.466.030,00 (dois milhões quatrocentos e setenta e seis mil quatrocentos e trinta meticais), pertencente à sócia AdP-Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.; e
- Uma quota no valor nominal de MZN 150,00 (cento e cinquenta meticais) pertencente à sócia AdP VALOR-Serviços Ambientais, S.A.

SUCURSAIS

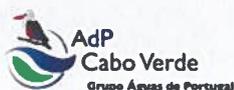
A expansão da AdP Internacional através da criação de sucursais foi a resposta às necessidades crescentes desses mercados.

A sucursal é o prolongamento de uma sociedade (empresa-mãe) e representa os seus interesses no país onde opera. A sucursal não tem personalidade jurídica própria, mas exerce a atividade da empresa-mãe ou parte da sua atividade.

A presença local da AdP internacional, através de sucursais, nos países africanos de língua portuguesa permitiu adaptar as soluções do Grupo Águas de Portugal às especificidades e desafios de cada país, garantindo maior eficácia na prestação dos seus serviços.

Além disso, a proximidade com os clientes em cada país facilita a comunicação, fortalece os relacionamentos comerciais e aumenta a confiança dos clientes na expertise da empresa.

A criação das seguintes sucursais proporcionou uma vantagem competitiva significativa ao abrir novos mercados e aproveitar oportunidades de negócios emergentes:



RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

A Parceria Portuguesa para a Água e o jornal Água & Ambiente na 19.ª Expo Conferência da Água, em novembro de 2024, concedeu uma Menção Honrosa à AdP Internacional, na Categoria Estudos e Projetos, ao Projeto Transformação Institucional do Abastecimento de Água na Indonésia – Estudo de Caso da Província de Bali.

Esta distinção surge na sequência de uma visita do Senhor Ministro das Obras Públicas da Indonésia, no início de 2024, a uma das instalações do grupo Águas de Portugal, durante a qual existiu a oportunidade de lhe ser apresentado o grupo águas de Portugal e a evolução do setor da Água em Portugal ao longo destes últimos 30 anos.



Considerando o Senhor Ministro das Obras Públicas da Indonésia que os números do setor em Portugal há 30 anos refletem a realidade atual da Indonésia, convidou-nos a estar presentes no 10º. World Water Forum para apresentarmos a nossa experiência.

Neste mesmo Fórum, com a presença e financiamento do Banco Mundial, fomos contratados pelo Governo da Indonésia para estudar uma transformação que ajude a melhorar a governação do setor da água e a prestação de serviços, garantindo o acesso universal a um abastecimento de água gerido de forma segura, sustentável e resiliente para a população da Indonésia. Com este objetivo, desenvolvemos um trabalho bastante exigente num período bastante curto, cerca de 3 meses.

Este Projeto de Transformação Institucional do Abastecimento de Água na Indonésia terminou na passada semana com a apresentação, a todos os Stakeholders, do último entregável denominado HIGH-LEVEL NATIONAL FRAMEWORK FOR WATER SECTOR TRANSFORMATION, que contribuirá para o esforço da Indonésia em atingir os objetivos que estabeleceu na sua Visão Indonésia 20245.

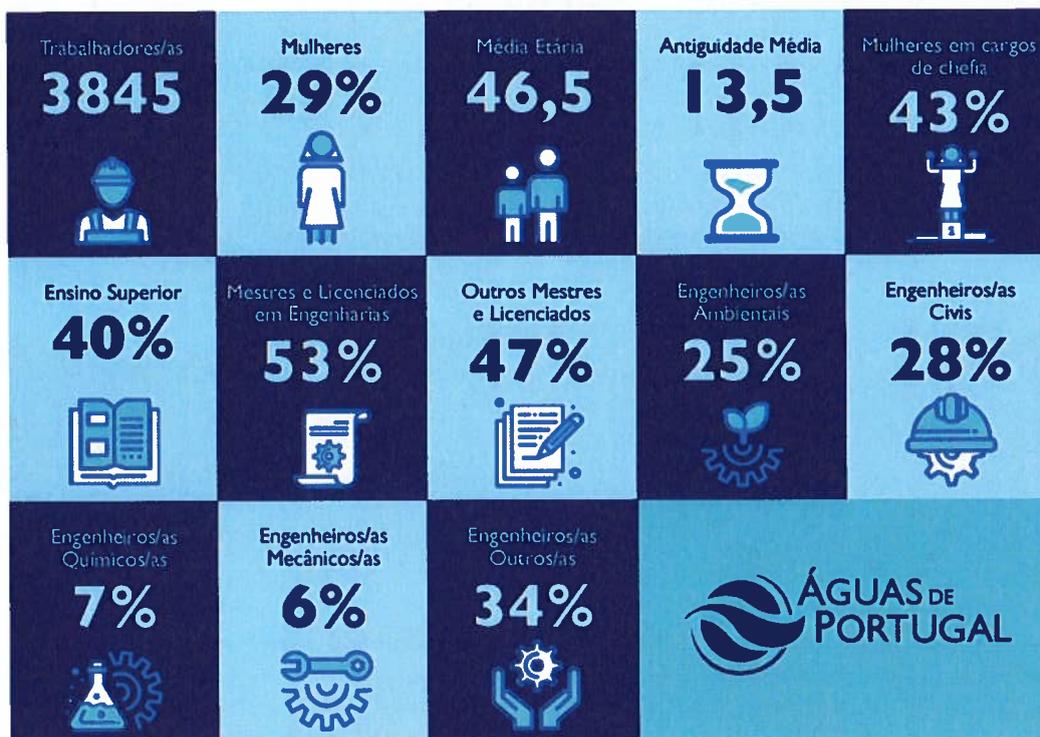
Esta parceria com o governo indonésio constitui um marco estratégico para a o grupo AdP, e certamente para Portugal, numa geografia não muito habitual para as nossas empresas, na medida em que abre portas para colaborações a longo prazo, e permitirá alavancar o “cluster” português da água.

A replicabilidade do modelo de governança e de gestão hídrica, de Bali, é alta, podendo ser adaptada para outras províncias na Indonésia e/ou em países na região, com desafios semelhantes.

O GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL QUEM SOMOS

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Para tanto conta com os seus trabalhadores caracterizam-se da seguinte forma:



Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo AdP continua a desenvolver, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a task force das empresas de abastecimento de água do Grupo, foi um exemplo no passado recente em contextos de situações de contingência ou de seca meteorológica e hidrológica verificadas.

Outro exemplo recente, foi a prossecução dado ao esforço de definição de regras e medidas adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do PRR.

A 15/5

No âmbito desta área geográfica, a 8 de fevereiro de 2024 foi aprovada uma resolução que reconhece a "situação de alerta na região do Algarve, por motivo de seca" e aprova um "quadro de medidas de resposta imediata, de carácter temporário" para redução de consumos e racionalização da utilização dos recursos, com o objetivo de "ultrapassar as necessidades essenciais da época do Verão e terminar o ano de 2024 com reservas para 2025".

Ainda no mês de fevereiro foi assim lançado o concurso público para a conceção, construção e exploração da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve que visa garantir a resiliência do abastecimento de água, designadamente em períodos de seca prolongada, através de um acréscimo das disponibilidades hídricas na região.

Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país

Na dimensão da economia circular, a continuação da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2024, o Grupo AdP deu continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, com o qual protocolou o alargamento das atividades de parceria, nomeadamente ao nível da "Utilities of the Future".

A 31 de dezembro de 2023, o Grupo Águas de Portugal era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, integrando ainda quatro sucursais em mercados internacionais.



Handwritten signature/initials

O SETOR¹

A água constitui um elemento transversal no contexto atual de crise. Este facto é ainda mais evidente quando se associa a crise a uma dimensão de sustentabilidade, quer climática, quer de recursos quer de biodiversidade.

Constituindo-se com um bem cada vez mais escasso, a tendência é no sentido dum agravamento dessa escassez nas próximas décadas.

Para além do crescimento e aumento da população mundial, assiste-se à progressiva e cada vez mais acentuada diminuição das disponibilidades hídricas. Muitas vezes associada aos efeitos das alterações climáticas. Facilmente perceptíveis até pela alteração dos padrões de precipitação à escala mundial.

Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há uma necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental, dependem de um ciclo da água doce que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

É, neste contexto e simultaneamente desafio(s) que urge garantir para além da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico, a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis).

Resulta assim, que a água e os serviços e atividades que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, se mantêm cada mais no centro do desenvolvimento sustentável, e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

No caso dos serviços mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos desafios referidos. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

Não obstante, subsistem ainda alguns factos indesmentíveis:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada.²
- apenas um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

¹ <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

² <https://www.sgambiente.gov.pt/agua-para-a-paz-tema-do-dia-mundial-da-agua-2024/>

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no médio oriente são exemplos.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o World Bank Water Global Practise, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- a transformação de acordos políticos em regras vinculativas;
- o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;
- o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores;
- o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Paralelamente, também o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2024, intitulado "Água para a Prosperidade e a Paz"³, emanado aquando da celebração do Dia Mundial da Água, destacou a importância da água como elemento central para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global.

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E O SANEAMENTO EM PORTUGAL⁴

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

PANORAMA NACIONAL

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none">• 9,4 milhões de habitantes servidos• 96% de alojamentos servidos• 197 litros: consumo médio diário de água por habitante• Tarifa média ponderada: 0,54EUR/m³• Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,72%	<ul style="list-style-type: none">• 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem• 87% de alojamentos servidos• 8,5 milhões de habitante servidos com tratamento• 86% de alojamentos servidos com tratamento• 1,91 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente• Tarifa média ponderada: 0,572EUR/m

Dados: RASARP 2024 volume 1 e 2

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na

³ <https://unesdoc.unesco.org>

⁴ <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

A L 00

infraestruturação dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e neste sentido a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A resolução 23/2024 aprova o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030⁵ estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

Em julho de 2024⁶ foi criado um grupo de trabalho que define as linhas de ação da estratégia "Água que Une" - um plano multissetorial que visa assegurar a disponibilidade de água para todos os usos essenciais e promover a sustentabilidade ambiental e social.

Este Grupo de Trabalho tem como objetivo elaborar uma estratégia de desenvolvimento de um quadro de planeamento da água que articule todos os instrumentos de gestão em vigor, promova a sustentabilidade das massas de água, assegure a garantia do abastecimento de água, salvaguardando o bem-estar da população e a viabilidade dos setores económicos, orientada pelo seguinte quadro sequencial de prioridades:

- a) Aumento da eficiência hídrica e promoção do uso racional da água;
- b) Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento público, agrícola, turística, industrial;
- c) Promoção da utilização de água residual tratada;
- d) Otimização da exploração das infraestruturas existentes, através da promoção da multifuncionalidade do seu uso e do reforço da resiliência e redundância dos sistemas hidráulicos;
- e) Aumento da capacidade de armazenamento das infraestruturas existentes;
- f) Criação de novas infraestruturas e origens de água, onde se incluem infraestruturas de armazenamento, regularização e captação de água, unidades de dessalinização e, em último recurso, a interligação entre bacias hidrográficas.

A estratégia estabelece orientações para a elaboração do Plano Nacional da Água (PNA 2035) e para um novo plano de armazenamento e de distribuição eficiente de água para a agricultura, designado como Plano REGA.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo Águas de Portugal prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

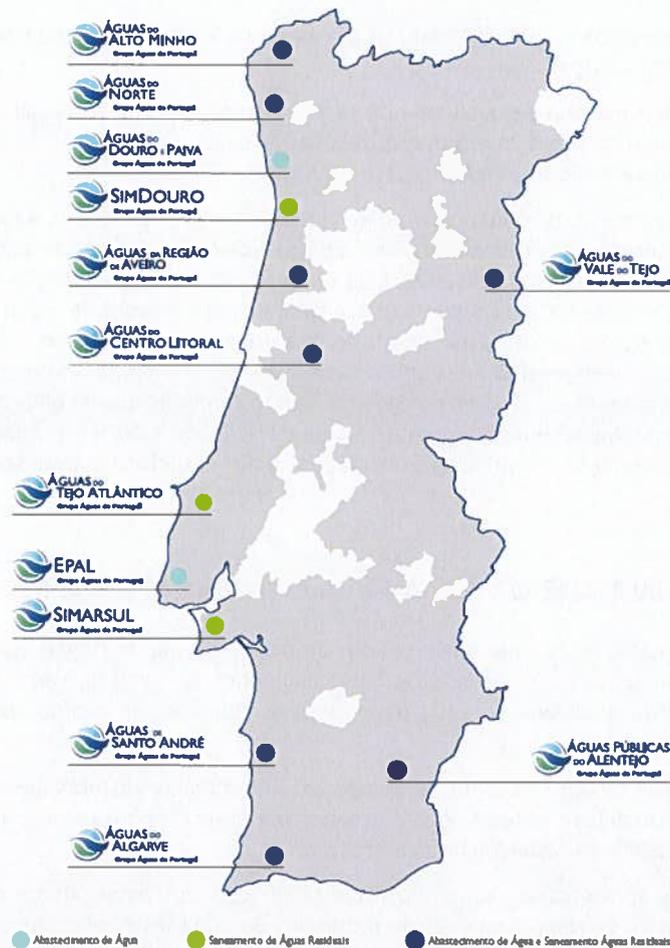
Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

⁵ Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro que aprovou a resolução 23/2024, publicada em DR a 5 de fevereiro de 2024 já alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024 de 22 de agosto de 2024.

⁶ Despacho n.º 7821/2024 de 16 de julho de 2024.

No decorrer de 2023, as entidades gestoras que integram o Grupo Águas de Portugal atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.



ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

Em 2024, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2024, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo Águas de Portugal estão sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2024, foi apresentado o Volume 1 do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2023) com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022. Este relatório sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2022, abordando a sua caracterização e evolução, os principais intervenientes, os principais números em termos de recursos do setor, a análise económica e financeira e os principais resultados da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, com destaque para o primeiro ano de aplicação da 4.ª geração do sistema de Avaliação Qualidade do Serviço, sendo também disponibilizada a avaliação comparada (benchmarking) do desempenho das entidades gestoras. É ainda realizada a análise da relação das entidades gestoras com os utilizadores e apresentação dos principais resultados no que respeita à monitorização legal e contratual das entidades gestoras.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo Águas de Portugal, que prestam atividades de abastecimento público de água, estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, as entidades gestoras devem elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter o mesmo para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

Em setembro de 2024, foi apresentado o volume 2 do RASARP 2023 com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022. Este relatório sintetiza a informação mais relevante relativa à qualidade da água fornecida aos utilizadores pelas entidades gestoras no ano de 2022, e procede à comparação dos resultados obtidos com os resultados de anos anteriores, permitindo assim avaliar a evolução da situação.

REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo Águas de Portugal estão sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito, as entidades gestoras dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente, é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet das entidades gestoras.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

O Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro que definiu, para o ano de 2024, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão de sistemas multimunicipais, altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, promovendo igualmente o restabelecimento de competências da ERSAR que haviam sido revogadas pela LOE 2021, a partir de 2026.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2024, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2024, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2024, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa ao Projeto de Recomendação relativa à divulgação e acesso à informação a disponibilizar no Sítio na Internet das entidades gestoras, ao Projeto de Recomendação relativa à informação a constar das faturas dos serviços, ao Projeto de Regulamento do sistema nacional de aprovação dos produtos em contacto com a água destinada ao consumo humano, e à revisão do Projeto de Regulamento de Procedimentos Regulatórios (RPR).

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

ECONOMIA CIRCULAR

A gestão do ciclo urbano da água incorpora princípios de circularidade na sua essência e o Grupo Águas de Portugal capitaliza o seu potencial de sustentabilidade através da adoção de modelos de valorização da cadeia de valor das suas operações, transformando os resíduos em novas matérias-primas.

A eficiência hídrica e a energética são objetivos estratégicos do Grupo no contexto da gestão da escassez de água e adaptação às alterações climáticas e da promoção da economia circular, destacando-se a produção de água para reutilização (ApR) e valorização de subprodutos resultantes dos processos de tratamento das águas, de que são exemplo as lamas e nutrientes, e o aproveitamento energético dos ativos e dos recursos endógenos, designadamente do biogás das digestões anaeróbias e instalação de equipamentos de produção de energia de fonte solar nas infraestruturas.

PRODUÇÃO DE ÁGUA PARA REUTILIZAÇÃO (APR)

O incremento da circularidade na utilização da água e a melhoria da eficiência hídrica têm uma relevância acrescida no atual contexto de alterações climáticas, constituindo uma boa prática de gestão da água, designadamente para fazer face ao aumento da frequência e intensidade de períodos de secas e de escassez de água.

Além de constituir uma medida de adaptação às alterações climáticas, a utilização de águas residuais tratadas incorpora os desafios da economia circular na gestão do ciclo urbano da água, gerando benefícios ambientais, sociais e económicos significativos.

As águas residuais tratadas nas infraestruturas das empresas do Grupo Águas de Portugal têm sido aproveitadas para utilizações internas e externas em diversos processos e instalações, tendo a produção de água para reutilização (ApR) obtida a partir do tratamento de águas residuais passado a integrar a atividade principal dos multimunicipais de saneamento de águas residuais no início de 2021 (Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro).

Os diversos projetos de reutilização que têm sido desenvolvidos pelo Grupo Águas de Portugal, em diferentes escalas e contextos regionais - rega agrícola (REUSE, AQUA-VINI, Casa Relvas), de campos de golfe e espaços verdes urbanos, lavagens e utilizações industriais, têm contribuído para aumentar o conhecimento, criar sinergias entre *stakeholders*, ultrapassar barreiras e desenvolver soluções seguras e adequadas em termos de custo-benefício, baseadas na abordagem fit-for-purpose e avaliação do risco, permitindo desenhar soluções proporcionais face aos usos previstos e às condicionantes específicas.

A divulgação dos casos de sucesso tem resultado num aumento da procura, mesmo em regiões onde a escassez de água não é crítica, assente em objetivos de utilização eficiente e preservação dos recursos hídricos.

ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE LAMAS DE ETAR

Com vista à mudança de paradigma na abordagem à gestão de lamas e alinhado com os objetivos de diversas políticas públicas, o Grupo Águas de Portugal tem em curso um plano ambicioso de valorização de lamas e de um conjunto de outros produtos passíveis de serem integrados em diversas fileiras produtivas, num verdadeiro processo de circularidade associado a eficiência e mitigação da pegada de carbono global.

PROGRAMA DE NEUTRALIDADE ENERGÉTICA

Sendo o Grupo Águas de Portugal o maior consumidor público de energia elétrica, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial, induzem, ou podem induzir, no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo Águas de Portugal pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, aproveitando o potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados; e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não podem deixar de ser tidos em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes, no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050); e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo Águas de Portugal – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica. Sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2023 (em torno dos 5%).

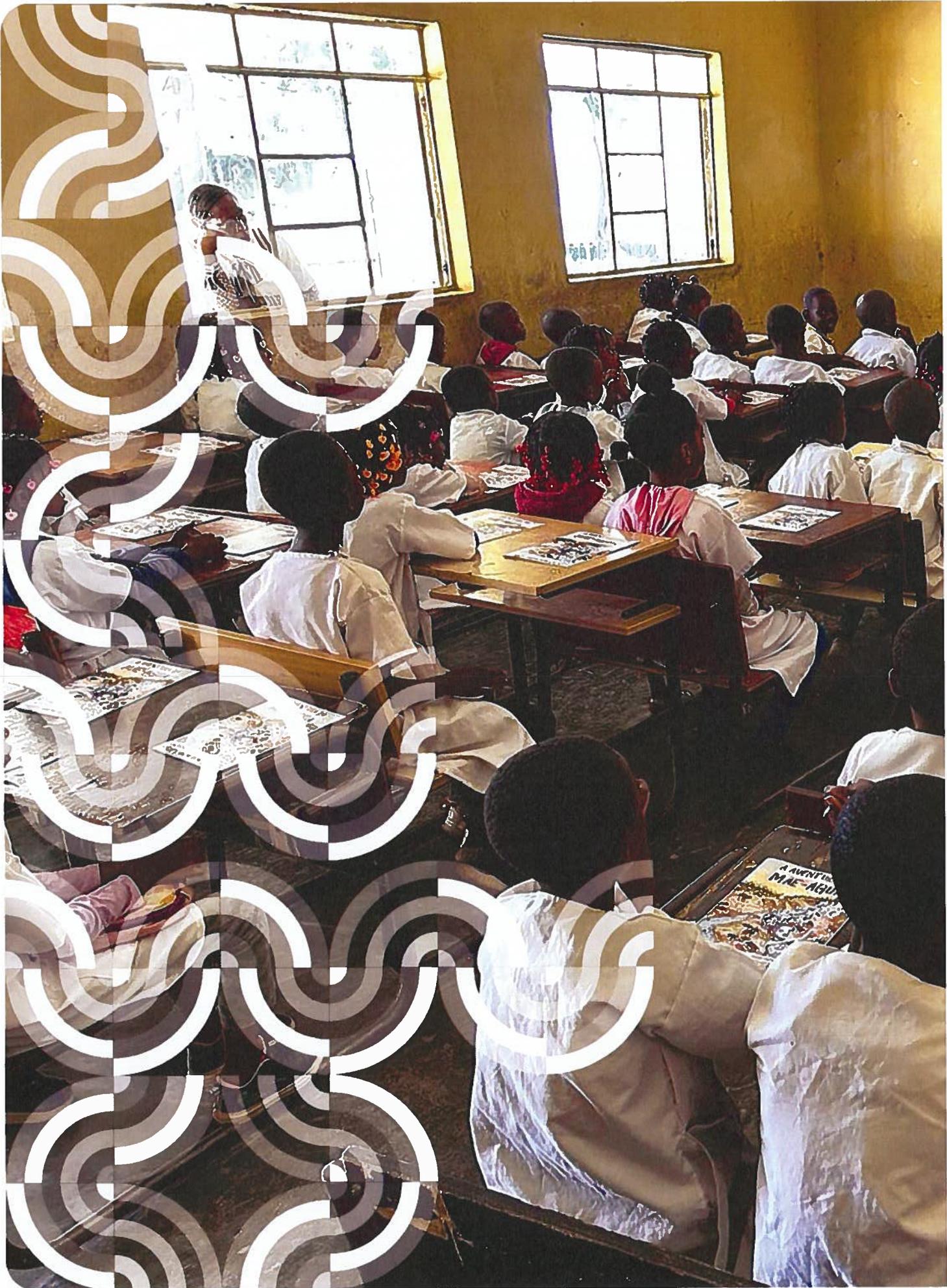
Desta forma, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais, e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável (prevendo um mix integrado de produção), principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZERO é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

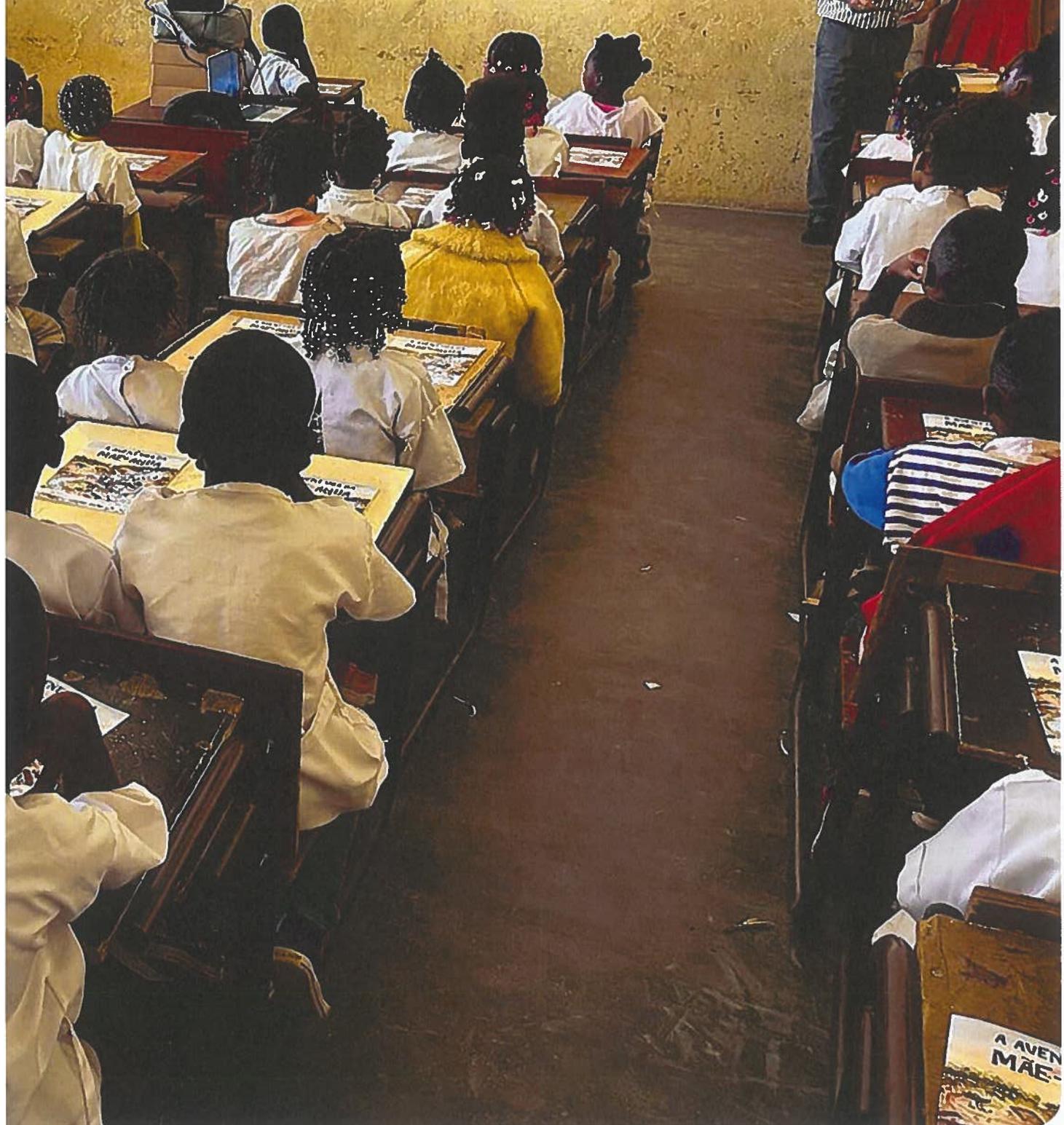
Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo Águas de Portugal nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das suas emissões de GEE. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo e das suas empresas.

Durante o ano de 2023 concluiu-se o desenvolvimento desta ferramenta e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo de 2019 (ano base do inventário) e de 2022 (último ano com dados disponíveis). Durante 2024, será concluído o inventário relativo a 2023, proceder-se-ão pequenos ajustes na ferramenta e delinear-se-á o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo Águas de Portugal.



O NEGÓCIO



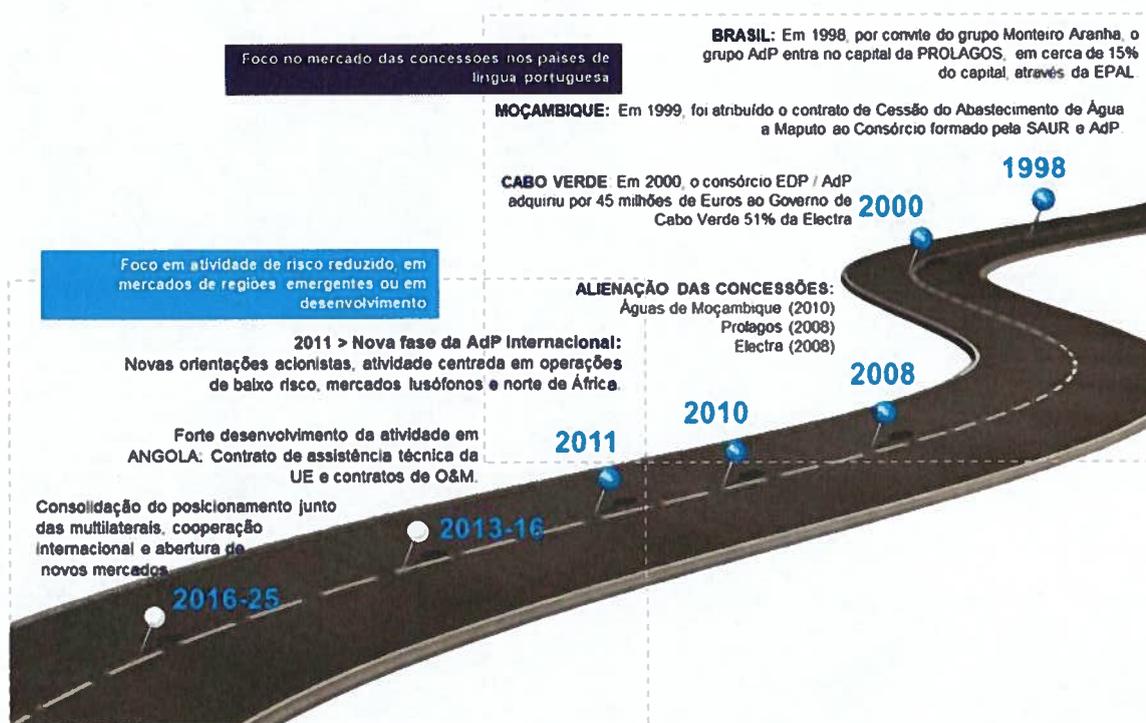
f 5 20

INTRODUÇÃO

A AdP Internacional é responsável pela gestão dos negócios internacionais do Grupo Águas de Portugal, atuando como montra das capacidades do Grupo e veículo de disseminação das competências do Grupo nos mercados internacionais, constituindo-se como alavanca para a sua internacionalização.

Ao prestar os nossos serviços a nível internacional, procuramos capitalizar a vasta experiência, *know-how* e soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal. Uma das principais vantagens da nossa abordagem é a capacidade de adaptar as soluções existentes no grupo à realidade local e à geografia específica de cada região em que operamos. Os profissionais especializados do grupo utilizam a sua experiência e *expertise* para personalizar e implementar as melhores práticas, adaptando-as às necessidades e características de cada localidade.

Nos últimos anos, a AdP Internacional tem vindo a consolidar uma posição nos mercados internacionais, contribuindo para a valorização do Grupo Águas de Portugal fora de Portugal. O percurso de sucesso do Grupo nos últimos 30 anos, associado aos resultados obtidos em Portugal no setor do abastecimento de água e saneamento, permitiu desenvolver *know-how* e competências em áreas críticas da gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento e no ciclo de vida das infraestruturas.

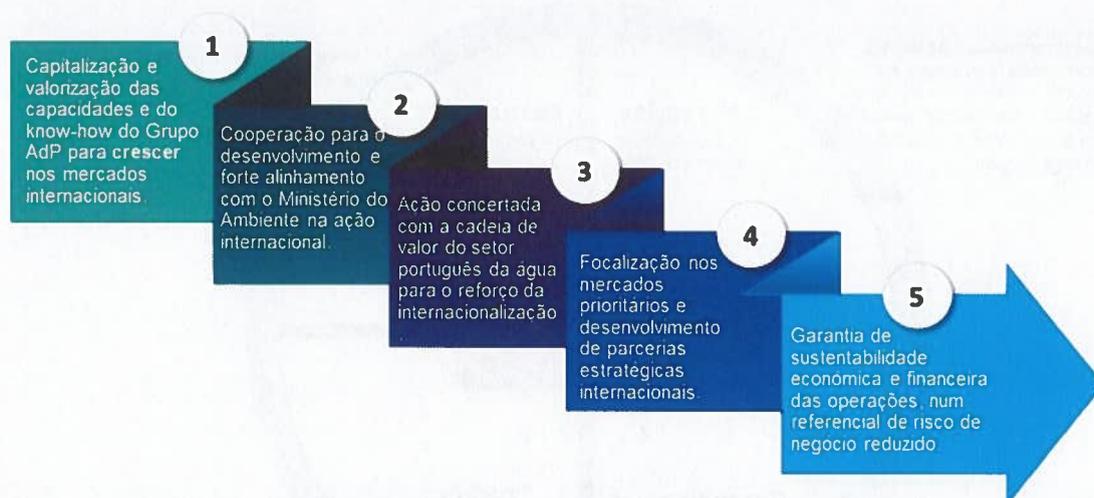


A atividade da AdP Internacional tem em conta a dimensão pública e a natureza de serviço público do Grupo Águas de Portugal, que se materializa na área internacional através do enfoque numa política de cooperação concertada com a sua tutela governamental. A dimensão pública também induz a sustentabilidade económica e financeira das operações.

É também relevante o contributo que a AdP Internacional pode dar no processo de internacionalização do setor português da água, estimulando consórcios e parcerias estratégicas com outras empresas.

Por forma a capitalizar a nível internacional as competências e capacidades, bem como os produtos e serviços existentes no Grupo AdP e, ainda, competências existentes no setor da água português, contribuindo para criar valor

e afirmar a marca Portugal nas geografias onde opera, as linhas de atuação estratégica da AdP Internacional assentam nos Princípios que se apresentam na figura seguinte:



Estes cinco Princípios concretizam-se através das seguintes linhas de atuação:

1 – Capitalização e valorização das capacidades e do know-how do Grupo AdP para crescer nos mercados internacionais.

- Centrar o portfólio de serviços da AdP Internacional nas competências e know-how do Grupo Águas de Portugal.
- Privilegiar a utilização das capacidades internas do Grupo Águas de Portugal, nos projetos da AdP Internacional.

2 - Cooperação para o desenvolvimento e forte alinhamento com o Ministério do Ambiente na ação internacional.

- Definir uma dimensão formal para a “cooperação para o desenvolvimento”.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial), na sua agenda internacional, e estabelecer rotinas de comunicação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, nas dimensões comercial e de desenvolvimento de negócio.

3 - Contribuir para a internacionalização da cadeia de valor do setor português da Água.

- Afirmar a AdP Internacional como alavanca para a concretização da internacionalização das empresas portuguesas, na sua função de serviço público.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial) na sua agenda internacional.

4 - Focalização nos mercados prioritários e desenvolvimento de parcerias estratégicas internacionais.

- Centrar o desenvolvimento de negócio nos mercados prioritários e nos serviços core.
- Avaliar a oportunidade de parcerias estratégicas com atores internacionais para potenciar a posição da AdP Internacional em determinados mercados.
- Fortalecer uma cultura de custo/benefício nas atividades de desenvolvimento de negócio.

5 - Sustentabilidade económica e financeira das operações e minimização do risco das operações.

- Assegurar resultados operacionais positivos.
- Aumentar o volume de negócios, através de projetos de valor acrescentado.
- Otimizar os custos operacionais e direcionar o investimento em desenvolvimento de negócio para iniciativas com elevada relação Custo / Benefício.

As ações subjacentes a estas linhas de atuação assentam no seguinte posicionamento estratégico:



Mercados: Concentrar a atenção e ser proactivo nos mercados prioritários e nos serviços e produtos "core" e estar atento às oportunidades nos mercados secundários.

De modo a ter em consideração as orientações estratégicas e a capitalizar o esforço desenvolvido nos últimos anos, a AdP Internacional centrará a sua estratégia comercial nos seguintes círculos:

1. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste.
2. Países e regiões com interesse estratégico onde Portugal detém vantagens comparativas, designadamente em África e, em particular, no Norte de África e na África Ocidental, assim como na América Latina.
3. Restantes países em função de oportunidades geradas pelos financiadores / investidores internacionais.

Este alinhamento será concretizado de acordo com as oportunidades que venham a ser identificadas.

Produtos: Divulgar produtos e serviços core para os quais a AdP Internacional, através do conhecimento e competências do Grupo Águas de Portugal, se posiciona como referência internacional.

Os *serviços core* em que assenta a atividade da AdP Internacional incorporam a experiência, conhecimento e competências consolidados ao longo dos 30 anos de atividade do Grupo Águas de Portugal. O portfólio de produtos e serviços da AdP Internacional baseia-se nas competências do Grupo e nas soluções tecnológicas desenvolvidas internamente e já implantadas nos mercados nacional e internacional:

1. Gestão de serviços de abastecimento de água e saneamento;
2. Operação e Manutenção de Infraestruturas;
3. Planeamento e gestão de investimentos;
4. Estudos estratégicos; e
5. Formação e capacitação.

Competências: Capitalizar as competências do Grupo AdP, tirando partido da sua Cultura, Experiência e do Conhecimento.

A competitividade da AdP Internacional está fortemente relacionada com a sua capacidade de incorporar o conhecimento e competências, bem como a experiência das equipas técnicas das várias empresas do Grupo Águas

AD
L

de Portugal. Se é importante ser competitivo na fase de concurso, é ainda mais importante demonstrar ao cliente, nos contratos ganhos, que a AdP Internacional mobiliza equipas de excelência e entrega os resultados pretendidos pelo cliente.

Acresce, ainda, que a forte competição internacional pode, e deve, ser superada através de uma atitude de inovação permanente, partindo dos produtos e soluções desenvolvidos pelo Grupo Águas de Portugal.

Parcerias: Avaliar a oportunidade de parcerias estratégicas com empresas nacionais e internacionais para contribuir para o crescimento da atividade da AdP Internacional.

Dada a dimensão do Grupo Águas de Portugal, a concretização das oportunidades nos mercados internacionais, pode ser potenciada através do estabelecimento de parcerias com grandes grupos empresariais nacionais e/ou internacionais.

Nesse sentido, as instituições internacionais de financiamento vocacionadas para o desenvolvimento, investidores internacionais presentes em Portugal e grandes empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, são potenciais entidades a avaliar:



Dada a natureza dos negócios internacionais, desenvolvidos com forte apoio das instituições internacionais de financiamento, a AdP Internacional posiciona-se como um parceiro reconhecido por estas, no quadro da sua atuação estratégica, e é dada especial importância à atualização do portfólio de projetos de investimento a financiar por estas instituições, enquanto informação para a tomada de decisão sobre as abordagens aos mercados.

CONTEXTO MACROECONÓMICO⁷

A evolução recente da economia mundial tem sido caracterizada por diferenças significativas de crescimento entre regiões e setores. O dinamismo da economia americana e das economias emergentes (excluindo a China) contrasta com a fraqueza das grandes economias europeias e o abrandamento na China. O dinamismo dos serviços continua a apoiar a atividade, em contraste com o enfraquecimento da indústria. A dinâmica da economia mundial permanece frágil, com riscos significativos de uma escalada dos conflitos geopolíticos ou do protecionismo.

GLOBAL

O crescimento global para o ano 2024 estima-se em 3,2% e é esperado um crescimento de 3,3% para 2025 e 2026.

A desinflação continua, mas existem sinais de que o processo está estagnado em alguns países e que em alguns casos, a inflação mantém-se elevada. A inflação global deverá cair para 4,2% em 2025 e 3,5% em 2026, convergindo para a meta definida de forma mais acelerada nas economias avançadas do que nas economias emergentes.

ZONA DO EURO

A atividade na área do euro deverá acelerar gradualmente, beneficiando da redução das taxas de juro, da recuperação do poder de compra das famílias e da robustez do mercado de trabalho. No terceiro trimestre de 2024, o PIB da área do euro registou um aumento de 0,4% em cadeia, acima do esperado, traduzindo em larga medida o ligeiro crescimento da atividade na Alemanha e o maior crescimento da economia francesa associado ao impacto dos Jogos Olímpicos. Nos primeiros três trimestres de 2024, a Alemanha e a Itália apresentaram um desempenho económico bastante aquém do observado na média da área do euro, em contraste com o dinamismo da economia espanhola. As projeções para a atividade na área do euro foram ligeiramente revistas em baixa face a outubro, apontando para crescimentos de 0,7% em 2024, 1,1% em 2025, 1,4% em 2026 e 1,3% em 2027.

As projeções apontam para que a inflação na área do euro se reduza de 2,4% em 2024 para 2,1% em 2025, estabilizando em torno de 2,0% nos anos seguintes. Espera-se uma diminuição do preço do petróleo, particularmente em 2025, num contexto de abrandamento da procura na China.

As taxas de juro de curto prazo deverão continuar a diminuir, de forma mais rápida e em maior magnitude do que as projeções de outubro. Os futuros da Euribor a 3 meses indicam uma descida de 1,4 pp em 2025, para 2,1%, com uma relativa estabilização nos anos seguintes.

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2024 são os seguintes:

	Estimativa 2024	Ano 2023
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	1,7%	2,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	3,0%	2,0%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	2,6%	5,3%
Taxa de desemprego	6,4%	6,5%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,562%	3,861%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,96%	3,24%

⁷ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

A economia portuguesa deverá crescer 1,7% em 2024, projetando-se em 2,2% para 2025 e 2026, reduzindo para 1,7% em 2027. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024 e 2,1% em 2025, estabilizando em 2,0% em 2026–2027.

O maior dinamismo da atividade nos próximos dois anos reflete um enquadramento mais favorável, com a melhoria das condições financeiras, a aceleração esperada da procura externa e a maior entrada de fundos da União Europeia. No entanto, o enquadramento externo está sujeito a riscos significativos em baixa de natureza económica e geopolítica.

O mercado de trabalho mantém-se robusto, com aumentos de emprego e de salários reais, a par de um desemprego baixo.

A orientação expansionista e pró-cíclica da política orçamental contribui igualmente para o maior dinamismo da atividade. Em 2027, a desaceleração do PIB decorre, em larga medida, do impacto do fim da execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2% em 2023 para 2,6% em 2027. Esta evolução reflete a substituição de dívida emitida no passado a taxas de juro inferiores às das atuais emissões, bem como o aumento das necessidades de financiamento líquidas por via da deterioração da situação orçamental.

As projeções orçamentais apontam para o retorno a uma situação deficitária, embora o rácio da dívida pública mantenha uma trajetória descendente. Estima-se que o excedente em 2024 possa atingir 0,6% do PIB, acima dos 0,4% previstos no Orçamento do Estado para 2025 (OE 2025). A atual projeção aponta para um saldo de -0,1% do PIB em 2025, inferior aos 0,3% estimados no OE 2025.

CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA⁸

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar, um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

Por um lado, mantém-se o conflito na Europa oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia. A este conflito juntou-se a guerra Israel-Hamas em outubro de 2023 agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos que, direta ou indiretamente, impactaram a geopolítica europeia e a crise energética durante o ano de 2024: Tensões no Mar do Sul da China (impacto global, incluindo nas rotas comerciais marítimas que afetam o fornecimento de energia e bens para a Europa); crise no Sahel (afeta a segurança de fornecimentos energéticos, como o urânio, essencial para a energia nuclear em países europeus); conflito na Síria (influencia as dinâmicas de gás natural no Mediterrâneo oriental, uma área estratégica para a Europa); Tensões em Arménia e Azerbaijão (Nagorno-Karabakh) (afetam rotas de energia, já que o Azerbaijão é um exportador importante de gás natural para a Europa, sobretudo no contexto da diversificação em relação à Rússia e disputas no Ártico (com o degelo, a região torna-se um campo de disputa entre grandes potências como Rússia, EUA, Noruega e Canadá, o que afeta a exploração de novos recursos energéticos, incluindo gás e petróleo).

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia aprovou o Plano REPowerEU Europeia que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026 para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros

⁸ https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº136/2022).

Em 2022, também como resposta à crise geopolítica, foi publicado o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. Pela sua importância a vigência do Plano de Poupança de Energia foi prorrogada até 31 de março de 2024.⁹

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15% do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7%.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da Administração Pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

No 15º Relatório de progresso do Plano de Poupança de Energia, Portugal superou em 159,6% a meta de eficiência energética estabelecida para 2023. No que diz respeito à eficiência hídrica, o relatório indica que o consumo de água nos centros comerciais diminuiu 2,2%. No caso das entidades gestoras (EG) de serviços de água, o consumo de energia médio por volume de água faturada reduziu-se em 3,4%.

Em simultâneo, procedeu-se à revisão do Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2023 (PNEC) que foi aprovada em outubro de 2024¹⁰. Uma das alterações efetuadas é o aumento da meta nacional para a redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. Este plano traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

O Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030) estabelece objetivos para a transição energética, incluindo a redução da dependência energética do exterior e o aumento da produção doméstica de energia a partir de fontes renováveis.

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

NOS MERCADOS PRIORITÁRIOS

Acompanhando as tendências mundiais, em 2024, a atividade comercial da AdP Internacional centrou-se na expansão e diversificação de oportunidades de projetos no setor de Abastecimento de Água e Saneamento. Estes projetos foram financiados por uma gama alargada de instituições de financiamento multilateral, reforçando o compromisso com o desenvolvimento e a cooperação internacional. A inovação e a sustentabilidade estiveram no cerne das iniciativas, com uma forte aposta em tecnologias emergentes e soluções verdes para enfrentar os desafios globais de água e saneamento.

Em 2024, os projetos delineados abrangeram uma variedade ainda maior de competências dentro do Grupo Águas de Portugal, destacando-se pela integração de soluções digitais avançadas e práticas de gestão sustentável dos recursos hídricos. Esta evolução reflete a capacidade do Grupo em adaptar-se às exigências do mercado e às necessidades específicas dos clientes, tirando partido das suas sólidas competências técnicas internas.

Geograficamente, embora os países lusófonos tenham continuado a ser uma área de foco, destacou-se a expansão para outras regiões, especialmente na Ásia e na América Latina. Esta diversificação geográfica foi impulsionada por uma estratégia de crescimento ambiciosa, que visa aumentar a presença internacional do Grupo Águas de Portugal em mercados emergentes e com alto potencial de desenvolvimento no setor de águas.

Em resposta a esta estratégia, a AdP Internacional reforçou a sua presença em mercados estratégicos através da formação de parcerias internacionais e consórcios, não só com parceiros franceses, alemães e americanos, mas

⁹ Cf. Despacho n.º 1572/2024 de 08 de fevereiro de 2024.

¹⁰ Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2024 de 30 de outubro

também estabelecendo novas alianças com empresas de países asiáticos e latino-americanos e da zona do Mediterrâneo. Esta abordagem colaborativa visa maximizar as chances de sucesso em concursos internacionais, promovendo soluções integradas e inovadoras em projetos de grande escala.

O compromisso com a proatividade junto dos clientes manteve-se fundamental, especialmente no que diz respeito à preparação de projetos financiáveis e à identificação de oportunidades de financiamento.

A AdP Internacional continuou a enfrentar os desafios dos processos de procurement e dos atrasos nos concursos, mantendo uma carteira de contratos sólida e diversificada, graças à sua abordagem estratégica e à capacidade de adaptação.

Em destaque, em 2024, esteve a expansão das atividades em projetos financiados por novas entidades, como o Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Mundial, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, abrindo portas para novas colaborações em mercados-chave.

ANGOLA¹¹

Um vasto país com uma extensa costa e um planalto central, Angola estende-se para o interior da África Austral, fazendo fronteira com a Namíbia, o Botswana, a Zâmbia e a República Democrática do Congo. As suas principais cidades, incluindo a capital, Luanda, estão voltadas para o oeste, sobre o Atlântico Sul, em direção ao Brasil, outra nação de língua portuguesa. A população do país ultrapassa agora os 38 milhões de habitantes (estimativa para 2024), refletindo um contínuo crescimento demográfico. Este aumento populacional acompanha uma dinâmica de transformações sociais, económicas e infraestruturais, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos angolanos.

CONTEXTO POLÍTICO

Em 2024, Angola testemunhou um período significativo de transição e consolidação política, seguindo as quartas eleições do pós-guerra realizadas em 24 de agosto de 2022, nas quais o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) manteve a liderança do país com 51% dos votos. A UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), como principal partido da oposição, alcançou um marco histórico com 44% dos votos, refletindo um cenário político cada vez mais competitivo.

Este resultado eleitoral assegurou ao Presidente João Lourenço um segundo e último mandato, durante o qual se espera que continue a implementar reformas políticas, económicas e sociais. A composição renovada do Governo, agora com 23 ministros e 3 ministros de Estado, reflete um esforço para responder de forma eficaz às expectativas da população e aos desafios de desenvolvimento do país.

Economicamente, o FMI, em setembro de 2024, reviu em alta o crescimento da economia de Angola, de 0,9% para 3,8% em 2024, devido à recuperação do setor petrolífero. Além disso, a taxa de inflação projetada para o ano é de 11,8%, sugerindo um ambiente macroeconómico relativamente estável, embora o controle da inflação continue a ser uma prioridade para garantir o poder de compra dos cidadãos angolanos.

O aumento do número de assentos da oposição, de 70 em 2017, para os atuais 96, sugere um fortalecimento do papel da oposição na governação do país, potencialmente levando a um ambiente político mais pluralista e a uma governação mais inclusiva e responsável.

Este período é visto como uma oportunidade para Angola consolidar os ganhos das reformas até agora implementadas, enfrentar os desafios persistentes relacionados com a pobreza, desemprego, e desenvolvimento social, e promover um crescimento económico inclusivo e sustentável. A comunidade internacional continua atenta

¹¹ [World Population Review - Angola Population 2024](#); [Worldometer - Angola Population 2025](#); [Worldometer - Angola Demographics 2024](#)

ao progresso do país, apoiando Angola nos seus esforços para alcançar uma estabilidade duradoura e um desenvolvimento económico robusto.¹²

VISÃO GERAL ECONÓMICA

Em 2024, Angola continuou numa trajetória de recuperação económica, evidenciando um crescimento mais robusto do PIB, estimado em 3,8%. Este avanço reflete os resultados positivos das medidas contínuas de diversificação económica, enfatizando o desenvolvimento de setores chave fora do petróleo, como a agricultura, a manufatura e os serviços. A melhoria do ambiente macroeconómico, aliada ao aumento dos preços internacionais do petróleo, proporcionou um impulso adicional, apesar do setor petrolífero ainda enfrentar desafios estruturais.

A implementação de reformas estruturais, visando a estabilidade macroeconómica e a atração de investimento estrangeiro direto, juntamente com iniciativas para melhorar o ambiente de negócios, tem sido fundamental para este progresso. Além disso, o compromisso do Governo Angolano com o aumento da produção agrícola e o apoio às pequenas e médias empresas tem contribuído para a redução da dependência do petróleo e para o aumento da resiliência económica.

Este desenvolvimento positivo surgiu no contexto de um esforço contínuo para superar os desafios impostos pela pandemia de COVID-19, com a economia a demonstrar uma capacidade crescente de adaptação e recuperação. Angola está agora posicionada para fortalecer a sua trajetória de crescimento económico sustentável, com a expectativa de que as reformas em curso e os esforços de diversificação continuem a render frutos nos próximos anos.

Além disso, a despesa pública manteve-se focada no desenvolvimento social e económico, com investimentos significativos em educação, saúde, proteção social e infraestruturas críticas. Este foco não só está a melhorar a qualidade de vida dos angolanos, mas também a criar um ambiente propício ao desenvolvimento do setor privado e ao investimento estrangeiro direto.

Ainda assim, os desafios socioeconómicos persistem, com uma parte significativa da população a viver abaixo da linha de pobreza e taxas de desemprego elevadas, especialmente entre os jovens. O Governo reconhece a necessidade de acelerar o crescimento económico inclusivo e está empenhado em promover reformas estruturais mais profundas e investimentos estratégicos que possam gerar emprego e rendimento para mais angolanos.

No campo das reformas económicas, Angola tem continuado a fortalecer o ambiente de negócios e a governação económica. Medidas recentes incluem a simplificação de processos para a criação de empresas, reformas no setor financeiro para promover a inclusão financeira e o fortalecimento do quadro legal e regulatório para combater a corrupção e a lavagem de dinheiro.¹³

SETOR DA ÁGUA¹⁴

Em 2024 não existiram novos investimentos ou projetos específicos anunciados por instituições multilaterais no setor da água em Angola.

Só as iniciativas anteriores, como o Projeto de Saneamento Inclusivo das Cidades Costeiras, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento em 2023, continuaram a ser implementadas ao longo de 2024.

¹² [Freedom House - Angola: Freedom in the World 2024 Country Report](#); [World Bank - Angola Overview: Development news, research, data](#); [BTI 2024 Angola Country Report](#); [FurtherAfrica - Angola's 2024 economic growth and key development insights](#); [Trading Economics - Angola Inflation Rate](#)

¹³ [World Bank - Angola Overview: Development news, research, data](#); [FurtherAfrica - Angola's 2024 economic growth and key development insights](#); [IMF Executive Board Concludes 2024 Article IV Consultation with Angola](#); [BTI 2024 Angola Country Report](#); [Eaglestone - The Angolan Economy](#).

¹⁴ [afdb.org](#); [novojornal.co.ao](#); [angola24horas.com](#)

Também, em agosto de 2024, o Mecanismo Africano da Água lançou a Iniciativa de Investimento em Saneamento Urbano em África, que visa mobilizar financiamentos e preparar projetos de saneamento urbano no continente. Embora não tenha sido mencionado um financiamento específico para Angola, esta iniciativa pode abrir portas para futuros investimentos no país.

Assim, em 2024, não se verificaram novos investimentos ou projetos específicos anunciados por instituições multilaterais no setor da água em Angola. No entanto, iniciativas anteriores, como o Projeto de Saneamento Inclusivo das Cidades Costeiras, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento em 2023, continuaram a ser implementadas ao longo de 2024 e os principais investimentos Multilaterais no Setor da Água, em Angola, continuaram focados na continuação e execução de financiamentos iniciados em anos anteriores que visam essencialmente a construção, infraestruturação, áreas nas quais a AdP Internacional não desenvolve a sua atividade, mais concretamente:

- **Banco Africano de Desenvolvimento (BAD):** Em outubro de 2023, o BAD, em parceria com o Fundo Africa Growing Together (AGTF), aprovou um financiamento de 124,4 milhões de dólares para o Projeto de Saneamento Inclusivo das Cidades Costeiras de Angola. Este projeto abrange as cidades de Benguela, Baía Farta, Catumbela e Lobito, beneficiando aproximadamente 1,4 milhões de habitantes. As iniciativas incluem a construção de redes de esgoto, estações de tratamento de águas residuais e reforço das capacidades locais, criando oportunidades para empresas de construção e fornecedoras de tecnologias de saneamento;
- **Banco Mundial:** Em abril de 2022, o Banco Mundial aprovou um financiamento de 300 milhões de dólares para o Projeto de Resiliência Climática e Segurança da Água em Angola (RECLIMA). Este projeto visa melhorar o abastecimento de água e reforçar a gestão dos recursos hídricos em várias províncias, incluindo Zaire, Benguela, Huíla, Kwanza Sul, Kuando Kubango, Cunene, Namibe e Luanda, beneficiando cerca de 1,2 milhões de pessoas. As iniciativas incluem a reabilitação e expansão dos serviços de abastecimento de água, manutenção de sistemas rurais e construção de infraestruturas comunitárias, oferecendo oportunidades para empresas envolvidas em engenharia hídrica e gestão de recursos;
- **Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD):** Em julho de 2021, a AFD, em conjunto com o Banco Mundial, assinou acordos de financiamento totalizando 1,8 mil milhões de dólares para diversos projetos em Angola. Entre eles, destaca-se o Projeto de Garantia de Abastecimento de Água de Luanda Bitá, com um investimento de 500 milhões de dólares, destinado a melhorar o acesso à água potável em áreas selecionadas de Luanda. Este projeto prevê a construção de sistemas de captação, adução, armazenamento e distribuição de água, criando oportunidades para empresas de construção civil e fornecedoras de equipamentos hídricos.

CABO VERDE¹⁵

Em 2024, Cabo Verde continuou a ser um exemplo notável de progresso e resiliência no arquipélago de dez ilhas, situado a 500 km da costa ocidental de África. Com uma população que ultrapassa ligeiramente os 526.000 habitantes, o país enfrenta desafios inerentes à sua fragmentação territorial, que impactam a conectividade e a eficiência na prestação de serviços essenciais como energia, água, educação e saúde. Apesar destas dificuldades, apenas 10% do seu território é arável e os recursos minerais são escassos, o que evidencia a necessidade de inovação e sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento.

O turismo continua a ser um pilar fundamental da economia cabo-verdiana, contribuindo significativamente para o PIB, embora o país se esforce por diversificar a sua economia. O setor sofreu um duro golpe com a pandemia de COVID-19, mas demonstrou sinais de recuperação em 2024, graças a estratégias robustas de relançamento e promoção turística, adaptadas ao contexto pós-pandemia.

Apesar dos desafios globais recentes, incluindo as repercussões da guerra na Ucrânia, Cabo Verde tem demonstrado uma capacidade notável de adaptação. O Governo continua comprometido com políticas sociais fortes, herança de um desenvolvimento social considerável desde a década de 70. Estas políticas visam não apenas recuperar os níveis

¹⁵ [World Population Review - Cabo Verde Population 2024](#); [Worldometer - Cabo Verde Population 2024](#); [World Bank - Cabo Verde Economic Update 2024](#); [U.S. Department of State - 2024 Investment Climate Statements: Cabo Verde](#); [World Bank - Cabo Verde Overview: Development news, research, data](#); [Global Partnership for Education - Education in Cabo Verde](#); [WHO - Country Cooperation Strategy 2024-2028, Cabo Verde](#); [World Bank - Digital Transformation in Cabo Verde: The New Horizon](#).

de crescimento económico pré-pandemia mas também enfrentar as vulnerabilidades sociais acentuadas pela crise global.

A pobreza, medida pela linha internacional de pobreza de \$5,50 por dia (em paridade de poder de compra de 2011), viu uma redução significativa entre 2015 e 2019. Apesar dos contratempos recentes, estima-se que os esforços renovados em políticas públicas e a recuperação económica gradual possam continuar a tendência de redução da pobreza, visando melhorar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades.

O compromisso com a educação e a saúde como pilares de desenvolvimento social permanece forte, com investimentos contínuos para melhorar a acessibilidade e a qualidade desses serviços essenciais. A digitalização e a inovação tecnológica são encaradas como soluções estratégicas para superar alguns dos desafios de conectividade e prestação de serviços.

Em suma, Cabo Verde está a fazer progressos consideráveis na sua jornada de desenvolvimento, enfrentando desafios com resiliência e uma visão clara de sustentabilidade e inclusão. A continuação de políticas eficazes e a implementação de estratégias inovadoras serão cruciais para manter a trajetória positiva do país.

CONTEXTO POLÍTICO¹⁶

Em 2024, Cabo Verde continuou a ser destacado como um exemplo notável de democracia e estabilidade política em África. O arquipélago tem mantido um sistema democrático saudável, caracterizado por eleições regulares, livre concorrência entre partidos e uma alternância pacífica de poder. Essas características têm fortalecido a confiança na governação e no processo democrático entre os cidadãos e a comunidade internacional.

Desde a independência em 1975, dois principais partidos políticos têm alternado no Governo: o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), com um histórico de governação imediatamente após a independência e novamente entre 2001 e 2016, e o Movimento para a Democracia (MpD), de orientação liberal de direita, que assegurou a reeleição nas eleições legislativas de abril de 2021. Ulisses Correia e Silva, do MpD, foi reconduzido ao cargo de primeiro-ministro, continuando a liderar o país com uma agenda focada no desenvolvimento económico, social e na melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos.

A eleição de José Maria Neves, apoiado pelo PAICV, para a presidência em 17 de outubro de 2021, com tomada de posse a 9 de novembro de 2021, exemplifica a maturidade do sistema político cabo-verdiano, onde o equilíbrio de poder e o respeito pelas instituições democráticas são mantidos, mesmo com a presença de um Chefe de Estado e um Chefe de Governo de partidos diferentes. Esta dinâmica contribui para um ambiente político equilibrado e propício ao diálogo e à colaboração.

O país realizou eleições autárquicas em dezembro de 2024, nas quais o PAICV conquistou a maioria das câmaras municipais, com 15 das 22 câmaras, enquanto o MpD ficou com sete. Esta reviravolta política reflete um descontentamento crescente com o Governo e uma vontade de mudança entre os eleitores.

Além da estabilidade política, Cabo Verde enfrenta o desafio contínuo de promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo, abordando questões como a pobreza, a desigualdade e os efeitos das mudanças climáticas. A governação responsável e a participação ativa da sociedade são essenciais para que Cabo Verde continue a ser um exemplo de progresso e resiliência em África.

VISÃO GERAL ECONÓMICA¹⁷

Em 2024, a economia de Cabo Verde continuou a demonstrar resiliência e uma recuperação progressiva após os desafios enfrentados nos anos anteriores. O crescimento real do PIB em 2024 está projetado para cerca de 5,2%,

¹⁶ [World Bank - Cabo Verde Overview: Development news, research, data](#); [Freedom House - Cabo Verde: Freedom in the World 2024 Country Report](#); [CRS Reports - Cabo Verde: In Brief](#); [Expresso das Ilhas - Autárquicas 2024: CNE publica resultados definitivos](#); [Balai - 2024: Reviravolta política a terminar o ano em Cabo Verde](#).

¹⁷ [African Development Bank Group - Cabo Verde Economic Outlook](#); [World Bank - Cabo Verde Economic Update 2024: Blue Economy: Navigating Towards Sustainable Growth in Cabo Verde](#); [Trading Economics - Cape Verde Inflation Rate](#); [IMF Country Report No. 24/9 CABO VERDE](#); [IMF Executive Board Completes Fifth Review Under the Extended Credit Facility Arrangement and Second Review Under the Resilience and Sustainability Facility Arrangement for Cabo Verde](#).

impulsionado pela recuperação contínua do consumo privado e pelo investimento em setores chave como o turismo, a economia azul, a agricultura, a energia e a economia digital.

A inflação, que atingiu o pico em 2022 devido aos choques externos, como a guerra na Ucrânia e os preços elevados da energia e dos alimentos, começou a reduzir em 2023. As medidas de política monetária e fiscal adotadas para mitigar a inflação mostraram efeitos, com a taxa de inflação projetada a desacelerar para cerca de 2,1% em 2024. Esta redução é um sinal positivo para o poder de compra das famílias e para a estabilidade macroeconómica geral.

O défice fiscal, que se expandiu em 2022 devido ao aumento das despesas para combater os efeitos da guerra na Ucrânia e a apoiar a economia, está projetado para continuar a diminuir em 2024. As medidas de consolidação fiscal e o crescimento económico mais sustentado contribuem para uma projeção de défice em torno de 3,0% do PIB. A trajetória da dívida pública também está prevista para melhorar, com o rácio dívida pública/PIB a diminuir gradualmente, refletindo o compromisso com a sustentabilidade fiscal e a eficácia das políticas adotadas.

O ambiente económico em 2024, embora ainda sujeito a incertezas globais, como potenciais choques climáticos, o prolongamento da guerra na Ucrânia, e os desafios relacionados com a pandemia de COVID-19, apresenta-se mais estável. O foco na diversificação económica, em especial através do fortalecimento do turismo e do aproveitamento da economia azul, bem como os investimentos em infraestruturas críticas, continuam a ser fundamentais para sustentar o crescimento e a resiliência económica no médio prazo.

A perspetiva económica para 2024 sugere que, apesar dos desafios remanescentes, há motivos para otimismo cauteloso, com expectativas de uma recuperação económica contínua, uma inflação mais controlada, e melhorias nos indicadores fiscais e de dívida, apoiando um caminho sustentável para o desenvolvimento económico e social.

SETOR DA ÁGUA¹⁸

Em 2024, Cabo Verde continuou a enfrentar desafios significativos no setor da água, devido à sua escassez de recursos hídricos e à dependência de processos de dessalinização, que são energeticamente intensivos. A dessalinização, essencial para suprir as necessidades de água potável, depende fortemente de energia produzida por centrais térmicas que utilizam combustíveis fósseis importados, resultando em altos custos de produção de água.

Em 2024, não foram anunciados novos investimentos ou projetos específicos por instituições multilaterais no setor da água em Cabo Verde. No entanto, as iniciativas anteriores continuaram a ser implementadas, com foco na melhoria da gestão dos recursos hídricos e na sustentabilidade:

- **Projeto de Gestão Sustentável da Água:** Financiado pelo Banco Mundial, este projeto visa melhorar a eficiência do uso da água e a gestão dos recursos hídricos em Cabo Verde. As iniciativas incluem a modernização das infraestruturas de distribuição de água e a implementação de tecnologias de monitoramento para reduzir perdas e aumentar a eficiência.
- **Programa de Dessalinização Sustentável:** Apoiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), este programa busca otimizar os processos de dessalinização, reduzindo o consumo de energia e os custos operacionais. As ações incluem a instalação de sistemas de energia renovável para alimentar as plantas de dessalinização e a capacitação técnica para a gestão eficiente das operações.

Cabo Verde enfrenta o desafio contínuo de equilibrar a necessidade de água potável com os altos custos de produção e a dependência de energia importada. A implementação de soluções inovadoras e sustentáveis, como o uso de energias renováveis para dessalinização, é crucial para garantir a segurança hídrica a longo prazo. A perspetiva para 2024 sugere que, apesar dos desafios, há um compromisso contínuo com a melhoria da gestão dos recursos hídricos e a sustentabilidade. A colaboração com parceiros internacionais e a adoção de tecnologias avançadas são fundamentais para enfrentar os desafios e garantir um fornecimento de água seguro e eficiente para a população.

¹⁸ HLSEA2024013 (2).pdf; Cabo Verde - United States Department of State; Water, Sanitation, and Hygiene.

GUINÉ-BISSAU¹⁹

Em 2024, a Guiné-Bissau continuou a enfrentar desafios significativos em termos de desenvolvimento socioeconómico, mas também apresentou oportunidades únicas devido à sua rica diversidade cultural e biodiversidade excecional, especialmente no arquipélago dos Bijagós. Com uma população que ultrapassa agora os 2,2 milhões de habitantes, a nação esforça-se por superar as adversidades e aproveitar o seu potencial para um desenvolvimento sustentável.

A diversidade étnica, linguística e religiosa da Guiné-Bissau é um dos seus tesouros culturais, promovendo uma riqueza de tradições e práticas que são fundamentais para a identidade nacional. Contudo, essa diversidade também apresenta desafios em termos de coesão social e governação.

A localização da Guiné-Bissau, com uma vasta linha costeira ao longo do Oceano Atlântico e o arquipélago dos Bijagós, oferece potencial significativo para o desenvolvimento do turismo ecológico e sustentável. Estas áreas são reconhecidas pela sua extraordinária biodiversidade e ecossistemas únicos, que, se adequadamente valorizados e protegidos, podem servir como uma importante fonte de receita e um meio de preservar o património natural.

Apesar da sua classificação como um dos países mais pobres e frágeis, a Guiné-Bissau tem feito esforços para melhorar a sua estabilidade política e económica. Os desafios de governação, infraestruturas deficientes e a necessidade de diversificar a economia além do setor agrícola, particularmente do cultivo de caju, continuam a ser prioridades para o país.

Em termos de cooperação internacional e desenvolvimento, a Guiné-Bissau beneficia do apoio de parceiros globais e regionais que estão comprometidos em ajudar o país a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Investimentos em educação, saúde, infraestrutura e no fortalecimento das instituições democráticas são essenciais para promover a paz, a segurança e um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Olhando para o futuro, a Guiné-Bissau enfrenta o desafio de capitalizar os seus pontos fortes únicos e superar as suas vulnerabilidades. A gestão eficaz dos seus recursos naturais, a promoção da inclusão social e a melhoria da governação são fundamentais para garantir um caminho próspero e sustentável para todos os seus cidadãos.

CONTEXTO POLÍTICO²⁰

Em 2024, a Guiné-Bissau continua a enfrentar o desafio de consolidar a sua estabilidade política e institucional, uma questão que tem marcado a história do país desde a sua independência de Portugal em 1974. Este país da África Ocidental, conhecido pela sua propensão a golpes de Estado e instabilidade política, tem, nos últimos anos, demonstrado sinais de progresso político.

O mandato do anterior presidente José Mário Vaz, que se tornou o primeiro presidente a completar um mandato inteiro desde a independência do país, representou um marco importante na política da Guiné-Bissau. No entanto, as eleições presidenciais de 2019 desencadearam uma nova crise política, que eventualmente foi resolvida em abril de 2020 com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) reconhecendo Umaro Sissoco Embaló como Presidente da República.

Desde a tomada de posse do novo Governo, em março de 2020, a Guiné-Bissau experienciou um período de relativa estabilidade política, apesar das tensões internas e alegações de interferência política no poder judicial. Este período de estabilidade é crucial para o desenvolvimento do país e para a preparação para os próximos ciclos eleitorais.

As eleições legislativas, realizadas em junho de 2023, resultaram na vitória da coligação Plataforma Aliança Inclusiva-Terra Ranka (PAI-TR), liderada por Domingos Simões Pereira, que obteve uma maioria de 54-48 no Parlamento. No entanto, em dezembro de 2023, o Presidente Embaló dissolveu o Parlamento, alegando uma tentativa de golpe. As eleições legislativas foram inicialmente marcadas para novembro de 2024, mas foram adiadas indefinidamente pelo Presidente Embaló em novembro de 2024.

¹⁹ População que ultrapassa agora os 2,2 milhões de habitantes; Extraordinária biodiversidade e ecossistemas únicos; Desafios de governação, infraestruturas deficientes e a necessidade de diversificar a economia; Apoio de parceiros globais e regionais comprometidos em ajudar o país a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

²⁰ Plataforma Aliança Inclusiva-Terra Ranka (PAI-TR) vitória nas eleições legislativas de 2023.

A gestão destes processos eleitorais, bem como a resposta às suas consequências, poderá influenciar significativamente a estabilidade política a longo prazo. Para a Guiné-Bissau, o fortalecimento das instituições democráticas, a promoção da transparência e a garantia de um sistema judicial independente são passos fundamentais para superar os desafios históricos. Com a comunidade internacional atenta, há uma esperança cautelosa de que o país possa continuar no caminho da estabilidade política, essencial para o desenvolvimento socioeconómico sustentável e a melhoria das condições de vida dos seus cidadãos.

VISÃO GERAL ECONÓMICA²¹

Em 2024, a economia da Guiné-Bissau continuou a demonstrar resiliência e uma recuperação progressiva, apesar dos desafios globais e internos. Após um período desafiador em 2020, marcado por uma contração económica devido aos efeitos da pandemia de COVID-19 e ao fechamento de fronteiras, a economia mostrou sinais significativos de recuperação em 2021, com um crescimento estimado de 3,8%, impulsionado pela retoma do comércio e um aumento na produção de caju, um dos principais produtos de exportação do país.

O setor primário, especialmente a agricultura, tem sido um pilar fundamental para a economia, contribuindo com 48% do PIB em 2021. O investimento, com um aumento de 6,4% em relação a 2020, desempenhou um papel crucial no impulso do crescimento económico, refletindo a confiança na recuperação e nas perspetivas futuras da economia da Guiné-Bissau.

A inflação, que acelerou para 3,3% em 2021 devido aos preços mais elevados dos combustíveis e dos alimentos, continua a ser uma área de monitoramento. Em 2024, a taxa de inflação está projetada para alcançar 3,5%, uma redução significativa em comparação com os 7,2% de 2023. Esta redução é um sinal positivo para o poder de compra das famílias e para a estabilidade macroeconómica geral.

O défice fiscal do país piorou em 2023, aumentando para 7,6% do PIB, devido a receitas fiscais mais baixas e a um desempenho fraco das exportações de caju. No entanto, em 2024, o défice fiscal está projetado para diminuir para 3,6% do PIB, refletindo um compromisso com a consolidação fiscal e a sustentabilidade das finanças públicas.

O setor bancário da Guiné-Bissau, dominado por instituições estrangeiras, mostrou sinais de saúde e estabilidade, com uma redução no rácio de crédito malparado e um sólido rácio de capital, refletindo a resiliência do sistema financeiro.

O crescimento projetado de 5% para 2024 destaca as expectativas positivas para a economia da Guiné-Bissau, apoiadas pela continuação da recuperação nos setores chave e pelo potencial de crescimento em áreas como a agricultura e o turismo. No entanto, a notação de risco de sobre-endividamento elevado pelo FMI relembra a necessidade de cautela e uma gestão cuidadosa da dívida externa para assegurar a sustentabilidade económica a longo prazo.

Enfrentando uma taxa de pobreza elevada e desemprego, especialmente entre os jovens, a Guiné-Bissau precisa de continuar a focar-se no desenvolvimento socioeconómico inclusivo, na criação de empregos e na promoção de um ambiente de negócios favorável para atrair investimentos e estimular o crescimento sustentável.

SETOR DA ÁGUA²²

Em 2024, a Guiné-Bissau continuou a enfrentar desafios significativos no setor da água, devido à escassez de recursos hídricos e à infraestrutura inadequada. A falta de acesso a água potável e saneamento básico permanece uma preocupação crítica, especialmente nas áreas rurais.

²¹ [Economic Update 2024: challenges and opportunities for economic growth in Guinea-Bissau](#); [Guinea-Bissau Overview: Development news, research, data](#) | World Bank; [Guinea-Bissau Inflation Rate - TRADING ECONOMICS](#); [Consumer Price Index - Guinea-Bissau Data Portal](#); [Guinea-Bissau Economic Outlook - African Development Bank Group](#); [IMF Country Report No. 24/132 GUINEA-BISSAU](#); [BTI 2024 Guinea-Bissau Country Report](#); [Guinea-Bissau | Data - World Bank Data](#).

²² [UNICEF Guinea-Bissau: Water, sanitation and hygiene](#); [Guinea-Bissau Overview: Development news, research, data](#) | World Bank; [Guinea Bissau | Sanitation and Water for All \(SWA\)](#)

Em 2024, não foram anunciados novos investimentos ou projetos específicos por instituições multilaterais no setor da água na Guiné-Bissau. No entanto, as iniciativas anteriores continuaram a ser implementadas, com foco na melhoria do acesso à água potável e saneamento:

- **Projeto de Abastecimento de Água e Saneamento Rural:** Financiado pelo Banco Mundial, este projeto visa melhorar o acesso à água potável e saneamento nas áreas rurais da Guiné-Bissau. As iniciativas incluem a construção de poços, sistemas de distribuição de água e instalações sanitárias, beneficiando milhares de habitantes.
- **Programa de Saneamento Urbano:** Apoiado pela UNICEF, este programa busca melhorar as condições de saneamento nas áreas urbanas, com foco na eliminação da defecação a céu aberto e na promoção de práticas de higiene. As ações incluem a construção de latrinas e a implementação de campanhas de sensibilização.
- **Iniciativa de Gestão Sustentável da Água:** Financiada pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), esta iniciativa visa fortalecer a gestão dos recursos hídricos na Guiné-Bissau. As atividades incluem a capacitação técnica das autoridades locais e a implementação de tecnologias de monitoramento para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos.

A Guiné-Bissau enfrenta o desafio contínuo de equilibrar a necessidade de água potável com a infraestrutura limitada e a dependência de financiamento externo. A implementação de soluções inovadoras e sustentáveis, como o uso de tecnologias de baixo custo e a promoção de práticas de higiene, é crucial para garantir a segurança hídrica a longo prazo. A perspectiva para 2024 sugere que, apesar dos desafios, há um compromisso contínuo com a melhoria do acesso à água potável e saneamento, essencial para a saúde e o bem-estar da população.

MOÇAMBIQUE²³

Moçambique, um país situado na costa sudeste da África, é conhecido pela sua extensa linha costeira ao longo do Oceano Índico, que se estende por mais de 2.500 km. Faz fronteira com a Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue, África do Sul e Essuatíni. A capital, Maputo, é uma cidade vibrante e um importante centro econômico e cultural. Com uma população estimada em cerca de 34 milhões de habitantes em 2024, Moçambique tem experimentado um crescimento demográfico significativo.

Este crescimento populacional tem sido acompanhado por uma série de transformações sociais, econômicas e infraestruturais. O país está empenhado em alcançar um desenvolvimento sustentável, com foco na melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos. Moçambique possui uma rica diversidade cultural e natural, incluindo parques nacionais e reservas que abrigam uma vasta gama de flora e fauna.

CONTEXTO POLÍTICO

Em 2024, Moçambique realizou eleições presidenciais, legislativas e provinciais, marcadas por uma participação significativa dos eleitores. A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) manteve sua posição dominante, com Daniel Chapo vencendo a corrida presidencial. A Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) continuaram a ser os principais partidos de oposição. No entanto, o período pós-eleitoral foi marcado por tensões e manifestações, com acusações de fraude eleitoral e confrontos entre manifestantes e forças de segurança, destacando os desafios democráticos e a polarização política no país.

O conflito em Cabo Delgado permaneceu uma preocupação central, com ataques insurgentes afetando a estabilidade e a segurança na região. O governo intensificou os esforços para conter a violência e proteger a população, mas a situação continua a ser um desafio significativo para a administração de Chapo.

VISÃO GERAL ECONÓMICA

Em 2024, a economia de Moçambique enfrentou desafios consideráveis, mas também mostrou sinais de resiliência. O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou a previsão de crescimento econômico para 4,3%, abaixo dos 5%

²³ [Desafios para Moçambique 2023-2024; Eleições em Moçambique 2024: O que está a acontecer de novo?; Análise da crise em Moçambique: Perspectivas políticas, económicas, sociais e de segurança; Moçambique e os desafios institucionais e democráticos pós-eleitorais; Artigos sobre Moçambique 2023-2024; Missão de Observação Eleitoral da União Africana 2024.](#)

estimados anteriormente. A inflação foi projetada para 6,5%, refletindo uma desaceleração em comparação com os anos anteriores. A dívida pública, no entanto, continuou a ser uma preocupação, representando 96,5% do PIB.

O setor de gás natural, especialmente em Cabo Delgado, foi um dos principais motores de crescimento, apesar dos desafios de segurança. O governo continuou a implementar reformas estruturais para atrair investimento estrangeiro e melhorar o ambiente de negócios. A agricultura também permaneceu um setor crucial, com esforços para aumentar a resiliência climática e a segurança alimentar.

Apesar desses avanços, muitos moçambicanos ainda vivem abaixo da linha da pobreza, e o desemprego, especialmente entre os jovens, continua a ser um desafio significativo. O governo está comprometido em promover um crescimento econômico inclusivo e sustentável, com foco em reformas estruturais e investimentos estratégicos para gerar emprego e renda para a população.

SETOR DA ÁGUA²⁴

Em 2024, o setor da água em Moçambique continuou a enfrentar desafios significativos, especialmente nas áreas rurais. Apesar dos avanços registados na última década, o acesso à água potável e ao saneamento básico ainda é limitado para grande parte da população.

Não foram anunciados novos investimentos ou projetos específicos por instituições multilaterais no setor da água em Moçambique em 2024. No entanto, iniciativas anteriores continuaram a ser implementadas ao longo do ano. Um exemplo é a Estratégia Nacional de Água e Saneamento Urbano 2011-2025, que visa melhorar o abastecimento de água e o saneamento nas áreas urbanas e periurbanas.

Os desafios no setor de água em Moçambique incluem a precariedade das infraestruturas e a falta de investimentos contínuos. A população, especialmente nas zonas rurais, muitas vezes depende de fontes de água não tratadas, como rios e poças, que podem estar contaminadas e ser responsáveis pela transmissão de doenças como a cólera.

Iniciativas em curso:

- **WaterAid:** A organização não governamental WaterAid tem destacado a necessidade de direcionar mais recursos financeiros para o setor de água, saneamento e higiene (ASH) como uma medida primordial para mitigar doenças hídricas a longo prazo.
- **Estratégia Nacional de Água e Saneamento Urbano:** Esta estratégia, que está em vigor desde 2011, continua a ser uma base importante para o desenvolvimento do setor, com foco na melhoria do abastecimento de água e saneamento nas áreas urbanas e periurbanas.

Embora não tenha havido novos financiamentos específicos em 2024, a continuidade das iniciativas existentes e a implementação de estratégias nacionais são cruciais para o progresso do setor. A mobilização de recursos e a criação de um ambiente favorável para investimentos futuros são essenciais para garantir o acesso universal à água potável e ao saneamento básico em Moçambique.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE²⁵

Em 2024, a República de São Tomé e Príncipe continuou a ser um exuberante arquipélago situado no Golfo da Guiné, caracterizado pela sua rica biodiversidade e paisagens deslumbrantes. Com uma população que ultrapassa ligeiramente os 230.000 habitantes, este país de língua portuguesa mantém-se como um estado insular com um rendimento médio-baixo, cuja economia é fortemente influenciada por fatores externos e internos.

A economia de São Tomé e Príncipe depende significativamente da agricultura, turismo, e das remessas dos emigrantes. O cacau continua a ser o principal produto de exportação, embora o país esteja a tentar diversificar a sua base económica, promovendo o turismo e explorando outras culturas agrícolas como o café e a pimenta. O

²⁴ PIB de Moçambique reduziu em 2024; FMI Revê em Baixa Previsão de Crescimento Económico de Moçambique Para 4,3% em 2024-25; Moçambique falha meta de crescimento económico e fica nos 1,9% em 2024; Estratégia Nacional de Água e Saneamento Urbano 2011-2025.

²⁵ African Development Bank Group - São Tomé and Príncipe Economic Outlook ; United States Department of State - 2024 Investment Climate Statements: São Tomé and Príncipe ; World Bank - São Tomé and Príncipe Overview: Development news, research, data.

Handwritten signature and initials in blue ink.

turismo, em particular, é visto como um setor chave para o desenvolvimento futuro, dada a beleza natural do país e a sua rica cultura.

No entanto, a economia enfrenta desafios contínuos devido à sua vulnerabilidade a choques exógenos, incluindo flutuações nos preços internacionais das *commodities*, alterações climáticas e eventos globais que podem impactar o fluxo turístico. Esses desafios são exacerbados pela pandemia de COVID-19, que afetou significativamente o turismo, uma fonte vital de receita para o país.

Em resposta, o Governo tem procurado fortalecer as políticas fiscais e promover reformas estruturais com o objetivo de melhorar a resiliência económica e social. Isso inclui investimentos em infraestruturas, educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável a longo prazo. Além disso, há um foco crescente na promoção de uma economia verde e na exploração de energias renováveis, visando reduzir a dependência do país de importações energéticas.

A comunidade internacional, reconhecendo a vulnerabilidade única dos pequenos estados insulares, tem oferecido suporte a São Tomé e Príncipe através de assistência financeira e técnica. Estes esforços visam apoiar o país na sua trajetória de crescimento sustentável e na redução da pobreza.

Olhando para o futuro, São Tomé e Príncipe enfrenta o desafio de equilibrar o crescimento económico com a proteção do seu património natural e cultural. A governação eficaz, o desenvolvimento sustentável e a diversificação económica permanecem como pilares fundamentais para a resiliência e prosperidade futuras deste encantador arquipélago.

CONTEXTO POLÍTICO²⁶

Em 2024, São Tomé e Príncipe continuou a reforçar a sua reputação como um dos sistemas democráticos mais estáveis e exemplares na África Central. O país, que adotou um sistema democrático multipartidário semipresidencial desde a sua independência, evidenciou mais uma vez a sua maturidade política nas últimas eleições realizadas a 25 de setembro de 2022. Nestas eleições, a Ação Democrática Independente (ADI) obteve uma vitória significativa, conquistando 30 dos 55 lugares do parlamento, o que lhe confere uma posição confortável para formar o governo e liderar o país durante os próximos quatro anos.

A nova Assembleia Nacional, refletindo um espectro político diversificado, é composta por quatro partidos políticos: a ADI com 30 deputados, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe - Partido Social Democrata (MLSTP-PSD) com 18 deputados, o Movimento Cidadãos Independentes - PUN (MCI-PUN) com cinco deputados, e o Bloco de Ação para Solidariedade e Trabalho Autárquico (BASTA) com dois deputados. Esta composição parlamentar promete um ambiente político dinâmico e um diálogo interpartidário ativo nos próximos anos.

A vitória da ADI e a distribuição dos assentos no parlamento indicam uma possível mudança nas prioridades políticas e no desenvolvimento de políticas públicas. A diversidade de representação no Parlamento é também um sinal saudável da democracia vibrante do país, permitindo uma variedade de vozes e perspectivas no processo legislativo.

Com esta nova configuração governamental e legislativa, São Tomé e Príncipe enfrenta o desafio de continuar a promover o desenvolvimento socioeconómico sustentável, a diversificação económica e a melhoria dos serviços públicos, enquanto mantém o compromisso com os princípios democráticos e a estabilidade política.

Este período será crucial para São Tomé e Príncipe, à medida que o novo Governo procura implementar as suas políticas e programas, com o apoio e o escrutínio de um parlamento diversificado. A continuidade da cooperação entre os partidos e o compromisso com o diálogo democrático serão fundamentais para o progresso do país nos próximos anos.

VISÃO GERAL ECONÓMICA²⁷

Em 2024, São Tomé e Príncipe continuou a navegar pelos desafios inerentes aos pequenos estados insulares, que impactam diretamente a sua economia e a capacidade de responder a choques externos, além de manter equilíbrios

²⁶ African Development Bank Group - São Tomé and Príncipe Country Strategy Paper 2024-2029; World Food Programme - São Tomé and Príncipe Country Strategic Plan (2024-2028); African Development Bank Group - São Tomé and Príncipe Economic Outlook.

²⁷ African Development Bank Group - São Tomé and Príncipe Economic Outlook; World Bank - São Tomé and Príncipe Overview: Development news, research, data.



fiscal e externo estáveis. A limitação populacional e a consequente escassez de mão de obra restringem a produção eficiente em escala necessária tanto para o mercado interno quanto para a exportação, enquanto a localização remota eleva os custos de exportação e complica a diversificação económica.

Este cenário é agravado por um ambiente de negócios desafiador e um setor de energia deficiente, que limitam o desenvolvimento do setor privado. A dispersão populacional exige elevados gastos públicos para assegurar a prestação adequada de serviços públicos, aumentando o custo dos bens públicos.

Nos últimos anos, o crescimento económico de São Tomé e Príncipe tem sido impulsionado por gastos governamentais, ajuda externa, empréstimos governamentais, agricultura, turismo e algum investimento estrangeiro direto, este último influenciado pelas expectativas em torno da produção de petróleo. Entre 2010 e 2014, o PIB cresceu a uma média superior a 5%, desacelerando para menos de 3,5% entre 2015 e 2019, impactado por cortes de energia, redução nos investimentos públicos financiados externamente e um desempenho mais fraco no setor do turismo, além de choques climáticos e pragas que afetaram a agricultura e a pesca.

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios adicionais, paralisando a indústria turística, que era até então um motor de crescimento para o setor privado. Apesar destas adversidades, com apoio financeiro externo significativo, o governo conseguiu mitigar alguns dos impactos negativos na economia, levando a um crescimento real do PIB de 3,1% em 2020. Contudo, em 2021, a recuperação foi mais lenta, principalmente devido à demora na recuperação do turismo, persistente escassez de energia e redução do financiamento externo para investimentos públicos, resultando num crescimento estimado do PIB real de 1,8%.

A recuperação do turismo no primeiro semestre de 2023, impulsionada pela retoma das viagens internacionais e progressos na vacinação, sinalizou uma melhoria. No entanto, a economia enfrenta incertezas e riscos negativos, incluindo a vulnerabilidade a eventos climáticos e as implicações do aumento dos custos globais de alimentos e combustíveis, exacerbados pelo conflito na Ucrânia.

Em 2024, a economia de São Tomé e Príncipe continuou a enfrentar desafios significativos. O crescimento real do PIB foi projetado para 1,2%, refletindo a lenta recuperação económica e os impactos contínuos dos choques externos. A inflação, que atingiu 21,3% no final de 2023, está projetada para continuar a sua tendência de queda, alcançando uma média de 16,1% em 2024. O défice fiscal é esperado diminuir para 3,3% do PIB em 2024, com esforços contínuos para melhorar a gestão fiscal e reduzir a dependência de financiamento externo.

Com o apoio contínuo do Banco Mundial e outras instituições multilaterais, São Tomé e Príncipe trabalha para superar esses desafios. A implementação de reformas estruturais, investimentos em infraestruturas críticas e a promoção de uma economia verde são essenciais para o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

SETOR DA ÁGUA²⁸

Em 2024, São Tomé e Príncipe não anunciou novos investimentos ou projetos específicos no setor da água por parte de instituições multilaterais. No entanto, as iniciativas anteriores continuaram a ser implementadas ao longo do ano.

Uma das principais iniciativas em andamento é a **Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030**, desenvolvida com o apoio da Comissão Europeia. Esta estratégia visa garantir que toda a população tenha acesso a água potável e saneamento adequado até 2030.

Além disso, o país possui recursos hídricos significativos, alimentados por chuvas regulares e abundantes, estimados em cerca de 2 bilhões de m³ por ano. No entanto, apenas uma pequena fração desses recursos é aproveitada, destacando a necessidade de investimentos em infraestrutura para melhorar a captação e distribuição de água.

Em termos de projetos específicos, o **Projeto de Saneamento Urbano** financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e outras iniciativas de parceiros internacionais têm sido fundamentais para melhorar o acesso à água e saneamento nas áreas urbanas e rurais. Estas iniciativas incluem a construção de redes de esgoto, estações de tratamento de águas residuais e o reforço das capacidades locais, criando oportunidades para empresas de construção e fornecedoras de tecnologias de saneamento.

Assim, embora não tenham sido anunciados novos projetos em 2024, as iniciativas existentes continuam a desempenhar um papel crucial na melhoria do setor da água em São Tomé e Príncipe, com foco na sustentabilidade e no desenvolvimento a longo prazo.

²⁸ Comissão Europeia; Banco Africano de Desenvolvimento.

P / L / 00

TIMOR-LESTE²⁹

Timor-Leste, uma nação insular localizada no sudeste da Ásia, ocupa a metade oriental da ilha de Timor, partilhando fronteiras terrestres com a Indonésia. Com uma costa extensa voltada para o Mar de Timor, o país possui uma geografia diversificada que inclui montanhas, florestas tropicais e praias deslumbrantes. A capital, Díli, é o centro político e económico do país, situada na costa norte.

A população de Timor-Leste é estimada em cerca de 1,34 milhões de habitantes em 2024, refletindo um crescimento demográfico contínuo. Este aumento populacional é acompanhado por esforços significativos em transformações sociais, económicas e infraestruturais, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida dos timorenses. O país tem feito progressos notáveis em várias áreas, incluindo educação, saúde e infraestrutura, apesar dos desafios persistentes.

CONTEXTO POLÍTICO³⁰

Em 2024, Timor-Leste continuou a consolidar sua estabilidade política após as eleições parlamentares de 2023, que resultaram na manutenção da coligação governamental liderada pelo primeiro-ministro Taur Matan Ruak. A coligação inclui o Partido de Libertação Popular (PLP), a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) e o Kmanek Haburas Unidade Nasional Timor Oan (KHUNTO). A oposição é liderada pelo Congresso Nacional de Reconstrução Timorense (CNRT), com o Partido Democrático (PD) mantendo uma posição intermediária.

O presidente José Ramos-Horta, eleito em 2022, tem desempenhado um papel importante na promoção da estabilidade e na implementação de reformas. Em 2024, o governo de Timor-Leste focou-se em fortalecer as instituições democráticas e melhorar a governança. As eleições são realizadas de forma livre e justa, refletindo o compromisso do país com a democracia.

No entanto, Timor-Leste enfrenta desafios contínuos, como a violência de grupos de artes marciais e a violência de gênero. A dependência das receitas petrolíferas, que se prevê terminarem até 2034, representa um desafio fiscal significativo. A exploração do campo de gás Greater Sunrise é vista como uma potencial solução para esses desafios econômicos.

VISÃO GERAL ECONÓMICA³¹

Em 2024, a economia de Timor-Leste apresentou um crescimento projetado de 3,7%, impulsionado pelo aumento dos gastos públicos e pelo crescimento do crédito. No entanto, a economia continua pouco diversificada e altamente dependente do setor público e das receitas petrolíferas. A inflação foi mantida em 0,2% em outubro de 2024, refletindo um ambiente macroeconômico relativamente estável.

O governo tem feito esforços para diversificar a economia, com foco na agricultura e no desenvolvimento de pequenas e médias empresas. A produção de café continua a ser um setor importante, embora enfrente desafios devido aos baixos preços no mercado internacional.

O Orçamento Geral do Estado para 2024 reflete a visão estratégica do governo de construir uma sociedade mais próspera e justa, com investimentos significativos em educação, saúde, proteção social e infraestruturas críticas. Esses investimentos são essenciais para melhorar a qualidade de vida da população e criar um ambiente propício ao desenvolvimento do setor privado.

Apesar dos desafios, Timor-Leste está empenhado em promover um crescimento econômico inclusivo e sustentável, com foco na diversificação econômica e na melhoria da resiliência econômica. A comunidade internacional continua a apoiar Timor-Leste em seus esforços para alcançar uma estabilidade duradoura e um desenvolvimento econômico robusto.

²⁹ Instituto Nacional de Estatística de Timor-Leste (INETL); UNICEF - Timor-Leste at a Glance 2024.

³⁰ Timor-Leste: opções no contexto da policrise - DILIGENTE; Quatro olhares sobre o futuro de Timor-Leste | ONU News; IX Governo Reafirma Prioridades: Crescimento, Estabilidade e Bem-Estar.

³¹ Timor-Leste Economic Grow Forecast to Pick Up in 2024-2025 Amid Easing Inflation, Stable Fiscal Outlook; FMI prevê crescimento econômico de Timor-Leste este ano e no próximo | ONU News; FMI estima crescimento econômico de Timor-Leste em 2024 e 2025.



SETOR DA ÁGUA³²

Em 2024, Timor-Leste continuou a enfrentar desafios significativos no setor da água, com foco na melhoria do acesso e da qualidade dos serviços de abastecimento de água potável e saneamento. O governo de Timor-Leste, através da Direção Geral de Água e Saneamento, manteve esforços contínuos para assegurar a orientação geral e a coordenação integrada de todos os serviços relacionados à qualidade e distribuição da água, saneamento básico e tratamento de águas residuais.

Durante o ano de 2024, não foram anunciados novos investimentos ou projetos específicos por instituições multilaterais no setor da água em Timor-Leste. No entanto, iniciativas anteriores continuaram a ser implementadas, como parte do compromisso do governo em alcançar o acesso universal e equitativo a serviços de água potável até 2030, conforme estabelecido no **Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030**.

O Projeto de Abastecimento de Água Potável e Saneamento, financiado pelo Banco Mundial, visa melhorar o acesso à água potável e ao saneamento em áreas urbanas e rurais de Timor-Leste. As iniciativas incluem a construção e reabilitação de infraestruturas de abastecimento de água, estações de tratamento de águas residuais e a capacitação das comunidades locais para a gestão sustentável dos recursos hídricos. A Política Nacional de Abastecimento Público de Água, aprovada em 2020, estabelece a visão e os objetivos do governo para fornecer acesso equitativo a serviços de água adequados, seguros e sustentáveis. A implementação desta política é fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país.

Timor-Leste enfrenta desafios significativos devido à sua geografia montanhosa e à distribuição desigual das fontes de água. No entanto, a existência de 115 bacias hidrográficas distintas oferece oportunidades para o desenvolvimento de projetos de gestão integrada dos recursos hídricos. A maior bacia hidrográfica, a do Rio de Loes, cobre quase 15% do país e é crucial para o abastecimento de água em várias regiões.

Em 2024, o setor da água em Timor-Leste continuou a focar-se na implementação de projetos existentes e na busca de soluções sustentáveis para melhorar o acesso à água potável e ao saneamento. A continuidade dos esforços governamentais e o apoio de instituições multilaterais são essenciais para alcançar os objetivos de desenvolvimento do país e garantir um futuro mais saudável e sustentável para a população timorense.

INDONÉSIA³³

A Indonésia, um arquipélago vasto e diversificado, estende-se ao longo do equador, entre o Sudeste Asiático e a Oceânia. Composta por mais de 17.000 ilhas, das quais cerca de 6.000 são habitadas, a Indonésia faz fronteira com a Malásia, Timor-Leste e Papua-Nova Guiné. As suas principais cidades, incluindo a capital, Jacarta, estão situadas nas ilhas de Java e Sumatra, voltadas para o Oceano Índico e o Mar de Java. A população do país ultrapassa agora os 280 milhões de habitantes (estimativa para 2024), refletindo um contínuo crescimento demográfico. Este aumento populacional acompanha uma dinâmica de transformações sociais, económicas e infraestruturais, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos indonésios.

CONTEXTO POLÍTICO³⁴

A Indonésia é uma república presidencialista, onde o poder se concentra no governo central. O Presidente, que é chefe de estado e de governo, é eleito diretamente para mandatos de cinco anos, juntamente com o vice-presidente. Em 2024, a Indonésia passou por um período eleitoral significativo, com a eleição presidencial realizada em 14 de fevereiro. O ex-general Prabowo Subianto, que já havia concorrido em eleições anteriores, foi declarado vencedor, embora o resultado oficial só tenha sido anunciado em março. A eleição foi marcada por uma alta participação, com mais de 200 milhões de eleitores registados.

³² O sector da água em Timor-Leste - Parceria Portuguesa para a Água; Jornal da República - Food and Agriculture Organization; GOVERNANÇA DA ÁGUA E EDUCAÇÃO EM TIMOR-LESTE.

³³ Statistical Yearbook of Indonesia 2024 - BPS-Statistics Indonesia; OECD Economic Surveys: Indonesia 2024; Indonésia — estatísticas, demografia e projecções demográficas 2024.

³⁴ Indonesia 2024: Facing Political And Economic Challenges - VOI; Indonésia: cenário político se define para eleição presidencial de 2024 - Asia ON.

O principal corpo legislativo do país é a Assembleia Consultiva Popular (Majelis Permusyawaratan Rakyat - MPR), composta pelo Conselho Representativo do Povo (Dewan Perwakilan Rakyat - DPR) e pelo Conselho dos Representantes Regionais (Dewan Perwakilan Daerah - DPD). O MPR tem a função de revisar e aprovar emendas à constituição, fazer o juramento do presidente e processar o presidente, conforme a legislação.

O novo presidente, Prabowo Subianto, prometeu criar 20 milhões de novos empregos e fortalecer a posição da Indonésia como um "Fulcro Marítimo Global". A política externa da Indonésia continua a ser marcada por atritos com a China e desconfiança em relação ao Ocidente, mas também por boas relações militares com vários países.

VISÃO GERAL ECONÓMICA³⁵

A Indonésia possui uma economia mista, onde tanto o setor privado quanto o governo desempenham papéis importantes. É a maior economia do Sudeste Asiático e membro do G20, grupo das principais economias do mundo. Em 2024, o PIB da Indonésia foi estimado em cerca de 1,4 trilhões de dólares, com um crescimento de 5,1%, impulsionado pelo consumo interno, exportações e desenvolvimento de infraestruturas.

O setor industrial é o maior da economia indonésia, representando 41% do PIB, seguido pelos serviços (45,4%) e pela agricultura (13,7%). A Indonésia é um dos maiores produtores mundiais de óleo de palma, coco, café, cacau, borracha natural, arroz, milho, entre outros produtos agrícolas. O setor de serviços emprega a maior parte da força de trabalho, seguido pela agricultura e pela indústria.

Nos últimos anos, a economia da Indonésia tem mostrado um crescimento constante, impulsionado pelo consumo interno e pelo investimento estrangeiro. O país tem resistido relativamente bem às crises financeiras globais, graças ao seu forte mercado interno. No entanto, desafios estruturais, como a desigualdade de renda e a necessidade de reformas econômicas, ainda persistem. A inflação foi estabilizada em 3,4% em 2023, refletindo políticas monetárias eficazes.

SETOR DA ÁGUA³⁶

Em 2024, a Indonésia enfrentou desafios significativos no setor da água, apesar de sediar o 10º Fórum Mundial da Água em Bali. O país, composto por mais de 17.000 ilhas, possui uma distribuição desigual de recursos hídricos, com regiões como Java, que abriga mais da metade da população, enfrentando escassez crítica de água. Em contraste, áreas como Sumatra e Kalimantan desfrutam de abundância de água doce.

A superexploração de aquíferos em cidades como Jacarta resultou em taxas alarmantes de subsidência, com algumas áreas afundando mais de quatro metros. Além disso, a ilha de Bali, um destino turístico popular, enfrenta uma crise hídrica exacerbada pelo crescimento do turismo e pela má gestão dos recursos. O sistema de irrigação tradicional "subak", reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO, está sob pressão devido à conversão de campos de arroz em empreendimentos turísticos.

Para enfrentar esses desafios, o governo da Indonésia lançou o **Fundo de Água da Indonésia**, com o objetivo de fornecer água limpa para 40 milhões de pessoas até 2030. Esta iniciativa visa garantir que cada cidadão tenha acesso a água potável e moradia adequada, promovendo a sustentabilidade e a resiliência hídrica.

Em 2024, não foram anunciados novos investimentos específicos por instituições multilaterais no setor da água na Indonésia. No entanto, iniciativas anteriores continuaram a ser implementadas. O Projeto de Saneamento Urbano, financiado pelo Banco Mundial, focou na melhoria do abastecimento de água e na gestão dos recursos hídricos em várias províncias, beneficiando milhões de pessoas.

Além disso, o 10º Fórum Mundial da Água proporcionou uma plataforma para a discussão de soluções inovadoras e a promoção de políticas de segurança hídrica. O evento reuniu mais de 20.000 participantes de 160 países, incluindo líderes mundiais e representantes de organizações internacionais, destacando a importância da cooperação multilateral para enfrentar os desafios hídricos globais.

³⁵ [Guia de Investimento e Comércio da Indonésia 2024: Informações estratégicas para os membros da APCIC - APCIC; OECD Economic Surveys: Indonesia 2024 - OECD; Indonesian Economic Report, 2024 - BPS-Statistics Indonesia.](#)

³⁶ [Consórcio PCI; Fórum Mundial da Água.](#)

Em resumo, o setor da água na Indonésia em 2024 foi marcado por desafios significativos e esforços contínuos para melhorar a gestão dos recursos hídricos. Através de iniciativas como o Fundo de Água da Indonésia e a realização do Fórum Mundial da Água, o país está trabalhando para garantir um futuro sustentável e resiliente para sua população.

ORIENTE MÉDIO E NORTE DE ÁFRICA (MENA) | TUNÍSIA E MARROCOS³⁷

A região do Oriente Médio e Norte de África (MENA) é uma área de grande diversidade cultural, histórica e geopolítica, abrangendo países com características únicas e desafios distintos. Entre os países desta região, a Tunísia e Marrocos destacam-se por suas trajetórias políticas e econômicas, bem como por suas abordagens inovadoras na gestão de recursos naturais.

A Tunísia, localizada no norte da África, tem enfrentado um período de transição política desde a revolução de 2011. Em 2024, o país realizou suas primeiras eleições presidenciais desde a promulgação da nova constituição em 2022, com Kais Saied sendo reeleito presidente. No entanto, a participação eleitoral foi baixa, refletindo um descontentamento generalizado com a situação política e econômica. A economia tunisiana, embora tenha mostrado sinais de recuperação, ainda enfrenta desafios significativos, com um crescimento do PIB de 1,4% em 2024. O setor de serviços continua a ser o mais importante, representando 64% do PIB, seguido pela indústria e agricultura.

Marrocos, por sua vez, é frequentemente visto como um farol de estabilidade na região MENA. Em 2024, o país continuou a demonstrar um crescimento econômico robusto, com um aumento do PIB de 4,3% no terceiro trimestre. Este crescimento foi impulsionado por uma forte demanda interna e investimentos significativos em infraestrutura e setores produtivos. Marrocos também tem se destacado na gestão de seus recursos hídricos, implementando projetos integrados de água e energia para enfrentar o desafio do stress hídrico. A estabilidade política e as reformas econômicas contínuas têm permitido ao país atrair investimentos estrangeiros e melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos.

CONTEXTO POLÍTICO

TUNÍSIA

Em 2024, a Tunísia passou por um período de intensa agitação política. As eleições presidenciais realizadas em 6 de outubro de 2024 foram marcadas por uma baixa participação eleitoral, com apenas 29% dos eleitores comparecendo às urnas. O presidente Kais Saied foi reeleito com 91% dos votos, em um processo amplamente boicotado pelos principais partidos de oposição. A situação política foi caracterizada por uma crescente centralização do poder nas mãos do presidente, que governou por decreto desde a dissolução do parlamento em 2021. A prisão de opositores políticos e a marginalização de candidatos adversários foram amplamente criticadas por observadores internacionais.

MARROCOS

Marrocos em 2024 consolidou seu papel estratégico na cena internacional e continuou seu processo de transição democrática. O reconhecimento da soberania marroquina sobre o Saara Ocidental por parte da França foi um dos eventos políticos mais significativos do ano. Internamente, o país passou por uma remodelação ministerial que resultou na formação do governo Akhannouch II. O rei Mohammed VI lançou a Iniciativa Atlântica, visando promover a cooperação e o desenvolvimento sustentável nos países do Sahel. Marrocos manteve sua estabilidade política sob a monarquia constitucional, com o parlamento desempenhando um papel consultivo e de supervisão.

VISÃO GERAL ECONÔMICA³⁸

TUNÍSIA

Economicamente, a Tunísia enfrentou desafios significativos em 2024. O crescimento econômico foi modesto, com uma taxa de apenas 1,2% projetada para o ano. A inflação, embora reduzida em comparação com anos anteriores, ainda era uma preocupação, especialmente no setor de alimentos, onde atingiu 9,2%. A economia tunisiana mostrou sinais de recuperação em setores como turismo e exportação de azeite, mas continuou a enfrentar dificuldades em

³⁷ Reeleição de Kais Saied em 2024; Crescimento do PIB da Tunísia em 2024; Crescimento do PIB de Marrocos em 2024; Gestão de recursos hídricos em Marrocos.

³⁸ Rue20.com; iscal.meuemail.pt; africacenter.org; World Bank; AICEP; Banco Africano de Desenvolvimento.

A / C AD

áreas como petróleo e gás. O governo tunisiano focou em aumentar os investimentos em energia renovável, com projetos significativos em energia solar planejados para os próximos anos.

MARROCOS

A economia marroquina mostrou resiliência em 2024, com um crescimento do PIB estimado em 3,4%. A recuperação do setor de turismo, juntamente com o crescimento nos setores automotivo e aeronáutico, foram os principais motores desse crescimento. O país também registou um aumento significativo no investimento direto estrangeiro e uma redução no déficit da balança corrente. O Banco Africano de Desenvolvimento aprovou uma nova estratégia para Marrocos, focada em fortalecer a competitividade e a resiliência da economia, além de promover o crescimento inclusivo e sustentável. A inflação foi controlada, e o país continuou a investir em infraestrutura e desenvolvimento social.

SETOR DA ÁGUA

TUNÍSIA

Em 2024, a Tunísia continuou a enfrentar desafios significativos relacionados ao stress hídrico, mas também avançou em várias iniciativas para melhorar a gestão dos recursos hídricos. O país tem uma das maiores taxas de acesso ao abastecimento de água e saneamento entre os países do Norte da África e Oriente Médio, graças a uma política robusta de infraestrutura. Cerca de 96% dos moradores urbanos e 52% da população rural têm acesso a saneamento básico, e o acesso à água potável é quase universal, com 100% nas áreas urbanas e 90% nas áreas rurais.

Em 2023, a Tunísia organizou um seminário em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento e outras entidades internacionais para desenvolver uma visão e estratégia para o setor da água até 2050. Esta estratégia, conhecida como "Água 2050", visa garantir o acesso eficiente, inclusivo e sustentável aos recursos hídricos, com um plano de ação estimado em cerca de 23 mil milhões de euros. Além disso, a Tunísia tem investido na reutilização de águas residuais tratadas e na construção de novas infraestruturas para melhorar a resiliência hídrica do país.

MARROCOS

Marrocos enfrenta um desafio crítico de escassez de água, exacerbado pelas mudanças climáticas e pela pressão demográfica. O país está entrando no seu sexto ano consecutivo de seca, com as barragens operando a apenas um quarto de sua capacidade e os níveis de água subterrânea em declínio. Em resposta, o governo marroquino tem intensificado esforços para enfrentar o problema, incluindo a construção de barragens, instalações de dessalinização de água do mar e projetos de reutilização de águas residuais.

O Banco Africano de Desenvolvimento tem sido um parceiro crucial para Marrocos, financiando estudos e projetos para a transferência de água entre bacias, garantindo uma distribuição equitativa dos recursos hídricos entre as regiões. Desde o final dos anos 70, o Banco tem contribuído para a melhoria dos sistemas de água em cerca de trinta cidades marroquinas, atendendo às necessidades de mais de 15 milhões de habitantes.

ATIVIDADE OPERACIONAL

O ano de 2024 foi marcado por tensões geopolíticas e conflitos regionais que impactaram significativamente a estabilidade global e diversos setores, incluindo o abastecimento de água e saneamento. A guerra em curso na Ucrânia e o aumento das tensões no Médio Oriente continuaram a redefinir alianças geopolíticas e a gerar instabilidade, afetando cadeias de abastecimento e capacidades produtivas. Neste contexto, a AdP Internacional enfrentou desafios acrescidos num mercado global que se tornou ainda mais restritivo e imprevisível.

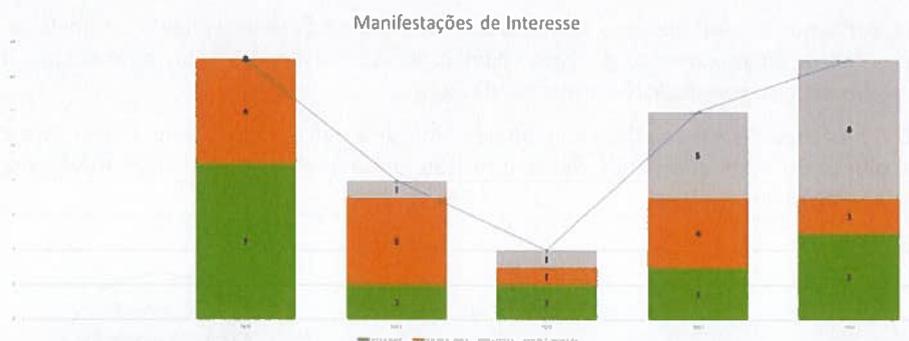
A instabilidade global teve um impacto direto na redução de oportunidades para a prestação de serviços e assistência técnica no setor da água e saneamento. O número de procedimentos concorrenciais lançados por entidades financiadoras internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Africano de Desenvolvimento, foi nos domínios de atuação e nos mercados alvo da AdP internacional extremamente reduzido ao longo de 2024. Da mesma forma, muitos países optaram por adiar ou cancelar iniciativas de assistência técnica e prestação de serviços devido a incertezas económicas e políticas. Esse cenário resultou numa grande dificuldade para empresas como a AdP Internacional, que viram um mercado cada vez mais restrito e, consequentemente, grandes desafios para a manutenção e expansão dos negócios.

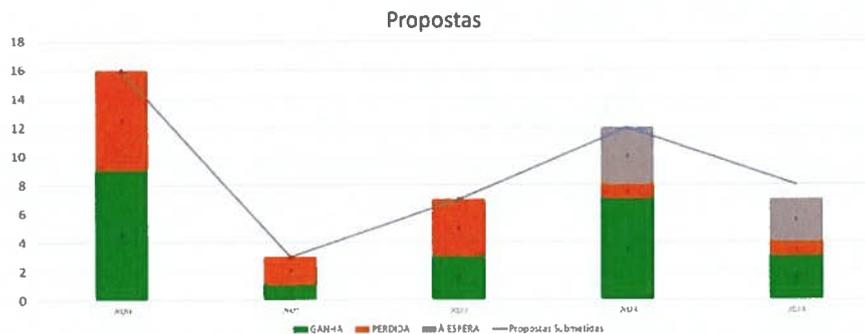
O ambiente de instabilidade afetou não apenas a disponibilidade de financiamentos para novos projetos, mas também a capacidade dos países em avançar com reformas estruturais nos seus sistemas de abastecimento de água e saneamento. Muitas nações, particularmente em regiões vulneráveis, priorizaram a gestão de crises internas, adiando investimentos estratégicos no setor. Para a AdP Internacional, esse contexto exigiu uma adaptação constante e uma procura ativa por oportunidades em mercados emergentes ou em nichos específicos onde ainda havia demanda por serviços especializados.

Paralelamente, em Portugal, o Fundo Ambiental passou por uma reestruturação profunda em 2024, o que teve implicações diretas para projetos internacionais. Esta reestruturação visa profissionalizar a gestão e aumentar a transparência na aplicação dos recursos. No entanto, durante esse período de transição, a suspensão de novos financiamentos afetou diretamente iniciativas de cooperação que a AdP Internacional desenvolvia como parte da estratégia do governo português para a cooperação internacional no setor da água e saneamento.

Posteriormente, em outubro, foi criada a Agência para o Clima, que absorveu o Fundo Ambiental e outros mecanismos de financiamento nas áreas da energia e do clima. Esta nova entidade pretende consolidar competências climáticas dispersas e garantir uma gestão mais eficiente dos fundos disponíveis.

A conjugação destes fatores tornou 2024 um ano de grandes desafios para a AdP Internacional e para todo o setor de abastecimento de água e saneamento. A escassez de procedimentos concorrenciais internacionais, as restrições de financiamento e as incertezas políticas dificultaram a atividade e a expansão dos negócios, que se ilustra nos seguintes gráficos:





Deste modo encontramos-nos a aguardar resposta a 8 *manifestações de interesse* em resposta a concursos, demonstrando o compromisso da empresa em buscar oportunidades de negócios e projetos além das fronteiras nacionais. Paralelamente, aguardamos resposta a três *propostas técnicas e financeiras* elaboradas em sede de concurso internacional.

Também o estabelecimento de parcerias e consórcios permaneceu como uma estratégia fundamental para impulsionar o desenvolvimento da atividade comercial da empresa. Sob o lema "Sozinhos vamos mais rápido, mas juntos vamos mais longe", a empresa reconheceu a importância de colaborar com outras entidades para alcançar seus objetivos de negócios de forma mais eficaz e abrangente.

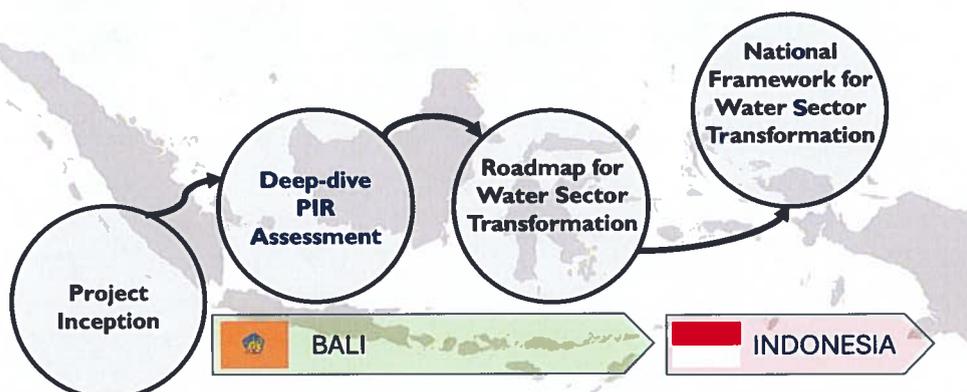
A necessidade de adaptação e diversificação de mercados tornou-se ainda mais evidente, tendo sido essencial reforçar estratégias de posicionamento e de inovação para garantir a sustentabilidade das operações num cenário global cada vez mais complexo e volátil.

Assim como previsto na nossa estratégia a Indonésia, veio a demonstrar, em 2024, que o mercado asiático se constitui como uma alternativa credível aos mercados tradicionais da AdP Internacional, tendo permitido o desenvolvimento da missão "Transformação Institucional do Abastecimento de Água na Indonésia - Estudo de Caso da Província de Bali", durante os meses de agosto a novembro de 2024.

O Governo da Indonésia através de um financiamento do Banco Mundial para o Projeto Nacional de Abastecimento Urbano de Água e aplicou parte das receitas num procedimento tendente à celebração de um "Contrato de Serviços de Consultoria para a Transformação Institucional do Abastecimento de Água na Indonésia". Este contrato está alinhado com a estratégia "Towards a 2045 Indonesia Emas", que reconhece o acesso a um abastecimento de água seguro como uma necessidade fundamental para as comunidades e estabelece a disponibilidade de água como um fator crucial para o bem-estar da população, influenciando a saúde pública e aumentando a produtividade comunitária.

A transformação institucional visou apoiar o Governo da Indonésia no desenvolvimento de políticas eficazes e na melhoria dos serviços de abastecimento de água, com o acesso universal à água potável, por meio de uma reestruturação da governança e uma gestão integrada da água.

A província de Bali foi a área de estudo piloto para implementação desta transformação, que inclui a criação de um roteiro para a evolução do setor, abordando desde a revisão de políticas e regulamentos até a reformulação das estruturas tarifárias e de financiamento.



Handwritten signature and initials.

Durante a Fase Inicial, 18 *stakeholders* foram entrevistados e todas as fases foram acompanhadas por discussões em *focus group* e *workshops* com mais de 80 participantes. Os contributos das partes interessadas foram devidamente tidos em conta ao longo de todo o trabalho.

O Quadro Nacional desenvolvido pela AdP Internacional está estruturado em 8 Pilares e 26 Medidas que abordam todas as disfuncionalidades do Setor da Água na Indonésia, assegurando o foco no cumprimento dos Objetivos Nacionais.

A **AdP Internacional** manteve, assim, um papel ativo em projetos estratégicos no setor da água e saneamento em diversas geografias, reforçando a sua presença em **África, Ásia e América Latina**.

Em **Moçambique**, a empresa prestou **assistência técnica à Autoridade Reguladora de Águas (AURA)**, focando-se na regulação das sociedades comerciais e na definição de quadros regulatórios e regimes sancionatórios. Devido a desafios socioeconômicos, os contratos foram prorrogados até março de 2025.



Em **Angola**, destacou-se o **Contrato de Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da Huíla (CSAGOM)**, financiado pelo Banco Mundial e pela Agência Francesa de Desenvolvimento. A AdP Internacional também liderou a criação da **Unidade de Gestão de Financiamento do BEI**, garantindo a correta implementação de um investimento de €100 milhões no setor da água e saneamento.

Em **Cabo Verde**, a empresa desenvolveu um **Projeto Piloto de Economia Circular** na ETAR de Santa Cruz, promovendo a reutilização de água e valorização de resíduos agrícolas. Além disso, elaborou o **Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe**, abordando o saneamento e a gestão de resíduos sólidos.

No **Sudeste Asiático**, a AdP Internacional atuou em **Timor-Leste**, colaborando na reestruturação tarifária do setor de água e saneamento em Díli e apoiando a **transformação institucional do abastecimento de água na Indonésia**, especialmente em Bali. A empresa também fortaleceu parcerias estratégicas com o governo timorense e a Bee Timor-Leste, E.P..

Na **América Latina**, a AdP Internacional participou no **Acordo de Twinning com a AYSA (Argentina)**, promovendo a troca de conhecimento técnico e melhores práticas na gestão da água e saneamento.

Em **África Ocidental**, colaborou com o governo da **Costa do Marfim** para fortalecer o setor do saneamento, através de um protocolo de cooperação que incluiu ações de capacitação e sensibilização ambiental.

Por fim, no âmbito do Projeto “Utilities of the Future”, financiado pelo Banco Mundial, a AdP Internacional apoiou concessionárias de água e saneamento na adaptação às mudanças climáticas e desafios urbanos, incluindo um workshop de formação com a Karachi Water and Sanitation Corporation (KWSC), no Paquistão.

Em 2024, a AdP Internacional consolidou-se como um ator global no setor da água e saneamento, promovendo inovação, sustentabilidade e resiliência nas suas operações, tendo tido os seguintes projetos em curso:

	PROJETO	CLIENTE FINAL	ENTIDADE FINANCIADORA
MOÇAMBIQUE	Desenho dos Quadros Regulatórios das Sociedades Comerciais e Respeito Regime Sancionatório	AURA – Autoridade Reguladora de Águas, IP	Fundo Ambiental
MOÇAMBIQUE	Assistência Técnica Especializada no Âmbito da Regulação das Sociedades Comerciais	AURA – Autoridade Reguladora de Águas, IP	Fundo Ambiental
ANGOLA	CSAGOM – Contrato de Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da HUÍLA	Empresa Pública de Água e Saneamento da HUÍLA EP; DNA (Entidade Adjudicante)	BM (Banco Mundial) e a AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento)
ANGOLA	Gestão de 100 milhões de euros disponibilizados pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) ao Governo Angolano para o Investimento em Infraestruturas do sector da água e saneamento no país	DNA (Direção Nacional de Águas)	Banco Europeu de Investimento (BEI)
GUINÉ-BISSAU	Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento	Fundo Ambiental
GUINÉ-BISSAU	Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na Etar de Santa Cruz - Reutilização da Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento	Fundo Ambiental
GERMÂNIA	Gestão de recursos hídricos e de serviços de água com vista a uma maior resiliência face às alterações climáticas	NAWASA (National Water and Sewerage Authority)	GFA via financiamento da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
ARGENTINA	Twinning troca de experiências entre o Grupo AdP e a AYSA - Agua y Saneamientos Argentinos S.A.	AYSA - Agua y Saneamientos Argentinos S.A.	CAF – Confederación Andina de Fomento
CHINA DO SUDESTE	Plano de Comunicação em Saneamento e Salubridade e Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento	Ministère de l'Assainissement et de la Salubrité (MINASS)	Fundo Ambiental
TIMOR-LESTE	Consultoria para o Desenvolvimento de um Estudo Tarifário para o setor da água e saneamento para a Cidade de Díli	Governo de Timor Leste	Millennium Challenge Corporation (MCC)
PAQUISTÃO	Contrato-Quadro de Serviços de Consultoria - Iniciativa Utilities of the future - KWSB (Karachi Water and Sanitation Board)	Karachi Water and Sanitation	Banco Mundial (BM)
INDONÉSIA	Institutional Transformation of Water Supply in Indonesia – Case Study Bali Province Institutional Transformation of Water Supply in Indonesia – Case Study Bali Province	Governo da Indonésia (GoI)	Governo da Indonésia (GoI)
ÍNDIA	Assistência Técnica Ao Departamento de Obras Públicas-PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa	Departamento de Obras Públicas-PWD	Governo de Goa
ÍNDIA	High-Level Mission to India - Advisory Services on WSS Sector Reforms and Utilities Turnaround in India	Banco Mundial (BM) e Banco Asiático (BAiD)	Banco Mundial (BM) e Banco Asiático (BAiD)

ADP
/L
L

MOÇAMBIQUE

AURA – AUTORIDADE REGULADORA DE ÁGUAS, IP

Em dezembro de 2023 foi assinado um Contrato de Prestação de Serviços entre a AdP Internacional e a AURA, com o financiamento do Fundo Ambiental.



Estes Projetos têm por base o Protocolo de Cooperação assinado entre o Ministério do Ambiente e da Ação Climática da República Portuguesa e o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos da República de Moçambique, assinado a 4 de novembro de 2021.

O Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a AdP Internacional e a AURA tem por objeto a prestação de serviços de assistência técnica na supervisão e avaliação do serviço público de abastecimento de água, com enfoque na regulação das sociedades comerciais, bem como apoiar na elaboração dos quadros regulatórios e regime sancionatório aplicável às sociedades comerciais no âmbito da gestão e exploração do serviço público de abastecimento de água em Moçambique, incluindo mecanismos que permitam à AURA impor o seu cumprimento, compreendidos no âmbito dos projetos:

- Assistência Técnica Especializada no Âmbito da Regulação das Sociedades Comerciais, que terá como prazo de execução 8 meses;
- Desenho de Quadros Regulatórios das Sociedades Comerciais e Respetivo Regime Sancionatório, que terá como prazo de execução 12 meses.

Estes projetos visam contribuir para a prossecução dos Objetivos de desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das nações Unidas, concorrendo, particularmente, para uma melhoria na implementação do objetivo 6 – Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos, do Objetivo 13- adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos e do Objetivo 17 – reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Devido às condições sociais e Políticas em Moçambique estes dois contratos foram prorrogados até março de 2025.

ANGOLA

CONTRATO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À PROVÍNCIA DA HUÍLA (CSAGOM)

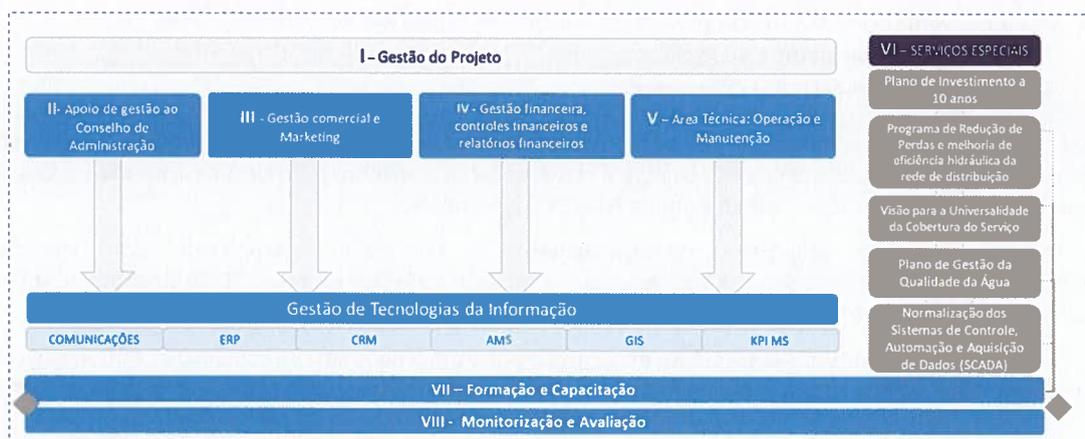


A entidade contratante é a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, sendo financiado pelo Banco Mundial e a Agência Francesa de Desenvolvimento e totaliza 6.3M USD.

O Projeto, com duração de 48 meses, iniciado a 1 de junho de 2021, finalizará a 31 de maio de 2025 e tem como Cliente Final a EPAS Huíla- EP – Empresa Pública de Água e Saneamento da Huíla.

O contrato de assistência técnica, que abrange os Municípios de Lubango, Chibia, Cacula, Quipungo, Matala e Jamba da Província da Huíla (79.022 km²), no sul de Angola, tem como principais objetivos:

As principais áreas de intervenção abrangidas neste contrato são as exemplificadas no esquema seguinte:



Handwritten signature/initials

Trata-se de um *Performance Base Contract*, com a monitoria e avaliação de Indicadores de desempenho com metas trimestrais e anuais bem definidas. A avaliação do desempenho contratual é realizada por uma equipa de Auditores Independentes denominada IVA – *Independent Verification Auditor*, contratada pelo Banco Mundial e pela Agência Francesa de Desenvolvimento.



Os resultados obtidos para os 2 primeiros anos de Avaliação demonstram um excelente desempenho, tendo em consideração algumas metas extremamente auspiciosas e as dificuldades relacionadas com o contexto onde se insere o Projeto.

UNIDADE DE GESTÃO DE FINANCIAMENTO DO BEI

A AdP Internacional em Consórcio com a GFA Consulting Group, GmbH, celebrou com a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, um Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria em Gestão de Projetos em 21 de junho de 2021.



Este contrato de consultoria visou a criação da Unidade de Gestão de Financiamento (UGF) do Banco Europeu de Investimento (BEI) em Angola, que aprofundou a sua atividade de apoio às entidades angolanas responsáveis pela gestão do envelope financeiro de € 100 000 000 (cem milhões de euros) disponibilizado e contratualizado para o investimento em infraestruturas do sector da água e saneamento no país.

Este Projeto Management Consultant (PMC) visa a assistência técnica ao MINEA nas áreas de implementação do Projeto no que diz respeito a aquisições, gestão financeira, gestão de contractos, gestão ambiental e social do Projeto. Este PMC será responsável por garantir que o MINEA possa atingir o número de indicadores atribuídos ao WSIDP- 2 Componente 3 até à conclusão do contracto, incluindo:

- Gestão das aquisições do projeto (Procurement), gestão e monitorização de contractos;
- Gestão financeira satisfatória do Projeto;
- Gestão social e ambiental dos Contractos.

Em 2024, a equipa técnica multidisciplinar da AdP Internacional deu continuidade às atividades do contrato de serviços de consultoria, estabelecendo em Luanda a representação oficial e o escritório da Unidade de Gestão do Financiamento do Banco Europeu de Investimento (UGFBEI) em Angola.

Esta unidade é responsável pela gestão do financiamento paralelo do BEI estabelecido com o objetivo de complementar o Segundo Projeto de Desenvolvimento Institucional do Sector da Água (PDISA-2) gerido pela Direção Nacional de Águas do Ministério de Energia e Águas de Angola.

A UGFBEI assegurou a preparação e lançamento de 12 processos e procedimentos de concurso e contratação pública para a implementação efetiva desta linha de financiamento. Atuando nas áreas associadas à atribuição de fundos de

Handwritten signature and initials in blue ink.

financiamento, nomeadamente, gestão, *procurement*, contabilidade e finanças complementados pelas áreas técnicas específicas relacionadas com os impactos da aplicação dos mesmos, nomeadamente a área ambiental e social.

No mês de outubro, a Direção Nacional de Águas apresentou a primeira proposta à extensão do contrato de Prestação de Serviços de Consultoria em Gestão de Projetos, outorgado com a AdP Internacional, que terminou a 30 de novembro de 2024. A extensão iniciou-se a 1 de dezembro de 2024 e terá o seu término contratual a 31 de maio de 2025.

CABO VERDE

PROJETO PILOTO DE ECONOMIA CIRCULAR NO CICLO URBANO DA ÁGUA NA ETAR DE SANTA CRUZ - REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA FINS AGRÍCOLAS



Na Ilha de Santiago, técnicos da AdP Internacional e da Águas do Tejo Atlântico iniciaram em 2022 um projeto piloto que será de grande relevância para contribuir para o aumento de disponibilidades de água no setor agrícola na Ilha de Santiago.

A intervenção engloba o desenvolvimento de um Plano de Ação tendo em vista a Reutilização de Águas Residuais Tratadas e Valorização de Recursos, para a ETAR de Santa Cruz que terá como objetivo identificar e implementar as intervenções necessárias para complementar o esquema de tratamento existente de modo a assegurar a viabilidade de produção de Água para Reutilização (ApR) na agricultura, em conformidade com as normas de qualidade exigidas, bem como da valorização agrícola dos subprodutos (lamas) geradas na ETAR. A sua natureza do projeto piloto permitirá também delinear e testar um modelo que poderá ser replicado noutras ilhas.

Em 2024 foi desenvolvido o Projeto de Execução do tratamento complementar a implementar, que consiste num sistema de lagunagem, tendo em vista a redução da carga bacteriológica do efluente.

Em 2025 a ANAS lançará o concurso público para a empreitada (obras de construção civil e aquisição e instalação de equipamentos eletromecânicos), prevendo-se a conclusão da obra ainda no final de 2025.



ELABORAÇÃO DO PLANO SANITÁRIO DA CIDADE DE S. FILIPE

Na Ilha do Fogo, a AdP Internacional deu continuidade, em 2024, a um projeto transversal na área do ambiente procurando dar resposta a algumas das necessidades prioritárias para a população nesta vertente.

Handwritten signature and initials in blue ink.

A intervenção engloba as seguintes tarefas:

- Na vertente do saneamento visa-se a implementação de um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais para o município de S. Filipe que contribuirá para assegurar a proteção dos recursos hídricos e os ecossistemas mais frágeis, permitindo uma maior resiliência ao impacto das alterações climáticas;
- Na vertente dos resíduos sólidos visa-se a implementação de um conjunto de medidas (selagem da lixeira existente e recolha seletiva de resíduos) para a ilha do Fogo, que irão promover a recuperação de áreas degradadas; e
- Pretende-se ainda desenvolver um conjunto de ações de capacitação de quadros técnicos, incluindo quadros da administração central, local e ainda da sociedade civil, com o propósito de os capacitar nas temáticas de gestão de água e de águas residuais, gestão de resíduos sólidos, ambiente, socioeconómica, entre outras.



Estas ações inserem-se numa estratégia de sensibilização ambiental às populações com vista a promoção da alteração a médio e longo prazo de comportamentos ambientais.

Assim em 2024 foram desenvolvidos e entregues ao beneficiário deste projeto – Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) de Cabo Verde, os seguintes estudos e projetos:

- Projeto de Execução do Encerramento / Selagem da Lixeira de São Filipe;
- Estudo para um Projeto Piloto de Valorização de Embalagens de Vidro; e
- Estudo para um Projeto Piloto de Valorização de Resíduos de Construção.

TIMOR-LESTE

CRP – CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM ESTUDO TARIFÁRIO PARA O SETOR DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA A CIDADE DE DILI, CAPITAL DE TIMOR-LESTE



Em parceria com o Millennium Challenge Account (MCA), a AdP Timor-Leste, como parte de um consórcio liderado pela AdP Internacional, participou na execução de um estudo tarifário para o setor de água e saneamento em Dili, capital de Timor-Leste. Este estudo visava garantir a sustentabilidade financeira do sistema através de:

- Reestruturação das tarifas, equilibrando acessibilidade e recuperação de custos.
- Desenvolvimento de políticas de subsídios para grupos vulneráveis.
- Capacitação da Bee Timor-Leste, E.P. (BTL) para gestão sustentável das infraestruturas.

Assinatura manuscrita em azul no canto inferior direito da página.

Apesar do cancelamento do contrato devido à recalendarização dos projetos de infraestrutura, 57% das atividades foram concluídas, resultando em entregáveis valiosos para futuras implementações.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA A TRANSFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA INDONÉSIA

A AdP Timor-Leste prestou apoio técnico e operacional à AdP Internacional na execução do “Contrato de Serviços de Consultoria para a Transformação Institucional do Abastecimento de Água na Indonésia”. Este projeto destaca a capacidade da AdP Timor-Leste em atuar como um parceiro estratégico em projetos regionais de alta complexidade.

Efetivamente, o Governo da Indonésia, com o financiamento do Banco Mundial para o Projeto Nacional de Abastecimento Urbano de Água, aplicou parte das suas receitas num procedimento tendente à celebração de um “Contrato de Serviços de Consultoria para a Transformação Institucional do Abastecimento de Água na Indonésia”, enquadrado na estratégia “Towards a 2045 Indonesia Emas”.

Sendo a província de Bali, um destino turístico de renome mundial com uma população de 4.415.000 pessoas em uma cidade e oito *municípios*, o Governo da Indonésia selecionou esta província como projeto-piloto para uma transformação institucional.

A província atrai uma média de 6.800.000 turistas anualmente, levando a um aumento significativo na procura de água, cuja expansão do fornecimento de água canalizada não consegue acompanhar o crescimento da população e da procura de água.

A cobertura limitada do abastecimento de água canalizada conduz a uma extensa extração de águas subterrâneas para consumo doméstico, bem como para apoiar atividades comerciais e de hotelaria/turismo, acrescendo uma baixa cobertura dos serviços de saneamento, os quais não são geridos de forma segura.

A transformação institucional, que o Governo pretende implementar, engloba a reestruturação da governação, a cooperação regional e a gestão integrada da água, visando acelerar o acesso universal aos serviços de água potável.

O principal objetivo deste projeto visou facultar ao Governo da Indonésia as “ferramentas” necessárias para melhorar o abastecimento de água, transformando um setor completamente fragmentado, através da identificação de Políticas, Instituições e Regulamentos (PIR), por forma a garantir o acesso universal a um abastecimento de água gerido de forma segura, sustentável e resiliente à população da Indonésia.

Durante a Fase Inicial, 18 *stakeholders* foram entrevistados e todas as fases foram acompanhadas por discussões em *focus group* e *workshops* com mais de 80 participantes. Os contributos das partes interessadas foram devidamente tidos em conta ao longo de todo o trabalho.

O Quadro Nacional desenvolvido pela AdP Internacional está estruturado em 8 Pilares e 26 Medidas que abordam todas as disfuncionalidades do Setor da Água na Indonésia, assegurando o foco no cumprimento dos Objetivos Nacionais.



PARCERIAS ESTRATÉGICAS E EXPANSÃO REGIONAL

A formalização do consórcio entre a AdP Timor-Leste e a AdP Internacional, concluída em 2024, estabeleceu uma base sólida para intervenções ágeis e eficazes na região Ásia-Pacífico. Essa parceria estratégica fortaleceu a posição da AdP Timor-Leste como um parceiro técnico e operacional em projetos liderados pela AdP Internacional na região.

COOPERAÇÃO BILATERAL: TIMOR-LESTE E PORTUGAL

Com a assinatura em 14 de outubro de 2024 do Programa Estratégico de Cooperação Timor-Leste – Portugal (2024-2028) e do Acordo de Cooperação na Área das Infraestruturas, a AdP Timor-Leste poderá beneficiar de um enquadramento político e técnico que reforça a sua capacidade de atuação.

Durante 2024 continuamos a desenvolver contactos com a Bee Timor-Leste, E.P. (BTL) para a celebração de um acordo institucional que traduza as bases para o desenvolvimento e implementação de projetos de cooperação específicos no setor de água e saneamento, nomeadamente:

- Fortalecer capacidades técnicas e institucionais da BTL, E.P.;
- Promover a troca de experiências e boas práticas entre as entidades; e
- Identificar e implementar soluções inovadoras para melhorar o abastecimento de água e saneamento no país.

Ao construir esta base colaborativa, a AdP Timor-Leste reforça o seu compromisso em contribuir para a sustentabilidade do setor em Timor-Leste, utilizando a experiência acumulada do Grupo Águas de Portugal como referência para o desenvolvimento de soluções adaptadas ao contexto local.

GESTÃO DO PROGRAMA E FISCALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO (PMC – PROJECT MANGEMENT CONSULTING)

No âmbito do contrato de consultoria para a Gestão do Programa e Fiscalização de Construção (PMC – Project Mangement Consulting), a AdP Timor-Leste, como consorciada da AdP Internacional, apresentou, juntamente com a Stantec, uma proposta já considerada a mais vantajosa técnica e economicamente. Esta proposta destacou-se pelo alinhamento estratégico com as necessidades do setor e pela robustez técnica da metodologia e equipe técnica apresentada.

A AdP Timor-Leste participou na reunião de negociação, refletindo o compromisso da AdP Timor-Leste com a excelência técnica e a transparência processual. A colaboração entre as partes envolvidas sublinhou a capacidade da AdP Timor-Leste de atuar em projetos de alta complexidade e impacto estratégico.

Devido à demora na adjudicação do contrato, existe uma possibilidade crescente de revisão dos Termos de Referência (TdR), o que exigirá alterações nas propostas técnicas e financeiras submetidas pelos concorrentes. Adicionalmente, o potencial abandono da ajuda externa dos EUA ao financiamento deste projeto representa um risco significativo que poderá impactar os cronogramas e a execução do programa.

Apesar desses desafios, a AdP Timor-Leste mantém-se preparada para contribuir ativamente na fiscalização e gestão das obras de infraestrutura de saneamento em Díli, reforçando a sua posição como parceiro estratégico e operador técnico de referência na região.

A AdP INTERNACIONAL NA AMÉRICA CENTRAL



GRENADA

Em 2024 a AdP Internacional deu continuidade ao projeto de consultoria G-CREWS em Grenada nas Caraíbas, o qual prevê o apoio à GFA no que toca à gestão de recursos hídricos e de serviços de água com vista a uma maior resiliência face às alterações climáticas, sendo este um projeto financiado pela agência de cooperação Alemã - GIZ.

A AdP Internacional tem a seu cargo o desenvolvimento da área de Segurança e Saúde bem como na componente de SCADA da NAWASA (National Water and Sewerage Authority, Grenada), destacando-se as seguintes atividades principais:

- Missão técnica a Grenada com a duração de cinco semanas entre janeiro e fevereiro de 2024, por parte da especialista da AdP em Planos de Resposta a Emergências, Catarina Campos que, em conjunto com os técnicos da NAWASA, desenvolveu e apoiou à formação dos técnicos da NAWASA, um Plano de Resposta a Emergências adaptado ao contexto de Grenada.
- Continuação do apoio do perito de SCADA da AdP, Osvaldo Araújo, em remoto, a questões e dúvidas que surgiram por parte da NAWASA prévias ao lançamento do concurso lançado pela NAWASA para aquisição de serviços de fornecimento e instalação de um sistema SCADA para apoiar a gestão do sistema de abastecimento de água da NAWASA. De recordar que foi o perito da AdP que, ao longo de 2023, desenvolveu as especificações técnicas e o desenho do sistema SCADA, sendo a responsabilidade da NAWASA de realizar o processo de contratação da empresa fornecedora.



A AdP INTERNACIONAL NA AMÉRICA DO SUL



ARGENTINA

No final de 2022 foi celebrado um Acordo de Twinning, entre a AdP Internacional, a AYSA - Agua y Saneamientos Argentinos S.A. (AYSA) e a Confederación Andina de Fomento (CAF), com uma duração estimada de 12 meses, visando a troca de experiências entre o Grupo AdP e a AYSA - Agua y Saneamientos Argentinos S.A..



Handwritten signature or initials.

Foi necessário proceder à prorrogação do prazo deste Acordo, na sequência do período eleitoral que ocorreu na Argentina, tendo sido acordado o seu termo para dezembro de 2024.

A AYSA é a empresa concessionária de serviços públicos de água potável e tratamento de saneamento para a cidade de Buenos Aires e 26 bairros dos subúrbios da capital, uma região estratégica da Argentina e uma das áreas mais densamente povoadas do continente.

A execução deste Acordo de Twinning contou com a participação de colaboradores de várias empresas do grupo, nomeadamente AdP Internacional, EPAL, Águas do Tejo Atlântico, Águas do Norte e Águas do Vale do Tejo, que se deslocaram às instalações da AYSA, em Buenos Aires, para fazerem os necessários diagnósticos e, aquando da deslocação de técnicos da AYSA a instalações de empresas do Grupo Águas de Portugal, as empresas acolheram os mesmos para partilha de experiências e práticas.

A última missão, ocorreu na primeira semana de dezembro de 2024, nas instalações da Águas do Norte, onde se partilharam conhecimentos e experiências, entre estas duas empresas, com vista à melhoria de desempenho em áreas específicas, tais como: economia circular, governança, tratamento de águas residuais e qualidade da água, tecnologias e medição, regeneração e reutilização de água, otimização de custos e produção de energia.

Esta missão foi o culminar de 2 anos de cooperação que se iniciou com a assinatura do Convênio de Cooperação Técnica em Buenos Aires em janeiro de 2023.

A AdP INTERNACIONAL NA ÁFRICA DO NORTE E NA ÁFRICA ORIENTAL



COSTA DO MARFIM

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO PORTUGAL – COSTA DO MARFIM

O ano 2024 permitiu implementar as atividades que levaram à conclusão do Protocolo de Cooperação entre Portugal e a República da Costa do Marfim para o reforço de competências e apoio ao desenvolvimento do setor do saneamento neste país africano. O acordo foi assinado em 2020 entre o Gabinete Nacional de Saneamento e Drenagem (ONAD), o Ministério do Saneamento e Salubridade (MINHAS) marfinense e o Ministério do Ambiente e Ação Climática português.

Este acordo permitiu mobilizar recursos financeiros de ambos os países para a implementar atividades de capacitação técnica, de troca de experiências e conhecimentos em áreas que foram identificadas pelos representantes e técnicos do MINHAS em estreita colaboração com a AdP Internacional para definir objetivos e planejar atividades que respondessem aos desafios do desenvolvimento do setor do saneamento na Costa do Marfim.

Com base na experiência do Grupo Águas de Portugal no desenvolvimento estratégico do setor da água e saneamento, foram definidas atividades assentes em duas componentes distintas que se complementam, nomeadamente, a vertente de comunicação e sensibilização, dirigida à população em geral, e a vertente de formação e capacitação, dirigida ao pessoal técnico do ministério.



PLANO DE COMUNICAÇÃO DE SANEAMENTO

Na Costa do Marfim, um dos principais desafios identificados foi o desconhecimento ou a pouca visibilidade que o setor do saneamento tem junto da população. Se, por um lado, o abastecimento de água é compreendido e aceite pela população como um “benefício” do imediato e visível, o saneamento é, por outro lado, encarado como algo menos relevante, cujo trabalho e o impacto é menos visível no dia-a-dia da população.

Face aos desafios identificados foram delineadas atividades de promoção da comunicação para a divulgação da atividade do MINHAS nos temas do saneamento e divulgar informações relacionadas com comportamentos e boas-práticas individuais, com impacto na saúde pública, acompanhadas pela sensibilização para os temas da sustentabilidade e da proteção do ambiente, nomeadamente dos recursos hídricos (costa atlântica, rios, lagos) do país.

A definição da campanha foi feita com os técnicos de comunicação do MINHAS em várias sessões de trabalho organizadas em Portugal e na Costa do Marfim para que a vasta experiência do Grupo AdP em comunicação pudesse ser transmitida e ajustada ao contexto local marfinense. Durante o ano 2024 foram realizadas, em Portugal na Costa do Marfim, sessões de formação e partilha de conhecimentos, para a definição e desenvolvimento de uma campanha e plano de comunicação dirigidas ao exterior assim como estratégias de gestão de presença do MINHAS na internet e nas redes sociais uma vez que mostraram ser um dos principais meios de comunicação utilizados pelo ministério.

PREPARAÇÃO E FORMULAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO E REFORÇO DAS CAPACIDADES DO PESSOAL TÉCNICO NO DOMÍNIO DA SANEAMENTO

Em 2024 foram, realizadas missões em Portugal e na Costa do Marfim que deram continuidade ao plano de trabalho de trabalho delineado no protocolo de cooperação com o Ministério do Saneamento e Salubridade, da República da Costa do Marfim.

Dando seguimento às atividades do ano anterior, que se centraram na recolha de informação e análise dos dados sobre o setor do saneamento na Costa do Marfim, foi possível identificar as áreas e os temas centrais para apoio ao desenvolvimento das capacidades dos técnicos marfinenses para aspetos de saneamento e tratamento de águas residuais.

O planeamento das atividades centrou-se na capacitação técnica, mas também numa série de outras atividades complementares para consolidar a as capacidades individuais dos parceiros marfinenses que realizaram duas missões técnicas a Portugal. Nessas missões os técnicos e representantes do MINHAS participaram em diversas sessões organizadas em instalações geridas por empresas concessionárias do Grupo AdP no Norte e no centro de país. Essas sessões foram delineadas com o apoio das administrações e as direções técnicas das empresas. As visitas e informações da componente técnica relacionadas com a gestão e operação de equipamentos e infraestruturas foram apresentadas pelas equipas técnicas que as operam. Como planeado os temas apresentados e as infraestruturas visitadas centraram-se em modelos que mais se aproximam da realidade da Costa do Marfim.



Os temas desenvolvidos centraram-se na gestão do serviço público de saneamento, no planeamento e desenvolvimento de soluções adequadas ao contexto local, na inovação e tecnologias aplicadas à gestão de redes e de ativos, a medição e monitorização. Outras temáticas foram também debatidas numa perspetiva de promoção da inovação, da sustentabilidade e da proteção ambiental, nomeadamente, na reutilização de águas residuais tratadas, a utilização dos subprodutos desse tratamento e a autossuficiência energética das ETAR.

PERSPETIVAS DE CONTINUIDADE COM BASE NUM NOVO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

As atividades de ambas as componentes foram financiadas pelo Fundo Ambiental com base no protocolo de cooperação que terminou em dezembro de 2024 com uma missão de encerramento realizada em Portugal. Com o objetivo de procurar assegurar a continuidade da dinâmica de trabalho desenvolvida entre todos intervenientes no projeto, o MINHAS e a AdP Internacional partilharam as suas perspetivas face ao futuro e lançaram as bases de um protocolo colaboração que permita estabelecer as linhas de atuação e os meios técnicos e financeiros para lançar novas atividades em 2025 mantendo a perspetiva de cooperação entre os dois países que permita reforçar o desenvolvimento do sector da água e saneamento na Costa do Marfim.

A concretizar-se, este novo protocolo permitirá também que a AdP Internacional mantenha e reforce o seu papel como agente de desenvolvimento, cumprindo os seus objetivos de promoção internacional dos ODS, levando a experiência e o conhecimento do Grupo Águas de Portugal para outras geografias.

A AdP INTERNACIONAL NA ÁSIA



GOA (ÍNDIA)

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS-PWD - EFICIÊNCIA OPERACIONAL DOS SISTEMAS DE ÁGUA DE GOA

Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para Cooperação Técnica assinado entre o Governo de Goa (através do Departamento de Obras Públicas) e o Ministério do Ambiente da República Portuguesa (através da Águas de Portugal), assinado em 29 de setembro de 2018, arrancou em dezembro de 2022 (após quase dois anos de suspensão devido à Pandemia de COVID 19) o projeto Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas-PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa.

Este projeto tem como objetivo o aumento da eficiência das principais ETA's de Goa, o apoio à conceção de sistemas de tratamento de águas residuais bem como ao suporte à redução de manganês numa das ETA's de Goa, representando o início de atividade da AdPI naquele país.



Handwritten initials and a signature in blue ink.

A equipa técnica da AdP Internacional realizou a sua primeira visita entre 4 e 17 de dezembro de 2022 permitindo realizar o levantamento, o diagnóstico da situação atual e a análise das lacunas e prioridades para melhorar procedimentos da operação das ETA's de Salaulim e da OPA.

Já foi submetido o primeiro entregável previsto neste contrato, tendo-se realizado um diagnóstico e análise de oportunidades de melhoria das duas principais ETAs de Goa.

A AdP INTERNACIONAL E AS UTILITIES OF THE FUTURE

CONTRATO-QUADRO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

No âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado "*Utilities of the Future - UoF*", a AdP Internacional manteve, em 2024, o apoio técnico ao Banco Mundial através de suporte especializados com o objetivo de promover e implementar planos abrangentes e eficazes para transformar e preparar as concessionárias de Água e Saneamento, para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes.

O conceito subjacente às *UoF* envolve, não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais.



KARACHI WATER AND SANITATION CORPORATION (KWSC)

Em maio de 2024, técnicos superiores da Karachi Water and Sanitation Corporation (KWSC), deslocaram-se a Portugal, ao abrigo deste contrato-quadro, para 4 semanas de formação e intercâmbio de conhecimento.

O workshop de formação sobre "Gestão de Clientes e Operações Comerciais em Serviços de Abastecimento de Água", teve lugar nas instalações da AdPI e da EPAL em Lisboa, com uma duração total de 72 horas, tendo-se centrado nos seguintes conteúdos:

Atendimento ao Cliente e Comunicação

- Gestão de contratos para clientes domésticos, industriais e comerciais
- Gestão de clientes em grande escala e municipais
- Atendimento ao Cliente & *Contact Center*
- Habilidades de comunicação, foco no cliente e resolução de conflitos
- Marketing e educação para o consumidor

Faturação e Gestão Comercial

- Instalação e gestão de medidores e telemetria
- Gestão, reparação e calibração de hidrômetros

Handwritten signatures and initials in blue ink.

- Utilização da ferramenta AQUAmatrix para gestão comercial e de clientes
- Ciclo de faturação e cobrança
- Ferramentas para interação com clientes (Waterbeep, Epalnet, Myaqua, H2O Quality)
- O workshop teve como objetivo fortalecer a eficiência operacional e a qualidade do atendimento ao cliente nas concessionárias de água

Foi elaborado um *“Roteiro de Gestão de Atendimento ao Cliente e Desenvolvimento de Faturação na KWSC”*, fruto de um esforço conjunto entre as equipas da AdPI/EPAL e da KWSC. Este documento teve como objetivo sintetizar e estruturar os principais temas abordados, visando contribuir para o fortalecimento da gestão do relacionamento com os clientes da KW&C.

AdP E BANCO MUNDIAL PROMOVEM RESILIÊNCIA E ECONOMIA CIRCULAR NA GESTÃO DA ÁGUA

Realizou-se o workshop *“Aplicação dos Princípios da Economia Circular no Setor da Água”*, promovido pela Águas de Portugal e pelo Banco Mundial, no âmbito do projeto WICER - Water in Circular Economy and Resilience.

Esta foi a segunda edição do programa de capacitação e intercâmbio, e contou com a participação de profissionais do sector oriundos da Albânia, Marrocos, Paquistão, Peru, Sérvia e Vietname. O programa incluiu sessões de trabalho na sede da Águas de Portugal e visitas técnicas às Fábricas de Água de Beirolos e da Guia, à SIMARSUL e à Casa Relvas, em Évora, onde os participantes tiveram a oportunidade de conhecer o projeto de reutilização de água promovido pela Águas do Vale do Tejo.

O projeto WICER tem como objetivo apoiar os países na implementação de sistemas de abastecimento e saneamento mais seguros, resilientes e sustentáveis, promovendo a troca de conhecimento e a capacitação técnica em parceria com entidades de referência, como o Grupo Águas de Portugal.



WATER IN CIRCULAR ECONOMY AND RESILIENCE (WICER)

Economia Circular e Resiliência no Setor de Água



Uma iniciativa do Banco Mundial
www.worldbank.org/wicer
www.wicer-tool.com



VISITAS DELEGAÇÕES MINISTRO DAS OBRAS PUBLICAS DA INDÓNESIA

O Ministro das Obras Publicas da Indonésia realizou uma visita oficial a Lisboa, com o objetivo de divulgar o Fórum Mundial da Água e conhecer a realidade do sector da Água em Portugal. Esta visita inserida num programa mais vasto de encontros com entidades públicas portuguesas a cooperação ambiental entre os dois países. A ministra visitou a Fábrica de Água de Alcântara, infraestrutura gerida pela Águas do Tejo Atlântico que serve os municípios de Amadora, Lisboa e Oeiras, dimensionada para tratar um equivalente populacional de 756.000 hab. Eq., correspondente a um caudal médio de 181.453 m³/dia (tempo seco).



Handwritten signature and initials: *AD*

DELEGAÇÃO ILHA DE MOÇAMBIQUE – MOÇAMBIQUE

A AdP Internacional teve o prazer de receber, em Lisboa, a delegação da Ilha de Moçambique, composta pelo Presidente do Conselho Municipal, Momade Amisse Ali, e pelo Administrador do Distrito da Ilha, Silvério João Nauaito, no âmbito de uma visita institucional promovida pelo Cluster da Cooperação Portuguesa.

Esta visita inscreve-se num programa mais vasto de encontros com entidades públicas e municipais portuguesas, com o objetivo de recolher boas práticas e experiências que possam contribuir para o desenvolvimento urbano e patrimonial da Ilha de Moçambique, classificada como Património Mundial pela UNESCO.

Durante a reunião, foram abordados temas estratégicos relacionados com a cooperação no setor das infraestruturas urbanas, sustentabilidade e gestão dos recursos, reforçando o papel da AdP Internacional na partilha de conhecimento e promoção de parcerias no espaço lusófono.

Esta missão representa mais um passo no estreitamento das relações entre a AdP Internacional e as autoridades da Ilha de Moçambique, estando em perspetiva novas oportunidades de colaboração futura.

DELEGAÇÃO DO MALAWI

A AdP Internacional integrou o programa da visita de estudo da delegação do Malawi, composta por representantes do Ministério da Água e Saneamento, Ministério das Finanças, autoridades municipais e operadores de serviços de água das cidades de Blantyre e Lilongwe.



Esta missão técnica, promovida pelo Banco Mundial, teve como objetivo dar a conhecer o percurso de reforma institucional e operacional do setor da água e saneamento em Portugal, com foco na sustentabilidade, planeamento estratégico, regulação, desempenho operacional e boas práticas de gestão.

Neste âmbito, a AdP Internacional recebeu a delegação para uma sessão dedicada ao modelo multi-municipal de gestão de serviços de água e saneamento, tendo sido apresentados os principais pilares que sustentam a experiência portuguesa, nomeadamente a agregação de serviços, recuperação sustentável de custos, importância da regulação e a valorização da eficiência operacional.

A participação da AdP Internacional nesta iniciativa reforça o seu papel na partilha de conhecimento técnico e institucional com países parceiros, contribuindo para o desenvolvimento de soluções sustentáveis no setor da água a nível global.

DELEGAÇÃO DA CHINA

AdP Internacional participou no programa oficial de recepção à Delegação do Ministério dos Recursos Hídricos da República Popular da China, liderada pelo Vice-Ministro Wang Bao'en, no âmbito de uma visita institucional a Portugal.

Em Lisboa, decorreu uma sessão na Fábrica de Água de Alcântara, onde o Vice-Presidente Executivo da AdP Internacional, António Ventura, apresentou a experiência do Grupo AdP no processo de reforma e modernização do setor da água em Portugal, com destaque para os pilares da sustentabilidade, economia circular e reutilização de recursos.

No Porto, a delegação visitou a empresa Águas do Douro e Paiva (AdDP), onde teve lugar uma apresentação institucional e uma visita técnica à Estação de Tratamento de Água de Lever. A visita permitiu aprofundar o conhecimento sobre soluções tecnológicas e operacionais aplicadas ao abastecimento de água em larga escala.

Esta missão reforçou o posicionamento da AdP Internacional enquanto entidade de referência na cooperação internacional no setor da água e sublinhou o interesse mútuo na partilha de boas práticas e no estreitamento das relações bilaterais entre Portugal e a China.

DELEGAÇÃO DO MONTENEGRO

A AdP Internacional, representada pelo Administrador Andrew Donnelly, participou na recepção da delegação do Governo da República do Montenegro, na Fábrica de Água de Alcântara da Águas do Tejo Atlântico, em Lisboa.

A visita integrou-se num protocolo de colaboração com este país candidato à União Europeia e teve como objetivo partilhar a experiência portuguesa na gestão do setor da água, com destaque para o percurso de transformação do Grupo AdP ao longo dos últimos 30 anos.

Foram ainda apresentadas as soluções da Águas do Tejo Atlântico no tratamento de águas residuais e economia circular, e reforçada a importância da capacitação técnica e dos investimentos em infraestruturas e inovação para uma gestão sustentável.



DELEGAÇÃO DA COSTA DO MARFIM

AdP Internacional teve o prazer de receber, em Lisboa, a delegação da Costa do Marfim, em representação do Ministério da Hidráulica, Saneamento e Salubridade, para a conclusão de um projeto de cooperação entre as entidades.

Este projeto destacou-se pela implementação de um Programa de Formação e Capacitação dirigido aos técnicos marfinenses, com enfoque em duas áreas essenciais para o desenvolvimento do setor do saneamento.

Esta missão marca o encerramento de um programa financiado pelo Fundo Ambiental e estabelece as bases para uma nova fase de colaboração entre a AdP e o MINHAS, com novas atividades já previstas para 2025.



A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized letters and a small mark above the final letter.

RISCO E CONTROLO

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO EMPRESARIAL

A AdP Internacional e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da corrupção e infrações conexas, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a AdP Internacional se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, **em 2024 foi concluída a FASE 2 do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo**, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência, e fiabilidade na resposta que confere aos desafios internos ou externos existentes.

Este modelo possibilita uma correlação direta entre os **objetivos que a organização define**, ao nível das **categorias** (Operação, Reporte e Conformidade), e as **componentes do CI** (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da empresa, essenciais para a sua concretização.



● AMBIENTE DE CONTROLO

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

● AVALIAÇÃO DE RISCO

Visa identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, **com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.**

- **ATIVIDADES DE CONTROLO**

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da empresa. Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo **são realizadas a todos os níveis da organização** e em várias etapas dos processos de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de **natureza preventiva ou detetiva** e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. **Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.**

- **INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Componente **instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes**, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que **permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa.**

A **informação** é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A **comunicação** é o processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A **comunicação interna** é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A **comunicação externa** tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

- **MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES**

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, **a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.**

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

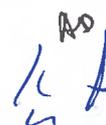
As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2024 a AdP Internacional concluiu o mapeamento dos processos relativos à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI., que contemplou a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

A empresa encontra-se a atualizar o Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos agora elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar



a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Continua a ser efetuada a avaliação das métricas de avaliação do SCI que possibilita, aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da empresa com a temática do CI.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável quanto à sua eficácia à Administração da AdP Internacional.

No decurso de 2024 foi iniciada a sensibilização sobre o CI, e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da AdP Internacional, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo i) criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco; ii) obter o alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa; iii) assegurar a redução do risco de perda dos seus investimentos e ativos; e iv) garantir maior fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

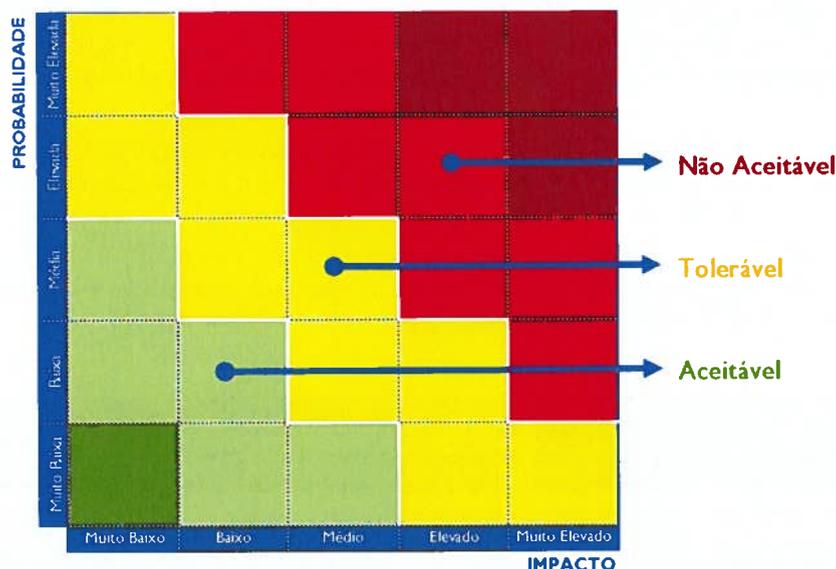
A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

Visando uma melhoria contínua e adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e uma atualização face às alterações verificadas na realidade envolvente do grupo AdP, encontra-se em desenvolvimento a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial existente.

Esta alteração, engloba todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, já revista e aprovada em 2023, passando pela metodologia utilizada na avaliação, assente numa análise quantitativa baseada em indicadores, ou pela implementação de um modelo de governo da gestão de risco. Encontrando-se alinhada com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias, a qual se observa abaixo:

A avaliação dos riscos é presentemente realizada na perspectiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCl instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

A AVALIAÇÃO DOS RISCOS NA PERSPETIVA DO IMPACTO CONTEMPLA AS SEGUINTE DIMENSÕES DE ANÁLISE:



- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na realização da avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita, e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela AdP Internacional, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento é complementado por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

No âmbito do **projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco**, atrás indicado, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- ✓ A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no grupo AdP;
- ✓ A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial;
- ✓ A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno;
- ✓ A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e *Key Risk Indicators* a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva; e
- ✓ A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após a realização em 2023 do exercício de avaliação do Risco, no decurso de 2024, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, foi efetuado o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do referido exercício de avaliação.

Esta análise permitiu verificar, no Relatório de Acompanhamento das Medidas Previstas no PTR e no PIO, que a empresa apresentou 26 medidas de mitigação a implementar, relativas a 4 riscos considerados Não Aceitáveis, 7 riscos considerados Toleráveis e 3 riscos considerados Aceitáveis.

De acordo com este Relatório, analisadas as referidas medidas, a Gestão do Risco Empresarial do Grupo Águas de Portugal, verificou que 10 tinham sido implementadas, 14 estavam em implementação e 2 ainda não foram implementadas, tendo a AdP Internacional apresentado novas datas de conclusão ou tendo sido consideradas em efeito.

Como complemento, apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AdP Internacional se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023:

- Adequação de Recursos Humanos;
- Atração e Retenção de Talentos;
- Contexto Externo;
- Cambial.

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

A análise económica e financeira que se apresenta, procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançados pela AdP Internacional, no ano de 2024, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

Apresenta-se de seguida o quadro de indicadores evolutivos da empresa:

Un. m€

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	2021	2021 Reexpresso	2022	2022 Reexpresso	2023	2024	Var 2024 / 2023		Var 2024 / 2022 Reex	
							Valor	%	Valor	%
Volume de Negócios	6262	5871	8138	7203	5233	3812	(1421)	-27%	(3391)	-47%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)*	286	(105)	681	(254)	(785)	(715)	70	-9%	(461)	-64%
Margem EBITDA	5%	-2%	8%	-4%	-15%	-19%	-4%	25%	-15%	-81%
Resultado Operacional	83	(308)	441	(494)	(1545)	(1019)	526	-34%	(525)	-51%
Resultado Financeiro	(24)	(24)	(82)	(82)	(258)	(190)	68	-26%	(108)	-57%
Resultado Líquido	38	(353)	975	318	(1293)	(1088)	206	-16%	(1406)	-129%
Investimento	183	183	116	116	0	0	0	0%	(116)	-100%
Ativo Líquido	6913	6913	8490	7442	6649	5404	(1245)	-19%	(2038)	-27%
Passivo	6675	6675	7277	7277	7776	6326	(1451)	-19%	(951)	-13%
FMP (dias)	150	150	85	85	89	9	(80)	-90%	(76)	-89%
FMR (dias)	105	105	108	108	122	236	114	93%	128	118%
Endividamento	4.010	4.010	4.315	4.315	4.274	2.746	(1.528)	-36%	(1.569)	-36%

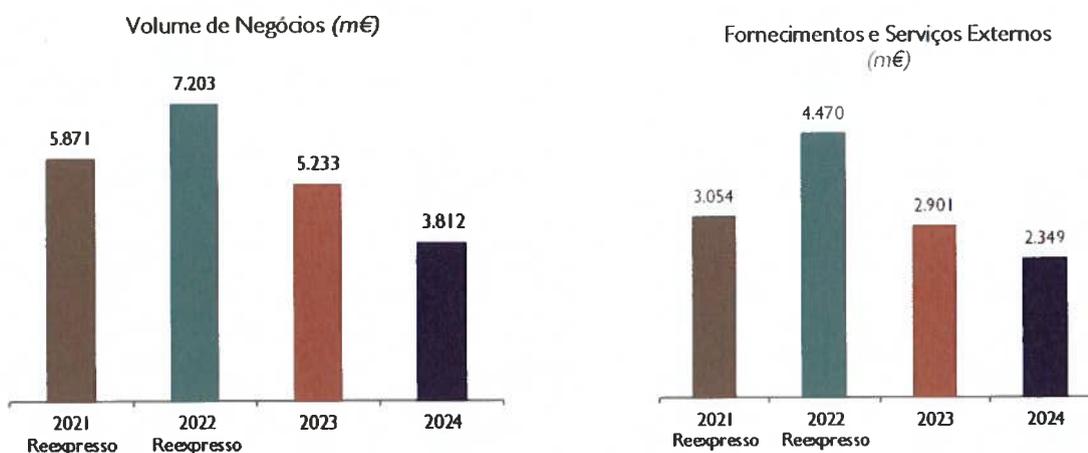
* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações + Provisões / Imparidades

A AdP Internacional encerrou o seu exercício económico de 2024 com um resultado líquido negativo de 1.088 mil euros. O cash-flow operacional foi negativo no valor de 715 mil euros.

A redução do número de oportunidades colocadas nos mercados internacionais, iniciadas no ano de 2022, a par de uma alteração na tipologia dos contratos, menos assistências técnicas em O&M, contribuíram para um resultado global desfavorável.

No ano de 2024 não se verificou o arranque de projetos com valor expressivo para dar continuidade aos contratos entretanto terminados e que tiveram um contributo significativo, em anos anteriores, para o volume de negócios ao longo da sua execução.

O decréscimo dos Fornecimentos e Serviços Externos face a 2023 (553 mil euros, -19%) foi inferior ao decréscimo do Volume de Negócios (1,42 milhões de euros, -27%). A variação dos FSE é diretamente impactada pela atividade da Empresa, nomeadamente pelas taxas de execução dos projetos em curso durante o ano. Por outro lado, a manutenção da mesma estrutura de pessoal impediu uma redução mais significativa dos gastos com FSE.



Neste exercício económico, deu-se continuidade à execução do contrato de Assistência Técnica à empresa de Águas da Huila³⁹ e do contrato de Assistência Técnica ao projeto do Banco Europeu de Investimento⁴⁰, em Angola, que contribuíram com 1.962 milhões de euros e 862 mil euros respetivamente.

Os projetos no âmbito de protocolos estabelecidos com o Fundo Ambiental em Cabo Verde⁴¹, contribuíram em conjunto com 133 mil euros.

A execução do projeto de *twinning* na AYSA (Argentina), financiado pelo CAF⁴² – Confederación Andina de Fomento, contribuiu com 52 mil euros.

Em 2024, no âmbito do Protocolo de Cooperação assinado entre o Ministério do Ambiente e da Ação Climática da República Portuguesa e o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos da República de Moçambique, tiveram início dois projetos⁴³, financiados pelo Fundo Ambiental, de assistência técnica especializada à AURA, com um contributo conjunto para o Volume de Negócios de 141 mil euros.

No 4.º trimestre de 2024 teve início e conclusão, em Bali, o projeto *Insitutional Transformation of Water Supply in Indonesia – Case Study Bali Province*⁴⁴ financiado pelo Governo da Indonésia, com um contributo para o Volume de Negócios de 372 mil euros.

Ainda em 2024 foram terminados mais dois contratos, financiados pelo Banco Mundial, um no Paquistão, no âmbito do *Utilities of the Future – UoF*, na Karachi Water and Sanitation Corporation (KWSC)⁴⁵, e outro na Índia, *Advisory Services on WSS Sector Reforms and Utilities Turnaround in India*,⁴⁶ que contribuíram com 40 mil euros e 30 mil euros respetivamente.

Os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais (184 mil euros), foram inferiores aos registados no exercício anterior, sobretudo os ganhos cambiais, resultado da maioria dos contratos executados estarem expressos na moeda euro.

De salientar ainda nesta rubrica o registo da mais-valia pela alienação de 9 viaturas operacionais que estavam afetas aos contratos que encerraram em 2023 (50 mil euros).

Os Recursos Humanos da Empresa compõem-se pelos trabalhadores com carácter permanente, Órgãos Sociais mais Estrutura, e pelos trabalhadores afetos temporariamente aos projetos, RH Projeto, com contratos limitados à duração dos respetivos projetos.

Para o desenvolvimento das operações em Angola, a legislação local exige, para a permanência no seu território dos consultores dos projetos em curso, a obtenção do visto de trabalho mediante a celebração de um contrato de trabalho a termo certo com uma empresa com representação em território angolano.

Ainda, para cumprir com a legislação de Angola, nomeadamente a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos face a trabalhadores estrangeiros, a Sucursal de Angola celebra contratos de trabalho, a termo certo, com trabalhadores angolanos até ao término dos respetivos projetos a que estes prestam apoio.

Face à natureza transitória dos Projetos, o número total dos RH da Empresa não inclui os trabalhadores com contrato a termo certo, termo incerto, prestações de serviço ou estágios, afetos a esses projetos, sem prejuízo dos encargos com os mesmos serem incluídos na totalidade das demonstrações financeiras, tal como as restantes componentes de custo dos projetos.

³⁹ Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da Huila - Ref. Contract 78NC1/HUILA/19.

⁴⁰ Assistência Técnica para a Implementação de Projetos (PMC) BEI – Ref. Contrato 2018/S 107-243015.

⁴¹ Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas, Projeto Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe e Projeto Apoio à Implementação do Plano Operacional Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de S. Antão.

⁴² Projeto de Cooperação Técnica entre o Grupo AdP e a AYSA - Água y Saneamientos Argentinos S.A. (Argentina).

⁴³ Assistência Técnica Especializada no Âmbito da Regulação das Sociedades Comerciais e projeto de Desenho de Quadros Regulatórios das Sociedades Comerciais e Respetivo Regime Sancionatório.

⁴⁴ Projeto Insitutional Transformation of Water Supply in Indonesia – Case Study Bali Province – Ref. Contract KU.03.01/Dit.AM/NUWSP/17/VIII2024

⁴⁵ Projeto Utility Performance Improvement Diagnostic Assessment and Training in Karachi – Ref. Contract 7211031/WB

⁴⁶ Advisory Services on WSS Sector Reforms and Utilities Turnaround in India – Ref. Contract 7214341/WB

Face a 2023 o número total de trabalhadores teve a seguinte variação:

Evolução do Efetivo	2024	2023	Var 2024 / 2023	
			n.º	%
Órgãos Sociais ¹	4	4	0	0%
Pessoal Estrutural:	15	17	-2	-12%
AdPI e AdPA	14	14	0	0%
Expatriado (projeto)	1	3	-2	-67%
Recursos Humanos ²	19	21	-2	-10%
Projeto ³	11	17	-6	-35%

¹ Inclui os Órgãos Sociais que contribuem para a massa salarial. A 31.12.2024 os OS eram compostos por 3 Administradores Executivos e o Fiscal Único.

² Não inclui os RH Projeto e os Contratos Suspensos. A 31.12.2024 a Empresa tinha 2 contratos suspensos.

³ RH temporário, tratando-se de contratos a termo certo, com duração do projeto, para cumprimento da legislação local.

Os 2 trabalhadores expatriados, afetos aos projetos do Cunene e BEI, cessaram as respetivas cedências, tendo um saído por reforma e o outro regressado à empresa de origem.

Na AdP Internacional existiam, em 2024, dois trabalhadores com o contrato suspenso.

Contribuiu ainda de forma negativa para o resultado operacional as perdas por imparidade, com o seu reforço em 31 de dezembro de 2024, que corresponde às subsidiárias AdP Timor-Leste (245 mil euros) e AQUATEC (262 mil euros).

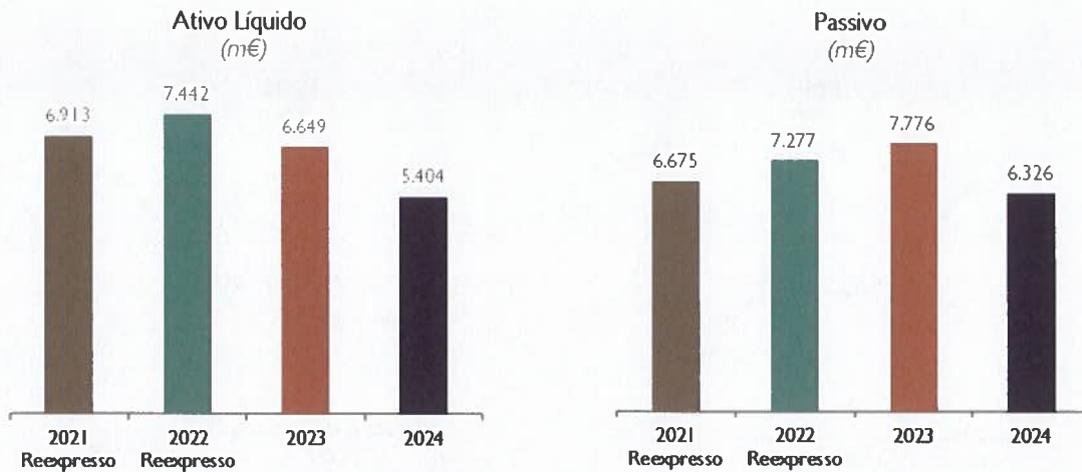
Em 2024 foi, ainda, registada a reversão de parte da provisão constituída no âmbito do fecho dos projetos Bengo e Cunene, em setembro de 2023, quando a Empresa foi notificada pelo cliente de aplicação de penalidades contratuais no montante global de 679,914 USD. Decorrente de várias reuniões ocorridas e esclarecimentos prestados pela Empresa o cliente reverteu a penalidade aplicada previamente ao projeto do Cunene.

O Resultado Operacional desfavorável contribuiu para o EBITDA negativo de 715 mil euros.

Concorre ainda para o resultado de 2024, o resultado financeiro negativo de 190 mil euros, reflexo dos juros suportados (183 mil euros) relativos ao endividamento junto da AdP SGPS e das comissões bancárias (12 mil euros).

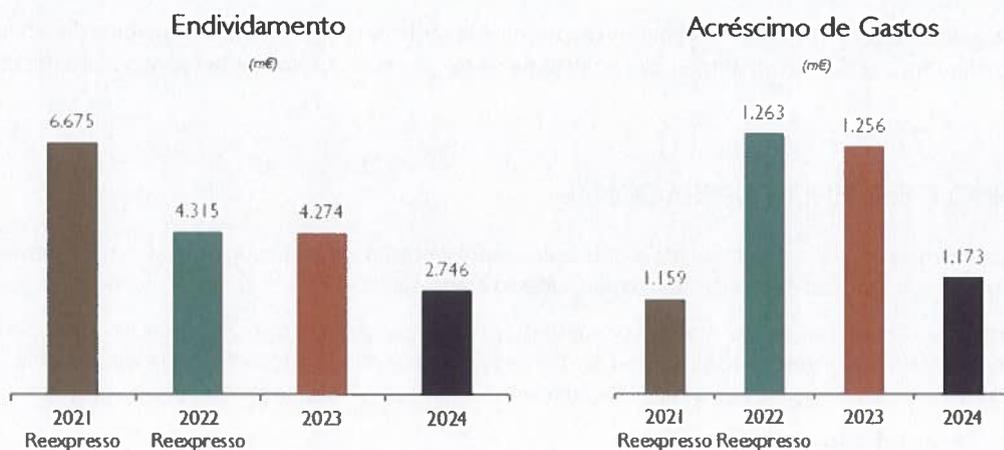
A Lei do Orçamento de Estado de 2023 alterou o regime de dedutibilidade dos prejuízos fiscais reportáveis, tendo sido eliminada a limitação temporal. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis em cada período de tributação fica limitada a 65% do lucro tributável. Neste sentido a Empresa registou os ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis, tendo reforçado os ativos por impostos diferidos, tendo por base o prejuízo fiscal gerado em 2024 (145 mil euros).

O decréscimo do ativo deve-se por um lado à redução da dívida de clientes pelo decréscimo na atividade operacional e pelo reforço das imparidades registadas em empréstimos a empresas e em clientes do Grupo, nomeadamente nas subsidiárias AdP Timor-Leste e AQUATEC.



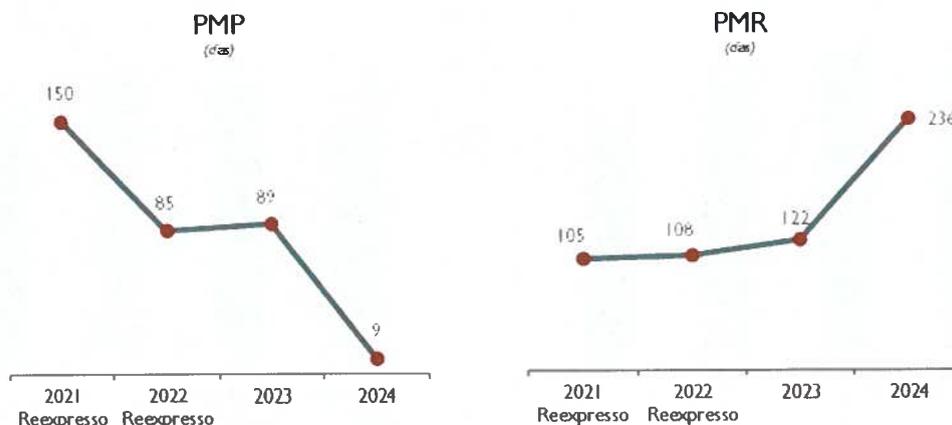
A variação do Passivo decorreu do decréscimo das Provisões, resultado da reversão da penalidade aplicada previamente ao projeto do Cunene, mas sobretudo pela redução do endividamento da Empresa de curto prazo (-135 mil euros da linha Apoios de Tesouraria da AdP SGPS) e de médio longo prazo (-1,4 milhões de euros do Suprimento do acionista AdP SGPS).

Os Acréscimo de Gastos, nomeadamente o IVA, aplicado em Angola às faturas emitidas à AdP Internacional pela Sucursal em Angola, acresceu face ao ano anterior (+114 mil euros), contrariando o decréscimo registado nas rubricas do Imposto Industrial de Angola que recai sobre as faturas emitidas ao cliente (-43 mil euros) pelas perdas cambiais com a emissão dessas faturas (-64 mil euros) e pelas férias e subsídio de férias a pagar ao pessoal (-66 mil euros).



Handwritten signature and initials

Em função do relatado, observam-se nos gráficos seguintes a evolução dos prazos médios.



O indicador PMP desceu face a 2023 (-80 dias), reflexo dos esforços da Empresa em cumprir atempadamente com as suas responsabilidades, ao passo que o PMR registou uma subida face ao ano anterior (+114 dias).

Mais se refere que o saldo de fornecedores a 31 de dezembro 2024 é de 9 790€ (ver nota 14 do anexo às contas).

Relativamente ao PMR este está afetado pelo facto das últimas faturas, emitidas no 1 trimestre de 2024, dos projetos do Bengo e do Cunene (897 mil euros) terem ficado retidas no processo de contestação à notificação pelo cliente de aplicação de penalidades contratuais no montante global de 679,914 USD.

A penalidade aplicada ao projeto do Cunene foi revertida pelo cliente e o pagamento daquelas faturas está previsto ocorrer durante o ano de 2025.

Por outro lado, as alterações nas condições económicas, nomeadamente em Angola, resultaram numa desaceleração no ciclo de recebimentos, a par de um decréscimo no Volume de Negócios, o que contribuiu para o aumento do PMR em 2024.

DESEMPENHO E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Num ambiente concorrencial e competitivo, de elaboração e apresentação de proposta, de que a AdP Internacional depende, propostas eficazes são essenciais para o seu sucesso empresarial.

Como uma proposta não se traduz num simples documento persuasivo, mas envolve um processo metódico que combina análise estratégica, compreensão profunda das necessidades do cliente e eficiência operacional, a AdP Internacional adota as melhores práticas, para garantir desempenho e eficiência na formulação de propostas:

I. PESQUISA E ANÁLISE ESTRATÉGICA:

- Antes de começar a redigir qualquer proposta, realiza uma pesquisa abrangente sobre o cliente, setor, concorrentes e tendências de mercado.

- Identifica os desafios específicos enfrentados pelo cliente, suas expectativas em relação ao projeto proposto, por forma a adaptar a proposta para atender às necessidades específicas do cliente.

2. PERSONALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO:

- Cada proposta é personalizada para atender às necessidades exclusivas do cliente, evitando a abordagem "tamanho único serve para todos".

- Investe na compreensão profunda dos problemas do cliente e apresenta soluções específicas e viáveis, criando uma conexão forte e produtiva.

3. CLAREZA E CONCISÃO:

- Apresenta propostas claras, concisas e diretas ao ponto, evitando jargões desnecessários e linguagem complexa que possa confundir ou alienar o cliente.
- Dá destaque aos benefícios que o cliente receberá ao escolher a sua proposta e como ela atenderá às suas necessidades de forma eficaz.

4. APRESENTAÇÃO VISUAL ATRAENTE:

- Recorre a elementos visuais, como gráficos, tabelas e infográficos, para ajudar a transmitir informações complexas de forma mais clara e impactante.

5. COLABORAÇÃO E REVISÃO:

- Envolve várias partes interessadas internas na formulação da proposta para garantir que todas as perspetivas são consideradas e que a proposta é consistente com a visão e os objetivos da organização.
- Efetua revisões regulares e utiliza o *feedback* construtivo para refinar a proposta e garantir que ela atende aos mais altos padrões de qualidade.

6. FOCO NA EFICIÊNCIA OPERACIONAL:

- Apresenta propostas eficazes e viáveis em termos operacionais, acautelando aspetos como prazos, recursos necessários e orçamento.
- Identifica formas de otimizar processos internos e utilizar recursos de forma eficiente para aumentar a competitividade e adequação da proposta.

7. ACOMPANHAMENTO ATIVO:

- Faz um acompanhamento proativo após o envio da proposta, respondendo a quaisquer dúvidas ou preocupações que possam surgir da parte do cliente.
- Demonstra comprometimento contínuo e disposição para colaborar com o cliente.

Em resumo, a abordagem holística que combina pesquisa estratégica, personalização, clareza, apresentação visual, colaboração interna, eficiência operacional e acompanhamento ativo são as melhores práticas que a AdP Internacional adota visando a excelência na **Formulação de Propostas** e o aumento do sucesso num mercado cada vez mais competitivo.

PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DE ORÇAMENTO DE PROJETOS

Responsabilidade do Gestor de Contrato, sempre que existam alterações ao contrato (receitas ou proveitos), ou com uma periodicidade mínima semestral, de proceder conjuntamente com o Controlo de Gestão, e validado pelo Diretor de Projeto (Administrador responsável), à revisão do Orçamento e, posteriormente e em tempo útil, a revisão aprovada pelo Conselho de Administração.

PROCESSO DE GESTÃO DE CONTRATOS

1. Apresentação pelo Gestor do Contrato, com carácter mensal, do ponto de situação da faturação e recebimentos em todos os projetos, e responsabilidade do Gestor de Contrato em garantir um fluxo regular de faturação que não promova um desfasamento temporal entre a execução dos trabalhos contratuais e a sua faturação.
2. Obrigação dos Gestores do Contrato em manterem atualizada mensalmente a imputação de *timesheet* ao projeto.
3. Criação e manutenção por parte do Gestor de Contrato de um registo atualizado de todas as obrigações e seus prazos contratuais, por forma a garantir o não desfasamento dos mesmos, incluindo o registo dos indicadores de performance pelos quais o contrato é avaliado. Este relatório deverá ser submetido ao Conselho de Administração com carácter semestral para apreciação e determinação, quando necessário, de medidas mitigadoras.

No final de 2024 a AdP Internacional iniciou o processo tendente à aprovação de uma **Política de Gestão de Riscos na Tomada de Decisão**, que será aprovada e implementada em 2025.

A Gestão de Riscos na Tomada de Decisão é essencial para assegurar a viabilidade e o sucesso de iniciativas realizados pela AdP Internacional. Dada a complexidade e dinamismo dos mercados em que atua, bem como a natureza dos contratos e parcerias estabelecidas, a empresa reconhece a necessidade de adotar uma abordagem estruturada para a identificação, avaliação e mitigação de riscos.

Desde a sua criação em 2001, a AdP Internacional tem desempenhado um papel estratégico dentro do Grupo Águas de Portugal, divulgando a sua atuação em mercados internacionais e promovendo a disseminação de competências especializadas. A empresa tem se destacado na execução de contratos financiados por entidades multilaterais, como o Banco Mundial e a Comissão Europeia, bem como na implementação de projetos de cooperação internacional.

Considerando este contexto, a adoção de uma **Política formal de Gestão de Riscos na Tomada de Decisão** torna-se fundamental para assegurar que os objetivos estratégicos da AdP Internacional sejam alcançados de forma sustentável e alinhada às melhores práticas de governança corporativa.

A Política irá aplicar-se a todas as fases do ciclo de vida dos projetos desenvolvidos ou geridos pela AdP Internacional, abrangendo desde a identificação de oportunidades até a implementação e monitorização dos resultados alcançados.

Os principais riscos que irão ser abrangidos pela Política serão:

- Riscos Operacionais;
- Riscos Financeiros;
- Riscos Geográficos;
- Riscos Ambientais; e
- Riscos Reputacionais.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS NA TOMADA DE DECISÃO

Premissas

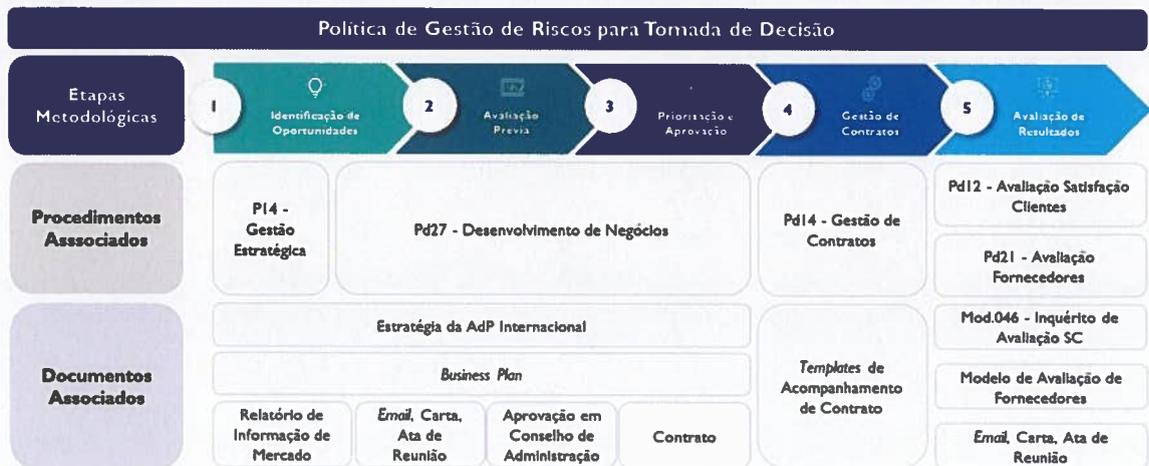
- A AdP Internacional opera em estrita conformidade com a legislação e regulamentação nacional e do país em que atua.
- O Decreto-Lei nº133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, classifica a AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A., como empresa pública, aplicando-lhe todas as disposições constantes deste diploma, bem como todas as existentes no ordenamento jurídico português aplicáveis a empresas públicas constantes de diversos diplomas legais como, a Lei do Orçamento do Estado, o Decreto-Lei de Execução Orçamental, o Estatuto do Gestor Público, entre outros.
- As premissas desta Política baseiam-se nas melhores práticas de gestão de riscos e na experiência acumulada da organização.

Delimitações

- Esta política não substitui as normas específicas de *compliance*, segurança e sustentabilidade, mas complementa essas diretrizes.
- A sua aplicação é restrita aos riscos diretamente associados à tomada de decisão em projetos estratégicos, não abrangendo os riscos operacionais do dia-a-dia.

Metodologia

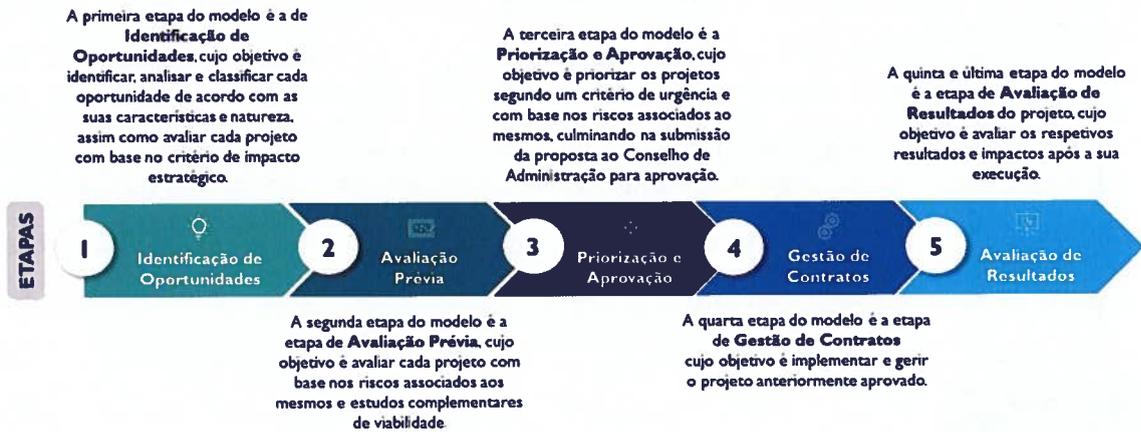
Os procedimentos e documentos associados às etapas metodológicas da Política de Gestão de Riscos para a Tomada de Decisão encontram-se mapeados na seguinte estrutura esquemática, permitindo uma visão estruturada de todas as fases abrangidas pelo processo, facilitando uma compreensão abrangente dos fluxos de informação. Este mapeamento permite que todos os envolvidos no processo de gestão de riscos tenham uma perceção clara das etapas e recursos disponíveis para a tomada de decisão de forma eficaz e agregadora.



1/4 80

Etapas Metodológicas

O modelo de Gestão de Riscos para a Tomada de Decisão encontra-se estruturado em cinco etapas metodológicas de forma a assegurar que cada projeto seja analisado de forma sistemática, permitindo uma tomada de decisão informada e fundamentada.



AD
L
S
A

EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes, transações ou alterações que ponham em causa o relato apresentado no presente Relatório de Gestão, nem ponham em causa o relato e/ou as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2024 constantes das Demonstrações Financeiras.

PERSPETIVAS FUTURAS

As perspetivas para 2025 apresentam desafios significativos para a AdP Internacional, resultantes das mudanças nas políticas de assistência financeira, das reavaliações por parte das instituições multilaterais de financiamento e da instabilidade geopolítica.

A decisão dos Estados Unidos de reduzir substancialmente a assistência financeira a organizações humanitárias afetou diretamente cerca de 10.000 entidades que dependiam de subsídios da USAID e do Departamento de Estado. A suspensão desses apoios comprometeu serviços essenciais de saúde, alimentação e saneamento, impactando o financiamento global para projetos nestas áreas.

Em resposta, instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Desenvolvimento, estão a reavaliar os seus planos de investimento para projetos de água e saneamento. Essa reconsideração poderá levar a uma redução no número de projetos financiados em 2025, afetando diretamente a prestação de serviços e assistência técnica no setor, incluindo as operações da AdP Internacional.

Simultaneamente, o Fundo Ambiental, gerido pelo Ministério do Ambiente, passou por uma reestruturação profunda em 2024, com o objetivo de melhorar a transparência e eficiência na alocação dos recursos. No entanto, durante este período de transição, não foram aprovados novos projetos, impactando diretamente as iniciativas de cooperação que a AdP Internacional desenvolvia como instrumento do Governo Português para a implementação da agenda de cooperação internacional.

Além dessas mudanças institucionais, a instabilidade geopolítica em 2024 reduziu as oportunidades no mercado de prestações de serviços e assistências técnicas. O menor número de concursos internacionais e de pedidos de assessoria financiados por instituições financeiras globais limitou a capacidade da AdP Internacional de operar nos seus mercados tradicionais, exigindo uma redefinição de estratégias e a exploração de novas oportunidades em mercados emergentes.

Diante deste cenário, a AdP Internacional enfrenta um ambiente desafiador em 2025, com expectativas de redução do mercado de serviços e assistência técnica no setor da água e saneamento.

Contudo, a empresa continuará atenta às mudanças no cenário global e empenhada na identificação de novas fontes de financiamento, garantindo a continuidade da sua missão de promover soluções sustentáveis e fortalecer a cooperação internacional no setor da água.

Para tanto continuará a desenvolver a sua atividade assente em **três dinâmicas conceptuais interligadas**:

GESTÃO DA ÁGUA, o objetivo de todas as ações propostas é o da melhoria da eficiência da gestão do uso da água. A Estratégia a implementar visa apresentar soluções no mercado internacional com este objetivo, assentes num alto nível de conhecimento - Literacia da Água - e modelos de cooperação inovadores e alinhados com metas definidas internacionalmente - Diplomacia da Água;

LITERACIA DA ÁGUA, conscientes de que o valor principal que a AdP Internacional pode apresentar no mercado Internacional é a experiência, conhecimento e capacidade das pessoas que trabalham nas empresas do Grupo Águas de Portugal, pretende-se posicionar a empresa como um líder da capacitação de quadros no setor da água, com especial incidência nos quadros e profissionais, que garantem a operacionalidade e a qualidade dos sistemas - Gestão da Água. De acordo com os dados internacionais disponíveis esta é uma das áreas com maiores necessidades a nível mundial. A capacitação dos profissionais do setor e do consumidor são hoje um elemento crítico, quer para o funcionamento dos sistemas quer para um uso eficiente dos recursos (água, energia, reagentes, entre outros), devendo estas áreas ser objeto de uma maior cooperação internacional - Diplomacia da Água.

DIPLOMACIA DA ÁGUA, enquanto parceiro do Estado Português e como empresa presente no mercado internacional com uma oferta comercial, como parceiro de entidades públicas e privadas, a AdP Internacional assume um papel ativo na Diplomacia da Água, colaborando com entidades públicas em projetos estrangeiros e internacionais que visam a melhoria da eficiência e de circularidade na gestão dos sistemas de água e saneamento - Gestão da Água -, bem como no alinhamento com organismos internacionais, em particular com o universo da Organização das Nações

Unidas, especialmente entidades financeiras internacionais que carecem de parceiros de referência para a execução de projetos neste setor e em particular na capacitação de profissionais - Literacia da Água. O alinhamento com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 - água potável e saneamento estrutura o papel da AdP Internacional na Diplomacia da Água.

Além da cooperação direta nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste, a AdP Internacional procurará ampliar a sua presença nessas regiões participando de projetos financiados por importantes instituições financeiras internacionais e agências de financiamento, como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Europeu para o Desenvolvimento (BEI), Banco Mundial (BM), contribuindo ainda mais para o desenvolvimento do setor de água e saneamento nessas regiões.

Quanto à América Latina, procuraremos reforçar a cooperação relativamente a outros mercados, nomeadamente o Uruguai, considerando a nossa atual parceria com a CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe, na Argentina.



Para tanto, em 2024, a AdP Internacional continuará o esforço de consolidação dos resultados económicos e financeiros:

- Monitorizando os gastos operacionais, com especial relevância para o cumprimento dos orçamentos de gastos dos projetos em curso;
- Aumentando a competitividade, através da melhoria contínua da qualidade das propostas e do aumento da incorporação de recursos internos (do Grupo Águas de Portugal) e dos processos de gestão do conhecimento e da informação, de modo a maximizar a qualidade e a eficiência na montagem dos processos comerciais;
- Consolidando parcerias estratégicas internacionais;
- Reforçando o relacionamento com as empresas do Grupo Águas de Portugal, sobretudo potenciando o aparecimento de novos colaboradores disponíveis para aceitarem desafios internacionais; e
- Divulgando o trabalho desenvolvido pela AdP Internacional - comunicações técnicas em conferências e eventos internacionais.

Em consonância com o *Business Plan* aprovado pela acionista única para o período 2024/2027, na abordagem a novos mercados e novos contratos, será seguido o princípio da sustentabilidade económica e financeira dos projetos em que a AdP Internacional se venha a envolver, procurando otimizar os custos de forma a incrementar a margem operacional.

AD
L
X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração expressa o seu apreço e reconhecimento a todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram na prossecução dos objetivos da empresa, em especial:

- Ao acionista AdP SGPS, pelas orientações recebidas e pelo apoio demonstrado;
- À Comissão Executiva da AdP SGPS pela avaliação das oportunidades existentes no seio do Grupo Águas de Portugal e pelo conhecimento do papel relevante da AdP Energias na melhoria das condições de eficiência produtiva das suas empresas;
- Aos Conselhos de Administração e colaboradores das empresas gestoras de sistemas multimunicipais que entenderam colaborar na avaliação das oportunidades existentes no aproveitamento dos recursos endógenos e no estabelecimento de formas de cooperação geradoras de mais-valias para ambas as partes;
- Aos Colaboradores da empresa, pela competência, dedicação e empenho evidenciados;
- Ao Fiscal Único, pela forma como acompanhou a atividade da Empresa;
- À Mesa da Assembleia-Geral pela colaboração prestada; e
- Aos Fornecedores e Parceiros de negócio pela competência e dedicação demonstradas.

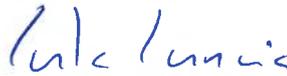
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

As contas respeitantes ao exercício de 2024 refletem capitais próprios negativos de (922.192)€, com um Resultado Líquido negativo de (1.087.682)€.

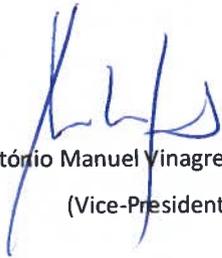
O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido negativo de (1.087.682)€ tenha uma das aplicações previstas no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, por forma a cumprir a regra dos capitais próprios mínimos definida neste mesmo artigo, ou, à semelhança do já aprovado pelo acionista em outros exercícios, a quinhua, por parte do acionista único no montante de (1.087.682)€.

Lisboa, 26 de março de 2025

O Conselho de Administração



Carla da Conceição Afonso Correia
(Presidente)



António Manuel Vinagreiro Ventura
(Vice-Presidente)



Andrew Donnelly
(Vogal)

ANEXO I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Para efeitos da demonstração do Cumprimento das Orientações Legais, foi seguida a estrutura constante do ofício (Ofício SAI_DGTF/2025/255 - 24/02/2025, relativo a “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2024”.

1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ART.º 38.º DO RJSPE E PORTARIA N.º 317-A/2021, DE 31 DE DEZEMBRO) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

A) OBJETIVOS DE GESTÃO

Nos termos do disposto no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração deve submeter junto da UTAM, uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e respetivas metas, para o mandato. Após análise e escrutínio, a referida entidade formula uma proposta, a ser expressamente aprovada pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade da empresa.

O Conselho de Administração da sociedade AdP Internacional eleito em 8 de maio de 2023 para o mandato 2023-2025, deu cumprimento ao disposto no n.º 13 do art.º 3º do referido normativo, aguardando a respetiva aprovação da proposta apresentada.

No âmbito da avaliação dos objetivos de gestão dos Administradores Executivos da AdP Internacional, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Auditoria e Controlo Interno do grupo Águas de Portugal constatou que estes foram definidos ao abrigo da Portaria 317-A, e que, à data da avaliação, se encontravam em análise e aprovação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Empresarial do Estado (UTAM).

Por não se encontrarem formalmente aprovados não foi emitido um Relatório do cumprimento dos Objetivos de Gestão, tendo sido apresentando, por Administrador, o quadro que resulta do Exercício de Cálculo dos Indicadores de 2024, caso os indicadores e condições propostas fossem aprovados, sendo indicado o resultado de atingimento que seria obtido, caso as metas propostas fossem as indicadas.

Assim, o grau de cumprimento dos objetivos propostos, a 31 de dezembro de 2024, seria o seguinte:

EXERCÍCIO DE CÁLCULO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2024 (CARLA CORREIA)							
Objetivos	Indicadores	Cálculo	Unidade	2024	Grau de Desempenho	Ponderadores (1)	Cálculo
Estratégicos	Eficiência operacional	Variação do Plano de Redução de Custos (PRC) face ao proposto em PAO, em atividade comparada, expresso em %	pp	0,00	2	20,0%	0,40
	Rácio do Resultado Operacional versus o Volume de Negócios	Variação do rácio entre o Resultado Operacional (RO) e o Volume de Negócios (VN) face ao proposto em PAO, com correção de imparidades, provisões e variações de justo valor e em atividade comparada, expresso em %	%	105%	3	10,0%	0,30
Setoriais	Internacionalização	Aumento da atividade internacional do grupo AdP	n.º		(3)		
	Satisfação dos Clientes	Índice de satisfação de clientes	%	-3,57%	1	40,0%	0,40
Individuais	Reforço cultura da AdP Internacional e do grupo AdP	Considerando a grande dispersão geográfica da atividade da AdP Internacional e consequentemente dos seus recursos humanos é necessário promover iniciativas que garantam a disseminação de práticas que permitam reforçar a cultura da AdP Internacional e do grupo AdP.	n.º	4,00	3	30,0%	0,90
Valor Final							2,0

A avaliação teve por base a proposta de indicadores e métricas de avaliação remetidos à UTAM, de acordo com a legislação vigente, mas que ainda não se encontram aprovados.

(1) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores.

(2) Indicador não avaliado em 2024

EXERCÍCIO DE CÁLCULO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2024 (ANTÓNIO VENTURA)							
Objetivos	Indicadores	Cálculo	Unidade	2024	Grau de Desempenho	Ponderadores (1)	Cálculo
Estratégicos	Eficiência operacional	Varição do Plano de Redução de Custos (PRC) face ao proposto em PAO, em atividade comparada, expresso em %	pp	0,00	2	20,0%	0,40
	Rácio do Resultado Operacional versus o Volume de Negócios	Varição do rácio entre o Resultado Operacional (RO) e o Volume de Negócios (VN) face ao proposto em PAO, com correção de imparidades, provisões e variações de justo valor e em atividade comparada, expresso em %	%	105,00%	3	10,0%	0,30
Setoriais	Internacionalização	Aumento da atividade internacional do grupo AdP	n.º		(1)		
	Satisfação dos Clientes	Índice de satisfação de clientes	%	-3,57%	1	40,0%	0,40
Individuais	Manifestações de Interesse e Propostas apresentadas pela AdP	Considerando a especificidade da atividade da AdP Internacional torna essencial a manutenção de um fluxo pluralista e constante de apresentação de propostas e de manifestações de interesse.	n.º	21	3	30,0%	0,90
Valor Final							2,0

A avaliação teve por base a proposta de indicadores e métricas de avaliação remetidos à UTAM, de acordo com a legislação vigente, mas que ainda não se encontram aprovados.

(1) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores.

(2) Indicador não avaliado em 2024

EXERCÍCIO DE CÁLCULO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2024 (ANDREW DONNELLY)							
Objetivos	Indicadores	Cálculo	Unidade	2024	Grau de Desempenho	Ponderadores (1)	Cálculo
Estratégicos	Eficiência operacional	Varição do Plano de Redução de Custos (PRC) face ao proposto em PAO, em atividade comparada, expresso em %	pp	0,00	2	20,0%	0,40
	Rácio do Resultado Operacional versus o Volume de Negócios	Varição do rácio entre o Resultado Operacional (RO) e o Volume de Negócios (VN) face ao proposto em PAO, com correção de imparidades, provisões e variações de justo valor e em atividade comparada, expresso em %	%	105,0%	3	10,0%	0,30
Setoriais	Internacionalização	Aumento da atividade internacional do grupo AdP	n.º		(2)		
	Satisfação dos Clientes	Índice de satisfação de clientes	%	-3,57%	1	40,0%	0,40
Individuais	Controlo da Execução dos Projetos em Curso	Considerando que os contratos de Assistência Técnica têm, cada vez mais, uma componente de remuneração associada ao desempenho atingido na execução dos contratos torna-se essencial uma gestão próxima para garantir o atingimento desses objetivos	%	98,1%	3	30,0%	0,90
Valor Final							2,0

A avaliação teve por base a proposta de indicadores e métricas de avaliação remetidos à UTAM, de acordo com a legislação vigente, mas que ainda não se encontram aprovados.

(1) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores.

(2) Indicador não avaliado em 2024

B) EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2024

O Plano de Atividades e Orçamento ('PAO') de 2024, foi submetido em 08 de maio de 2024 no SISEE, e a AdP Internacional informada do despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças de 4 de outubro de 2024, nos termos do qual "(...) *autoriza-se o acréscimo de gastos com fornecimentos e serviços externos, limitando a execução desta rubrica a EUR 3,3M no ano de 2024 (cf. ponto 6.B), sem prejuízo do cumprimento dos demais requisitos legais por parte da empresa.*"

De seguida apresentam-se os principais indicadores do exercício de 2024:

Unid: euro

Indicadores	PAO 2024	Executado 2024	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	-1.185.839,20 €	-1.087.682,00 €	98.157,20 €	
EBITDA	-826.802,20 €	-714.997,95 €	111.804,25 €	
Resultado Operacional¹⁾(EBIT)	-927.059,20 €	-808.275,00 €	118.784,20 €	
Volume de Negócios²⁾	4.585.852,30 €	3.812.214,19 €	-773.638,11 €	
Gastos Operacionais³⁾	5.201.592,28 €	4.420.330,62 €	-781.261,66 €	
Gastos Operacionais/Volume de N.	113,43%	115,95%	2,52 p.p.	
Endividamento⁴⁾	4.274.293,00 €	2.745.799,12 €	-1.528.493,88 €	
Dívida Financeira Líquida⁵⁾/EBITDA	-423,19%	-329,17%	94,02 p.p.	
Disponibilidades⁶⁾	775.361,40 €	392.218,94 €	-383.142,46 €	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal sem ajustamentos

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

C) PLANO DE INVESTIMENTOS

No que concerne ao investimento apresenta-se de seguida o quadro dos investimentos executados em 2024:

Unid: euro

Plano de Investimento	PAO 2024	Total	Fontes de financiamento						Desvio (PAO vs Executado)	Observações/medidas
		Executado 2024	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitário	PRR	Outras		
Investimento x		0,00 €							0,00 €	
Investimento xx		0,00 €							0,00 €	
Investimento xxx		0,00 €							0,00 €	
		0,00 €							0,00 €	
Valor total do Investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

Não existem novos Investimentos com expressão material nos termos do n.º 2 do artigo 159.º do DLEO 2019, considerando-se "novos Investimentos com expressão material" os que não figurem no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10.000.000 EUR ou 10% do orçamento anual da empresa.

D) EXISTÊNCIA DE CONTRATOS-PROGRAMA, CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS OU DE INTERESSE ECONÓMICO GERAL CELEBRADOS COM O ESTADO.

A AdP Internacional não celebrou, em 2024, contratos-programa, contratos de prestação de serviços públicos ou de interesse geral com o Estado.

E) PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

A AdP Internacional não integra o perímetro de consolidação da Administração Pública, pelo que não inclui qualquer quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE.

2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Fatores de Risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Risco de mercado

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro ¹	31.12.2024	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros (gastos) à taxa variável	(183.376)	(34.825)	34.825

¹ Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2024 e 2023 não foram contratados *swaps* cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente

a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

2024	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos do acionista	140.504	2.809.964	-
	140.504	2.809.964	-

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros financiamentos) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2024 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2024 acrescido do spread contratualmente formalizado.

À exceção da linha BEI designada por “BEI V”, os empréstimos BEI encontram-se garantidos através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital em dívida dos empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa ascende a 870.628 mil euros. Para alguns empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa (capital em dívida em 31 de dezembro de 2024 no montante de 679.705 mil euros, os contratos de financiamento preveem que a última prestação de capital (entre setembro de 2025 e junho de 2029) seja liquidada em 11 prestações semestrais, ou seja, prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, desde que exista extensão do prazo dos contratos de fiança. O capital em dívida passível de ter liquidação diferida em 5 anos adicionais, ascende a 503.790 mil euros (165.230 mil euros em setembro de 2025). Conforme previsto nos contratos de financiamento, em 11 de julho de 2024, a AdP SGPS solicitou à República Portuguesa a extensão dos contratos de fiança possibilitando deste modo a prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, tendo reforçado esta solicitação em 3 de outubro de 2024. Em 27 de dezembro de 2024, a Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (“IGCP”), emitiu parecer (i) favorável à extensão dos contratos de fiança relativos aos empréstimos denominados por BEI II – Tranche A e BEI II – Tranche B, em que a última prestação de capital em setembro de 2025 poderá ser liquidada em 11 prestações semestrais, e (ii) de não oposição à extensão dos contratos de fiança relativos aos restantes empréstimos.

O Grupo AdP apresenta a maturidade destes empréstimos considerando o diferimento da última prestação de capital.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos (linha “BEI V”), de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches que permitiu a transferência de plafond

no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A. Em 31 de dezembro de 2024 a tranche A, encontra-se utilizada na totalidade em 320.612 mil euros e a tranche B encontra-se utilizada em 59.529 mil euros.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Risco de liquidez (Milhares euros)	Valor do planfond disponível	Valor do planfond usado	Valor do planfond não usado
Suprimentos (AdP SGPS)	4.000	(2.610)	1.390
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3.000	(110)	2.890
	7.000	(2.720)	4.280

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	31.12.2024	31.12.2023
Suprimentos obtidos (Grupo)	2.610.000	4.000.000
Apoios de tesouraria obtidos (Grupo)	110.000	245.000
Disponibilidades	(392.219)	(522.166)
Endividamento líquido	2.327.781	3.722.834
Total do capital próprio	(922.192)	(1.127.832)
Capital	(922.192)	(1.127.832)
Dívida / total do capital	(2,52)	(3,30)

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

- i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais (“Municípios”):

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AdP entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

- ii. Estado e Setor Público, Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito “forward looking”.

- iii. Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

31.12.2024			
Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades		TOTAL
Tipologia de clientes	Outras entidades	Empresas do Grupo	(Nota 8)
Risco	Médio	Baixo	
Exposição bruta	1.842.951	1.838.319	3.681.270
Imparidade	-	(1.004.339)	(1.004.339)
Exposição líquida	1.842.951	833.980	2.676.931

Em 31 de dezembro de 2024 a antiguidade da dívida de clientes e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

31.12.2024

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades								
	Outras entidades			Empresas do Grupo					
Tipologia de clientes	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição líquida total
Não vendida	146.366	-	0,0%	146.366	3.917	-	0,0%	3.917	150.283
Vendida até 180 dias	384.069	-	0,0%	384.069	2.401	-	0,0%	2.401	386.470
Vendida há mais de 180 dias	1.312.516	-	0,0%	1.312.516	1.832.001	(1.004.339)	-54,8%	827.662	2.140.178
	1.842.951	-	0,0%	1.842.951	1.838.319	(1.004.339)	-54,6%	833.980	2.676.931

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2024 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Depósitos à ordem	10	390.279	520.226
Rating	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
A	(a)	155.358	-
A-	(a)	2.112	53.815
BBB+		2.375	286.689
BBB		-	687
BBB-		-	2.499
não disponível	(b)	230.434	176.536
		390.279	520.226

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em fevereiro de 2025.

- Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 inclui depósitos à ordem junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. no montante de 96.131 Euros e 52.718 Euros, respetivamente.
- Corresponde aos depósitos à ordem das sucursais em instituições financeiras nos respetivos países (Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde).

Risco de exploração

RISCO DE CATÁSTROFE

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

RISCO REGULATÓRIO

Através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro foi restituída à ERSAR a competência da aprovação das tarifas, mantendo-se a sua autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

AD
16
L
A

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdP Internacional, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos

Ano	2024	2023	2022	2021	2020
Encargos Financeiros (€)	183.376,00 €	253.053,03 €	91.506,45 €	67.750,31 €	42.827,86 €
Taxa Média de Financiamento (%)	6,68%	5,92%	2,12%	1,69%	1,02%

Unid: euro

3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO NOS TERMOS DEFINIDOS NO N.º 1 DO ARTIGO 38.º DA LEI N.º 82/2023, DE 29 DE DEZEMBRO (LOE 2024 – LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2024) E NO N.º 1 DO ARTIGO 135.º DO DECRETO-LEI N.º 17/2024, DE 29 DE JANEIRO (DLEO 2024 – DECRETO-LEI DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2024)

Ano	2024	2023
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	175.000,00 €	175.000,00 €
Financiamento remunerado	2.745.799,12 €	4.274.293,00 €
Novos investimentos com expressão material em 2024		
Variação do Endividamento	-34,35%	

Unid: euro

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR- Financiamento remunerado.

Capital - Capital social e outros instrumentos de capital próprio.

Novos investimentos - os investimentos com expressão material, na parte não comparticipada por fundos europeus a fundo perdido, que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior ao menor dos valores entre 10.000.000€ ou o resultante da aplicação de 10% do orçamento anual da empresa.

4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP) A FORNECEDORES E "ARREARS"

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e os atrasos nos pagamentos ("arrearas"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

PMP	2024	2023	Variação 24/23	
			Valor	%
Prazo (dias)	9	89	-80	-89,9%

Unid: euro

Dívida Vencida (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO				
	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL 127/2012				
	2024			2023	
	90-180 dias	180-365 dias	> 360 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	4.846 €	0 €	4.943 €	9.789 €	24.839 €
2 - Aq. de Capital					
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	4.846 €	0 €	4.943 €	9.789 €	24.839 €
4 - Situações excluídas (n.º 2 art. 4 DL 127/2012)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória					
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor					
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados					
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	4.846 €	0 €	4.943 €	9.789 €	24.839 €

Nota: PAGAMENTOS EM ATRASO são representados pelas contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

Excluem-se deste conceito: as obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória; as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, e os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, conforme estabelece o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2023 (>90 dias) ¹	12.598 €
2 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹	4.869 €
3 - Δ Pagamentos em atraso (2-1)	-7.729 €
4 - Dotações orçamentais em 2024 ²	
5 - Saldo (3+4)	-7.729 €

¹ Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011.

² Apenas aplicável às entidades públicas reclassificadas.

Para feitos desta orientação, considera-se "Atraso no pagamento", o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

A AdP Internacional divulgou durante o exercício de 2024, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do DLEO 2024, no seu sítio na Internet o prazo médio de pagamentos, bem como uma lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis, há mais de 30 dias, atualizada trimestralmente (consultar o link: <http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/deveres-de-informacao/?id=281>).

5. DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA ÚLTIMA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6. DILIGÊNCIAS TOMADAS COM VISTA A SOLUCIONAR AS SITUAÇÕES SUBJACENTES À EMISSÃO DE RESERVAS NA ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Não foram emitidas reservas na última Certificação Legas das Contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

7. REMUNERAÇÕES (APÊNDICE 1)

No Apêndice 1 ao presente Relatório são indicadas as seguintes remunerações dos Órgãos Sociais:

- A) ÓRGÃOS SOCIAIS, CONFIRMANDO A APLICAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS ÀS REMUNERAÇÕES VIGENTES EM 2024 (MESA DA AG, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL/ROC OU FISCAL ÚNICO).

Foi dado cumprimento integral a todas as orientações sobre a política remuneratória contantes da legislação em vigor aplicável ao Setor do Estado, relativas às remunerações vigentes em 2024 dos membros dos Órgãos Sociais da AdP Internacional.

Durante o ano de 2024, a AdP Internacional não atribui prémios de gestão aos órgãos sociais.

- B) AUDITOR EXTERNO, CONFIRMANDO A APLICAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS ÀS REMUNERAÇÕES VIGENTES EM 2024.

No exercício de 2024, não se encontrava designado pela sociedade ou pelo acionista qualquer Auditor Externo.

8. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

No que se refere a:

- A) À NÃO UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO NEM DE OUTROS INSTRUMENTOS DE PAGAMENTO POR GESTORES PÚBLICOS, TENDO POR OBJETO A REALIZAÇÃO DE DESPESAS AO SERVIÇO DA EMPRESA:

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação) no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

B) AO NÃO REEMBOLSO A GESTORES PÚBLICOS DE QUAISQUER DESPESAS QUE CAIAM NO ÂMBITO DO CONCEITO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO PESSOAL:

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação), no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

C) AO VALOR DE DESPESAS ASSOCIADAS A COMUNICAÇÕES, QUE INCLUEM TELEFONE MÓVEL, TELEFONE DOMICILIÁRIO E INTERNET:

Unid: euro

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Carla da Conceição Afonso Correia	80,00	197,07	
António Manuel Vinagreiro Ventura	80,00	198,98	
Andrew Donnelly	80,00	220,28	
		616,33	

D) AO VALOR DE COMBUSTÍVEL E PORTAGENS AFETO MENSALMENTE ÀS VIATURAS DE SERVIÇO:

Unid: euro

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Carla da Conceição Afonso Correia	491,64	623,87	96,39	720,26	
António Manuel Vinagreiro Ventura	442,48	1.470,93	*	1.470,93	
Andrew Donnelly	393,31	1.031,58	*	1.031,58	
				3.222,77	

** existem gastos de 2024 mas ainda não foram reportados pela locadora*

9. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO RJSPE E DO ARTIGO 11.º DO EGP, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A AdP Internacional dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP, não tendo realizado e/ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

10. ELABORAÇÃO (DE TRÊS EM TRÊS ANOS) E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS CONFORME DETERMINA O N.º 2 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade:

http://www.adpinternacional.com/downloads/file207_pt.pdf

16 AD
4 J

II. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE (ANUAL), CONFORME DETERMINA O ARTIGO 7.º DA LEI N.º 62/2017, DE 1 DE AGOSTO, E INDICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ÀS COMISSÕES COMPETENTES, NOS TERMOS CONJUGADOS DO ARTIGO 3.º E DO N.º 3 DO ARTIGO 6.º DO DESPACHO NORMATIVO N.º 18/2019, DE 21 DE JUNHO

A AdP Internacional, reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal manteve o seu compromisso com iGen – Fórum Organizações para a Igualdade reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal e as suas empresas subsidiárias comprometem-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção da parentalidade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a AdP Internacional, realizou o Diagnóstico de Igualdade de Género referente a 2023, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2024, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG.

O Plano para a Igualdade de Género 2024 da AdP Internacional, foi remetido ao SIOE e à CITE.

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2024 encontra-se publicitado no sítio de Internet da AdP Internacional, podendo ser acedido através do seguinte link:
http://www.adpinternacional.com/pt/pessoas/estrategia-de-capital-humano/downloads/file152_pt.pdf.

12. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO NO RESPETIVO SÍTIOS NA INTERNET⁶ DO RELATÓRIO ANUAL⁷ SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (N.º 1 DO ARTIGO 46.º DO RJSPE E ARTIGO 6.º DO REGIME GERAL DA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (RGPC), APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 109-E/2021, DE 9 DE DEZEMBRO)⁸ E DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS E INFRAÇÕES CONEXAS⁹ (ARTIGO 6.º DO RGPC)¹⁰

Dando cumprimento ao disposto no Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), criado através do DL n.º 109-E/2021, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento na prevenção e no combate à corrupção e infrações

conexas, e a utilidade na identificação avaliação e mitigação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da AdP Internacional, encontra-se disponibilizado na internet em http://www.adpinternacional.com/pt/governo-societario/informacao-financieira/plano-de-prevencao-de-risco-de-corrupcao-e-infracoes-conexas/downloads/file182_pt.pdf. Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, em linha com o estabelecido no referido diploma.

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão estar sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, respetivo impacto, probabilidade de ocorrência e classificação, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da Empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º 2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na AdP Internacional, em 04.02.2022, foi revisto no decurso de 2024, aprovada pelo seu Conselho de Administração em 19.01.2024, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

Embora não se encontrem identificados eventos de risco classificados como Elevado ou Muito Elevado no âmbito do PPRCIC, em 2024 foi elaborado o relatório intercalar do qual foi dado conhecimento ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas, procedendo-se à sua publicação no sítio da internet da empresa em http://www.adpinternacional.com/pt/governo-societario/gestao-de-risco-e-controlo-interno/downloads/file197_pt.pdf.

Da avaliação anual do Plano resulta um relatório sobre o seu cumprimento e as situações relativas a atos irregulares conexos com corrupção ocorridos, sendo identificados os controlos não implementados, implementados, mas não eficazes e para os quais são definidos planos para a sua mitigação.

O relatório anual é remetido ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas, procedendo-se também à sua publicitação no sítio de internet em http://www.adpinternacional.com/pt/governo-societario/gestao-de-risco-e-controlo-interno/downloads/file211_pt.pdf.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdP SGPS uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O Grupo AdP reforça assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subscreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

13. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

14. ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

15. EFICIÊNCIA OPERACIONAL, PREVISTA NO N.º 1, 2 E 3 DO ARTIGO 133.º DO DLEO 2023, E EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS, PREVISTA NO N.º 4 E 5 DO ARTIGO 134.º DO DLEO 2024

No quadro seguinte, resumem-se as medidas e os resultados constantes do plano de redução de gastos operacionais, em conformidade com o disposto no artigo 134.º Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, e com o modelo disponibilizado pela DGTF.

	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023		2024/2024 (orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) OMVMC				0,00	0,00%	0,00	0,00%
(2) FSE	2.348.502,00 €	3.306.950,16 €	2.901.437,65 €	-552.935,65	-19,06%	-957.548,16	-28,96%
(3) Gastos com o pessoal	2.071.828,62 €	1.940.503,79 €	2.094.453,95 €	-22.625,33	-1,08%	131.324,83	6,77%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável): ¹	28.134,94 €	44.951,68 €	0,00 €	28.134,94	0,00%	-16.826,74	-37,42%
Acordo Rendimentos (2024)	28.134,94 €	42.457,32 €	0,00 €	28.134,94	0,00%	-14.322,38	-33,73%
Anuidades (ACT)		2.504,36 €		0,00	0,00%	-2.504,36	-100,00%
(5) Gastos operacionais ajustados (1)-(2)+(3)-(4)	4.392.195,68 €	5.201.592,28 €	4.995.891,60 €	-603.695,92	-12,08%	-809.396,60	-15,56%
(6) Volume de negócios	3.812.214,19 €	4.585.852,30 €	5.233.395,11 €	-1.421.180,92	-27,16%	-773.638,11	-16,87%
Vendas	3.812.214,19 €	4.585.852,30 €	5.233.395,11 €	-1.421.180,92	-27,16%	-773.638,11	-16,87%
Prestações de Serviços				0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros Rendimentos que concorrem para o VN (discriminar e fundamentar, se aplicável)				0,00	0,00%	0,00	0,00%
Indemnizações Compensatórias (se aplicável)				0,00	0,00%	0,00	0,00%
(7) Impactos no VN decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Impacto x				0,00	0,00%	0,00	0,00%
Impacto y				0,00	0,00%	0,00	0,00%
(8) Volume de negócios ajustado (6)-(7)	3.812.214,19 €	4.585.852,30 €	5.233.395,11 €	-1.421.180,92	-27,16%	-773.638,11	-16,87%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	1,15 €	1,13 €	0,95 €	19,75	2069,10%	1,79	157,53%

¹ O ano de 2023 corresponde aos valores da DR sem os ajustamentos inerentes ao PAO decorrentes da aplicação do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO 2023.

Informação adicional	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023		2024/2024 (orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	2.071.828,62 €	1.940.503,79 €	2.094.453,95 €	160.223,51	63,88%	101.830,17	32,93%
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	411.024,32 €	309.194,15 €	250.800,81 €	101.830,17	32,93%	0,00	0,00%
ii. (+) Efeito do cumprimento de disposições legais ² (discriminar, se aplicável)				0,00	0,00%	0,00	0,00%
iii. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes do acordo para a melhoria do rendimento (Despacho de 29/12/2023-MF) ³	28.134,94 €	42.457,32 €	27.815,25 €	319,69	1,15%	-14.322,38	-33,73%
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT v. (+) Efeito de Abrebitrismo	25.438,67 €		64.084,33 €	-38.645,66	-60,30%	25.438,67	0,00%
v. (+) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordado)				0,00	0,00%	0,00	0,00%
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	1.659.108,03 €	1.588.852,33 €	1.751.753,56 €	-88.645,53	-5,35%	69.255,70	4,36%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	293.465,78 €	301.346,89 €	330.485,22 €	-37.019,44	-11,20%	-7.881,11	-2,62%
(4) Gastos com ajudas de custo	19.874,37 €	14.470,50 €	14.922,72 €	4.951,65	33,18%	5.403,87	37,34%
(5) Gastos associados à frota automóvel ⁴	198.928,30 €	232.939,79 €	278.481,19 €	-79.552,89	-28,57%	-34.031,49	-14,60%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	36.155,74 €	62.154,42 €	85.673,93 €	-49.518,19	-57,80%	-25.996,68	-41,83%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	548.424,19 €	610.911,60 €	709.563,06 €	-161.138,87	-22,71%	-62.487,41	-10,23%
(8) N.º de Viaturas (operacionais)	24	20	33	-9	-27,27%	4	20,00%
Estrutura	11	11	11	0	0,00%	0	0,00%
Projetos	13	9	22	-9	-40,91%	4	44,44%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%

a) Despacho do Senhor Ministro das Finanças, de 29-12-2023, no âmbito do acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 7 de outubro de 2023.

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

A AdP Internacional apresenta um EBITDA negativo de -715 mil euros (superior face ao registado em 2023), para este facto contribuíram a diminuição do número de oportunidades colocadas nos mercados internacionais, a par de uma alteração na tipologia dos contratos (menos assistências técnicas em O&M), que contribuíram para um resultado global desfavorável, reduzindo significativamente o volume de negócios do sector e consequentemente da AdP Internacional.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos foram inferiores aos registados no período homólogo com uma redução de gastos inferior à redução do Volume de Negócios da Empresa (-27%).

Os gastos com Pessoal foram inferiores aos registados no período homólogo (-1%), refletindo a redução do número de trabalhadores decorrente do final dos projetos de atividade da Empresa. Da aplicação dos ajustamentos decorrentes do cumprimento das disposições legais, resulta um decréscimo superior face ao período homólogo (-5,4%).

Em 2024 verifica-se também como consequência da redução do número de projetos uma redução, face ao período homólogo, dos custos com a frota automóvel em 29%, com a alienação e abate à frota de 9 viaturas em resultado do termino dos projetos do Bengo e do Cunene em Angola e do projeto EAGB na Guiné-Bissau.

De destacar a redução de gastos com deslocações e alojamentos e com estudos, pareceres e consultoria decorrente essencialmente da redução da atividade da Empresa.

Quanto aos gastos com ajudas de custo este aumento deve-se por um lado à alteração da composição dos Órgãos Sociais, e por outro pelo acréscimo de iniciativas comerciais nacionais e internacionais.

16. RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL (ARTIGOS 132.º A 134.º DO DLEO 2024 | DESPACHO, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, DO SENHOR MINISTRO DAS FINANÇAS)

	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS) ¹	4	4	4	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	1	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	14	15	16	-2	-12,50%
<i>Estrutura</i>	13	13	13	0	0,00%
<i>Projeto</i> ²	1	2	3	-2	-66,67%
TOTAL Headcount	19	20	21	-2	-9,52%
<i>Projetos</i> ³	11	7	11	0	0,00%
N.º Trabalhadores/N.º CD	3,75	4	4,25	-0,5	-11,76%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	2.071.828,62 €	1.940.503,79 €	2.094.453,95 €	-22.625,33 €	-1,08%
Massa Salarial Global	2.071.828,62 €	1.940.503,79 €	2.094.453,95 €	-22.625,33 €	-1,08%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do nº de trabalhadores) ¹	2.010.131,62 €	1.940.503,79 €	2.094.453,95 €	-84.322,33 €	-4,03%
Massa Salarial Comparável Empresa ^{b)}	1.308.142,54 €	1.940.503,79 €	1.281.527,02 €	26.615,52 €	2,08%
Massa Salarial Comparável do Grupo					4,60%

^{a)} Aferição do Despacho, de 29-12-2023, do Sr. Ministro das Finanças

^{b)} Para efeitos da comparabilidade entre exercícios, foram apenas considerados os trabalhadores que estão processados nos 12 meses de 2023 e de 2024.

¹ Inclui os Órgãos Sociais que contribuem para a massa salarial. A 31.12.2024 os OS são compostos por 3 Administradores Executivos e o Fiscal Único.

² Trabalhadores da AdP Internacional ou cedidos de Empresas do Grupo AdP.

³ RH temporário, tratando-se de contratos a termo certo, com duração do projeto, para cumprimento da legislação local.

Os projetos da AdP Internacional tem uma natureza transitória, que consistem na gestão de contratos, gestão comercial e inovação de curta duração (com termo fixado nos respetivos contratos).

Os/as trabalhadores/as afetos/as a estes contratos/projetos são "transitórios" na medida em que o vínculo contratual cessa com o término do contrato ou projeto. Acresce que o número de recursos afetos a cada projeto varia ao longo da vida do projeto.

Em 2024 o total dos Gastos com Pessoal incluem os custos com os trabalhadores da Estrutura da AdP Internacional (Sede da AdP Internacional e a Sucursal AdP Angola), e os Expatriados da Sede que estão afetos ou estiveram afetos

16 A
L 80

a projetos durante o ano (1) e os custos com os consultores/peritos afetos aos Projetos (11), nomeadamente nos 2 contratos que em 2024 tiveram atividade em Angola.

Os gastos com Pessoal foram inferiores aos registados no período homólogo, refletindo por um lado o incremento do número de elementos dos órgãos sociais e por outro a redução do número de trabalhadores decorrente do final dos projetos de atividade da Empresa e por último as valorizações remuneratórias obrigatórias.

A massa salarial comparável da Empresa inclui os trabalhadores cujo processamento salarial é realizado na Sucursal de Angola, na moeda local kwanza e na moeda dólar norte-americano, nomeadamente os vencimentos dos Peritos afetos a Projeto, logo sujeitas às flutuações cambiais. Em 2024, o dólar norte-americano valorizou-se em relação ao euro, ao passo que o kwanza deprecou 3,5%.⁴⁷

Em conformidade com o exposto nas Instruções para a elaboração do Relatório e Contas de 2024, apresenta-se o quadro seguinte que expõe o "Movimento de Pessoal em 2024":

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Movimentos de Pessoal em 2024					Situação a 31/12/2024
		Saídas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)**	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5)
Órgãos Sociais (OS) ¹	4						4
Cargos de direção (s/ OS)	1						1
Trabalhadores:	16						16
Assessores	2			1			3
Técnicos Superiores	5	1					4
Técnicos	3	1					2
Técnicos Operativos	3						3
Projeto ²	3	1					2
Total (OS+CD+Trabalhadores)	21	3	0	1	0	0	19
Projetos ³	11						11
Impacto nos gastos com pessoal	-	140.236,00 €	-	9.799,00 €	0,00 €	0,00 €	-130.437,00 €

* Indicar o Despacho autorizador.

** Especificar

¹ Inclui os Órgãos Sociais que contribuem para a massa salarial. A 31.12.2023 os OS são compostos por 3 Administradores Executivos e o Fiscal Único.

² Trabalhadores da AdP Internacional ou cedidos de Empresas do Grupo AdP.

³ RH temporária, tratando-se de contratos a termo certo, com duração do projeto.

Face à natureza transitória dos Projetos, o número total dos RH da Empresa não inclui os trabalhadores com contrato a termo certo, termo incerto ou estágios, afetos a esses projetos, sem prejuízo dos encargos com os mesmos serem incluídos na totalidade das demonstrações financeiras, tal como as restantes componentes de custo dos projetos.

O número de Recursos Humanos da AdP Internacional, composto pelos Órgãos Sociais e trabalhadores da Estrutura, foi inferior ao previsto em 1 trabalhador no PAO de 2024 e inferior em 2 trabalhadores face ao período homólogo.

17. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO RJSPE, ARTIGO 105.º DA LOE 2024 E ARTIGO 91.º DO DLEO 2024)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

⁴⁷ Fonte: Relatório de Evolução do Mercado Cambial 2024 do Banco Nacional de Angola (BNA)

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda duas emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 20 anos e, em 2016 a 12 anos, num total de 225 milhões de euros (capital em dívida no montante de 167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024).

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneo dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2024-2025, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 155, de 4 de dezembro de 2024, do IGCP, para os seguintes serviços:

Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring);

Valores inerentes às operações de financiamento realizadas através de descobertos bancários, sempre que as transferências internas entre empresas do Grupo Ad através das contas bancárias no IGCP não permitam mitigar as necessidades de umas empresas com os excedentes das outras empresas;

Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;

Valores recebidos de clientes através da vertente credora dos débitos diretos, através de referências MB e pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser semanalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;

Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, que não iniciem por “PT50” e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;

Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;

Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa do IGCP não possa satisfazer as necessidades da AdP;

Custódia de títulos que não sejam de dívida pública;

Recebimentos em 2024 de verbas no âmbito de processos de injunção contra clientes e no âmbito de subsídios.

No quadro seguinte apresentam-se os saldos trimestrais da AdP Internacional durante o ano de 2024:

IGCP	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Disponibilidades	339.197,82 €	136.539,49 €	114.978,91 €	96.131,41 €
Aplicações financeiras				
Total	339.197,82 €	136.539,49 €	114.978,91 €	96.131,41 €

Banca Comercial*	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
BCP	2.375,80 €	2.375,80 €	2.375,40 €	2.375,40 €
BPI	118.371,52 €	279.277,86 €	103.269,53 €	57.478,66 €
BNU/CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
BBV	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fomento Angola	876,56 €	841,62 €	841,62 €	841,62 €
BPA Angola	252.824,80 €	171.538,24 €	247.977,59 €	166.080,96 €
OraBank	46.613,98 €	48.599,09 €	41.898,15 €	43.887,48 €
BCA Cabo Verde	11.584,67 €	11.454,30 €	10.932,83 €	10.207,32 €
BKI	966,64 €	1.862,44 €	2.463,42 €	1.746,91 €
CGD	570,84 €	2.408,22 €	2.228,02 €	2.111,59 €
BIS	11.166,44 €	11.158,49 €	10.288,04 €	9.417,93 €
Total	445.351,25 €	529.516,06 €	422.274,60 €	294.147,87 €
Juros auferidos**	3.750,00 €	6.783,33 €	3.566,66 €	5.350,00 €

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

18. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPECTIVO RESULTADO

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

19. DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A AdP Internacional à data de 31 de dezembro de 2024 não excede o número de 500 trabalhadores, pelo que não inclui qualquer quadro da demonstração não financeira.

Apesar de não ser aplicável à empresa, a elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º - B ou 508.º - G do CSA, contendo, no mínimo, a informação indicada no n.º 2 dos mencionados artigos, é apresentada nos capítulos relativos à Sustentabilidade e Capital Humano, do presente Relatório de Gestão e Contas, onde consta a informação mínima requerida.

20. QUADRO DE INFORMAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO NO SÍLIO DA INTERNET DO SEE

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido no Ano (€)
2023-2025	Presidente	AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A	0,00 €	0	0,00 €
2023-2025	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	0,00 €	0	0,00 €
					0,00 €

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	N.A.		vide nota
Caracterização da Empresa	N.A.		vide nota
Função de tutela e acionista	N.A.		vide nota
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	N.A.		vide nota
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.		vide nota
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.		vide nota
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.		vide nota
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.		vide nota
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.		vide nota
Esforço Financeiro Público	N.A.		vide nota
Ficha Síntese	N.A.		vide nota
Informação Financeira reportada aos dois últimos exercícios (DF aprovadas pelo acionista)	N.A.		vide nota
Princípios de Bom Governo	N.A.		vide nota
- Regulamentos Internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.		vide nota
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		vide nota
- Outras transações	N.A.		vide nota
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N.A.		vide nota
Económico	N.A.		vide nota
Social	N.A.		vide nota
Ambiental	N.A.		vide nota
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.		vide nota
Código de ética/Conduta	N.A.		vide nota

A AdP Internacional não divulga informação no sítio da Internet do SEE em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

APÊNDICE 1 1- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido no Ano (€)
2023-2025	Presidente	AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A	0,00 €	0	0,00 €
2023-2025	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	0,00 €	0	0,00 €
					0,00 €

2 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membro do CA (Nome)	Remuneração mensal fixada - EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Vencimento mensal	Remuneração mensal bruta (€) Despesas Representação
Carla da Conceição Afonso Correia	S	C	6.145,48 €	1.966,55 €
António Manuel Vinagreiro Ventura	S	C	6.145,48 €	1.769,90 €
Andrew Donnelly	S	C	5.368,50 €	1.573,24 €

Mandato CA (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	Indicação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data					
2023-2025	Presidente Executiva	Carla da Conceição Afonso Correia	DUE	08.05.2023	S	AdP SGPS	D (AdP)	DUE de eleição	1
2023-2025	Vice-Presidente Executivo	António Manuel Vinagreiro Ventura	DUE	08.05.2023	S	AdP SGPS	D (AdP)	DUE de eleição	1
2023-2025	Vogal Executivo	Andrew Donnelly	DUE	08.05.2023	S	EPAL	D (AdP)	DUE de eleição	1

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º da EGP. Indicar entidade pagadora (O=Origem/D=Destino)

Membro do CA (nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Carla da Conceição Afonso Correia	(identificar)	(identificar)	(Público / Privado)
António Manuel Vinagreiro Ventura	-	-	-
Andrew Donnelly	-	-	-

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual Auferida (€)			
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)
Carla da Conceição Afonso Correia	109.635,32 €	0,00 €	109.635,32 €	5.481,77 €
António Manuel Vinagreiro Ventura	107.275,52 €	0,00 €	107.275,52 €	5.363,78 €
Andrew Donnelly	94.037,88 €	0,00 €	94.037,88 €	4.701,89 €
Total	310.948,72 €	0,00 €	310.948,72 €	15.547,44 €
				295.401,28 €

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento/despesas de representação (sem reduções)

(2) Prémios de Gestão.

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Handwritten signature and date:
5/8

Membro do CA (Nome)	Subsídio de Referência				Benefícios Sociais (€)				
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde		Encargo Anual Seguro de Vida		Outros
			Identificar	Encargo Anual	Identificar	Valor	Identificar	Valor	
Carla da Conceição Afonso Correia	7,6	1.664,40 €	Seg. Social	25.441,67 €	1.458,42 €	1.198,99 €	---	---	
António Manuel Vinagreiro Ventura	7,6	1.565,60 €	Seg. Social	25.101,79 €	1.112,11 €	1.130,47 €	---	---	
Andrew Donnelly	7,6	1.831,60 €	Seg. Social	21.978,13 €	1.730,63 €	865,65 €	---	---	
		5.061,60 €		72.521,59 €	4.301,16 €	3.195,12 €		0,00 €	

Membro do CA (Nome)	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Encargos com Viaturas			Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes (N.º)
				Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo		
Carla da Conceição Afonso Correia	S	S/N	32.992,62 €	[Identificar]	19.07.2018	18.07.2024	2.462,67 €	
Carla da Conceição Afonso Correia	S	S	32.992,62 €	AOV	19.07.2024	18.07.2025	1.812,30 €	7
António Manuel Vinagreiro Ventura	S	S	n.a.	Rent-a-car	18.05.2023	24.06.2024	3.705,00 €	
António Manuel Vinagreiro Ventura	S	S	n.a.	Rent-a-car	25.06.2024	25.09.2025	3.705,00 €	9
Andrew Donnelly	S	S	n.a.	Rent-a-car	18.05.2023	24.06.2024	3.705,00 €	
Andrew Donnelly	S	S	n.a.	Rent-a-car	25.06.2024	25.09.2025	3.705,00 €	9

(1) aquisição, ALD, leasing ou outra

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)				Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras	
Carla da Conceição Afonso Correia	11.837,39 €	1.570,00 €	1.191,37 €	0,00 €	14.598,76 €
António Manuel Vinagreiro Ventura	11.808,48 €	1.570,00 €	1.441,57 €	0,00 €	14.820,05 €
Andrew Donnelly	58,00 €	115,00 €	518,27 €	0,00 €	691,27 €
					30.110,08 €

3 – FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da sociedade é assegurada por um Fiscal Único conforme mapas abaixo:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Identificação SROC/ROC		Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Designação		Data do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
			Nº de inscrição na OROC	Nº de inscrição na SROC			Data	Data			
2019-2021	Fiscal Único Efetivo	PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda (*)	183	20161485	DUE	22.04.2019	30.08.2019	5	5		
2019-2021	Fiscal Único Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	DUE	22.04.2019	-	5	5		
2023-2025 (anos 2024-2025)	Fiscal Único Efetivo	Deloitte & Associados, SROC, Lda. (**)	43	20161389	DUE	30.04.2024	15.07.2024	1	1		
2023-2025 (anos 2024-2025)	Fiscal Único Suplente	João Carlos Henriques Gomes Ferreira	1129	20160741	DUE	30.04.2024	-	1	1		

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

(*) Representado por José Bizarro Duarte, OROC, nº 1957, CMVM n.º 20200003

(**) Representado por Dra. Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, OROC, nº 1496, CMVM n.º 161106

Nome ROC/FU	Contrato de Prestação de Serviços		Serviços Adicionais	
	Valor Anual €	Identificação do Serviço	Valor Anual €	Identificação do Serviço
PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda (*)	2.793,90 €	Revisão Legal das Contas	-	-
Deloitte & Associados, SROC, Lda. (**)	8.827,36 €	Revisão Legal das Contas	-	-

(*) Representado por José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957, CMVM n.º 20200003 - valor anual corresponde ao período 01/01/2024 a 30/04/2024

(**) Representado por Dra. Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, OROC nº 1496, CMVM n.º 20161106 - valor anual corresponde ao período 01/05/2024 a 31/12/2024

A AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. não contratou, no exercício de 2024, serviços de Auditoria Externa Independente.

Handwritten signature and initials

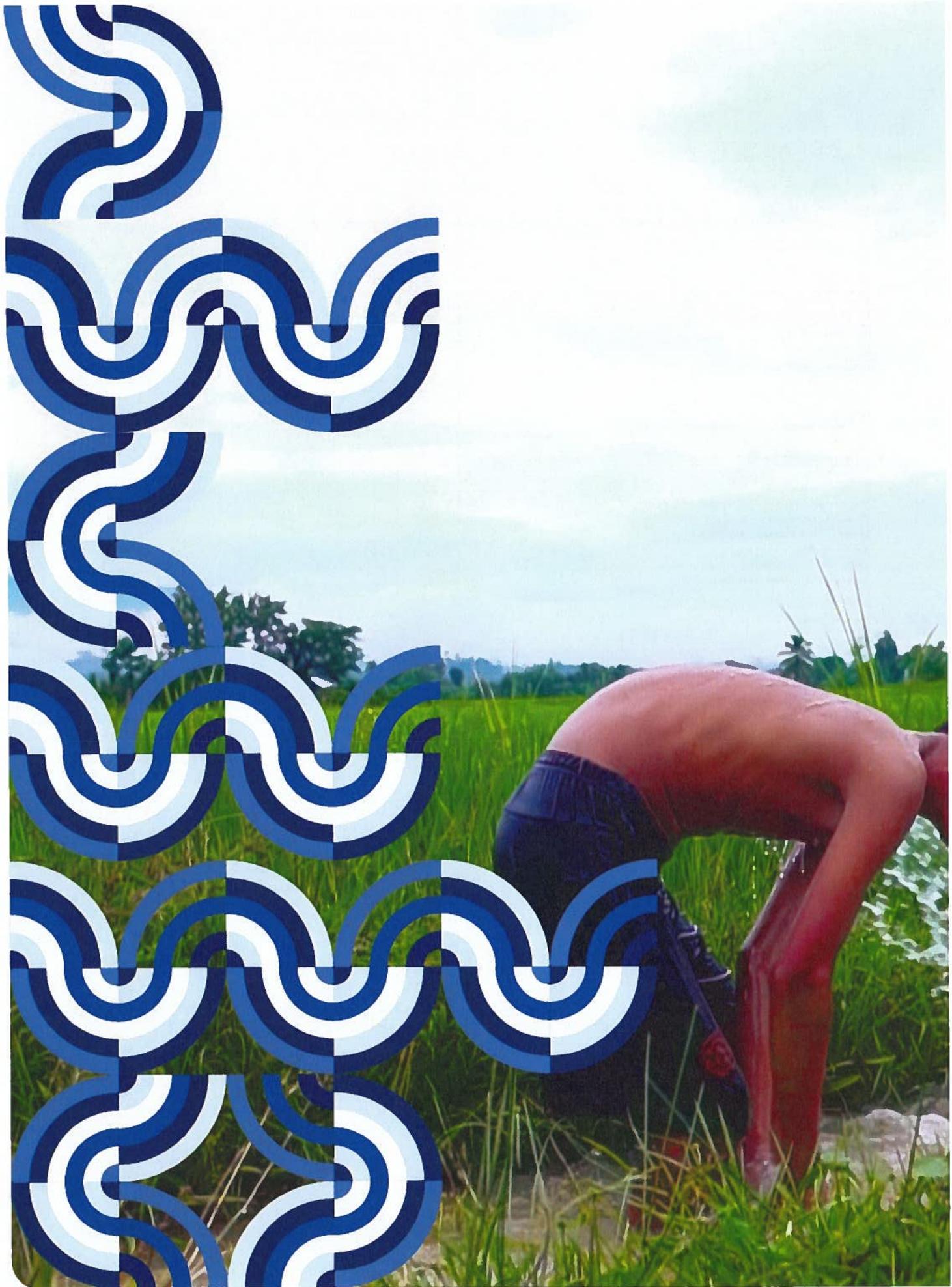
APÊNDICE 2

A AdP Internacional deu integral cumprimento às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

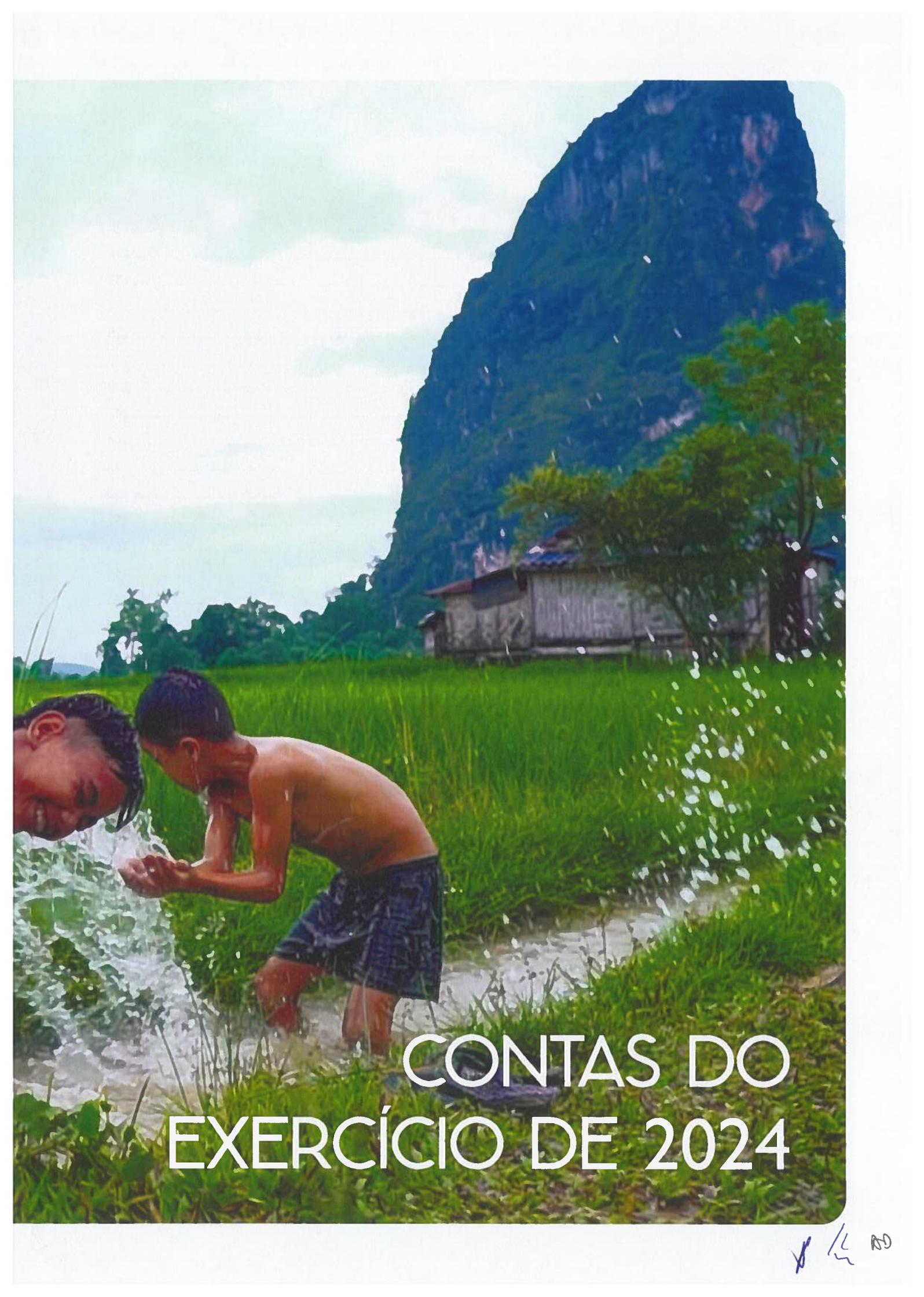
Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objectivos de Gestão ^(a)			Ver Ponto 1.a) do COL
Eficiência Operacional	S		2
Rácio do Resultado Operacional vs Volume de Negócios	S		3
Internacionalização	N.A.		Indicador não avaliável em 2024
Satisfação dos Clientes	S		1
Reforço cultura da AdP Internacional e do Grupo AdP	S		3
Manifestações de Interesse e Propostas apresentadas pela Empresa	S		3
Controle da execução dos Projetos em Curso	S		3
Metas a atingir constantes no PAO 2024			
Investimento	N.A.		Ver Ponto 1.c) do COL
Nível de endividamento	N.A.		Ver Ponto 1.b) do COL
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.		Ver Ponto 1.e) do COL
Gestão do Risco Financeiro	S	6,68%	Ver Ponto 2 do COL
Límites de Crescimento do Endividamento	S	-34,35%	Ver Ponto 3 do COL
Evolução do PMP a fornecedores	S	-80 dias	Ver Ponto 4 do COL
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	9789,04	Ver Ponto 4 do COL
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação ...	N.A.		Ver Ponto 5 do COL
Reservas emitidas na última CLC			
Reserva ...	N.A.		Ver Ponto 6 do COL
Remunerações/honorários			Ver Ponto 7 do COL e Apêndice I do R&C 2024
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2024 - -5%	S	15.547,44 €	Ver Ponto 7 do COL
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Ver Ponto 8.a) do COL
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Ver Ponto 8.b) do COL
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Ver Ponto 8.c) do COL
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Ver Ponto 8.d) do COL
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ver Ponto 9 do COL
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	http://www.adpinternacional.com/downloads/file107_pt.pdf	Ver Ponto 10 do COL e Relatório de Sustentabilidade do Grupo
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	http://www.adpinternacional.com/pt/governo-societario/informacao-finaceira/plano-de-prevencao-de-risco-de-corrupcao-e-infracao-conexa/downloads/file182_pt.pdf	Ver ponto 12 do COL e www.adpinternacional.com
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		Ver ponto 13 do COL
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		Ver ponto 13 do COL
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		Ver ponto 13 do COL
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	N.A.		Ver ponto 14 do COL
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		Ver ponto 15 do COL
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	96.131,41 €	Ver ponto 17 do COL
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	294.147,87 €	Ver ponto 17 do COL
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0,00 €	Ver ponto 17 do COL
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)	N.A.		Ver ponto 18 do COL
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	http://www.adpinternacional.com/pt/peessoas/estrategia-de-capital-humano/downloads/file152_pt.pdf	Ver ponto 11 do COL
Apresentação da demonstração não financeira	S		Ver ponto 19 do COL

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.



00 / 4
21

A photograph capturing a joyful moment between a man and a young boy in a rural setting. They are standing in a lush green field, splashing water. The boy is shirtless and wearing dark shorts, leaning forward as water splashes around him. The man is partially visible on the left, also splashing water. In the background, there is a large, steep, rocky mountain peak under a cloudy sky. A small, rustic wooden house is nestled at the base of the mountain. The overall scene is vibrant and evokes a sense of nature and community.

CONTAS DO
EXERCÍCIO DE 2024

Índice

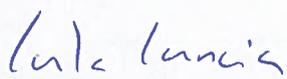
Demonstração da Posição Financeira	135
Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral	136
Demonstração das Variações do Capital Próprio	137
Demonstração dos fluxos de caixa	138
Notas às demonstrações financeiras	139
1. Informação geral	139
2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas	139
3. Novas normas e alteração de políticas	141
4. Políticas de gestão do risco financeiro	144
5. Ativos fixos tangíveis	148
6. Investimentos financeiros em subsidiárias	150
7. Empréstimos a empresas do Grupo	152
8. Clientes	157
9. Outros ativos correntes	159
10. Caixa e equivalentes de caixa	161
11. Capital próprio	161
12. Provisões, ativos e passivos contingentes	162
13. Empréstimos	165
14. Fornecedores e outros passivos correntes	168
15. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9	170
16. Rédito de contratos com clientes	171
17. Fornecimentos e serviços externos	174
18. Gastos com pessoal	175
19. Amortizações, depreciações e reversões do exercício	177
20. Outros gastos operacionais	177
21. Outros rendimentos operacionais	178
22. Gastos financeiros	178
23. Rendimentos financeiros	178
24. Imposto sobre o rendimento	179
25. Saldos e transações com partes relacionadas	182
26. Informações exigidas por diploma legal	184
27. Eventos subsequentes	185

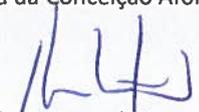


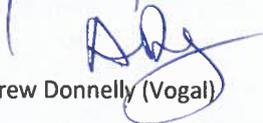
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo fixo tangível	5	70 876	164 133
Ativos sob direito de uso		703	-
Investimentos financeiros em subsidiárias	6	5 002	5 002
Empréstimos a empresas do Grupo	7	269 557	521 175
Outros ativos financeiros		10 908	10 908
Impostos diferidos ativos	24	1 671 402	1 526 203
Total do Ativo não corrente		2 028 448	2 227 421
Ativo corrente			
Empréstimos a empresas do Grupo	7	100 267	102 550
Clientes	8	2 676 931	3 518 246
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	29 608	32 523
Outros ativos correntes	9	176 251	245 760
Caixa e equivalentes de caixa	10	392 219	522 166
Total do Ativo corrente		3 375 276	4 421 245
Total do Ativo		5 403 724	6 648 666
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	11	175 000	175 000
Reservas	11	175 087	175 087
Resultados transitados	11	(184 597)	(184 597)
Resultado líquido do exercício	11	(1 087 682)	(1 293 322)
Total do Capital próprio		(922 192)	(1 127 832)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	12	482 779	758 398
Empréstimos de empresas do Grupo	13	2 610 000	-
Passivos da locação		242	-
Total do Passivo não corrente		3 093 021	758 398
Passivo corrente			
Empréstimos de empresas do Grupo	13	135 799	4 274 293
Passivos da locação		234	-
Fornecedores e outros passivos correntes	14	3 096 862	2 743 807
Total do Passivo corrente		3 232 895	7 018 100
Total do Passivo		6 325 916	7 776 498
Total do Passivo e do Capital Próprio		5 403 724	6 648 666

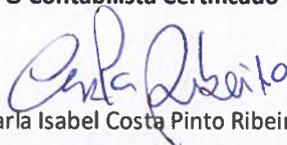
O Conselho de Administração


Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente)


António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura (Vice-Presidente)


Andrew Donnelly (Vogal)

O Contabilista Certificado


Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Rédito de contratos com clientes	16	3 812 214	5 233 395
Fornecimentos e serviços externos	17	(2 348 502)	(2 901 438)
Gastos com pessoal	18	(2 071 829)	(2 094 454)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	19	(93 277)	(144 920)
Provisões e reversões do exercício	12	295 938	(615 307)
Perdas por imparidade e reversões do exercício	12	(506 886)	-
Outros gastos e perdas operacionais	20	(290 608)	(1 541 827)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	21	183 727	519 121
Resultados operacionais		(1 019 223)	(1 545 430)
Gastos financeiros	22	(195 474)	(264 309)
Rendimentos financeiros	23	5 350	6 362
Resultados financeiros		(190 124)	(257 947)
Resultados antes de impostos		(1 209 347)	(1 803 377)
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	(23 534)	(57 148)
Imposto diferido	24	145 199	567 203
Resultado líquido do exercício		(1 087 682)	(1 293 322)
Resultado por ação (básico e diluído)	11	(31,08)	(36,95)

O Conselho de Administração



Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente)



António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura (Vice-Presidente)



Andrew Donnelly (Vogal)

O Contabilista Certificado

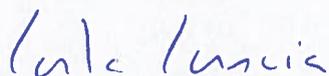


Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

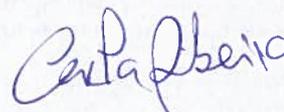
	Capital social	Reserva legal	Reserva cambial	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldos 31 dezembro 2022	175 000	35 303	139 784	(502 440)	317 843	165 490
Aplicação do resultado de 2022	-	-	-	317 843	(317 843)	-
Resultado líquido do exercício de 2023	-	-	-	-	(1 293 322)	(1 293 322)
Saldos 31 dezembro 2023	175 000	35 303	139 784	(184 597)	(1 293 322)	(1 127 832)
Aplicação do resultado de 2023	-	-	-	(1 293 322)	1 293 322	-
Quinhua do resultado líquido de 2023	-	-	-	1 293 322	-	1 293 322
Resultado líquido do exercício de 2024	-	-	-	-	(1 087 682)	(1 087 682)
Saldos 31 dezembro 2024	175 000	35 303	139 784	(184 597)	(1 087 682)	(922 192)

O Conselho de Administração

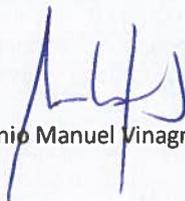


Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente)

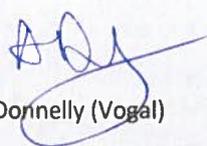
O Contabilista Certificado



Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura (Vice-Presidente)

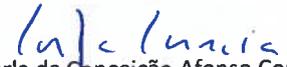


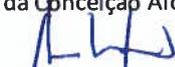
Andrew Donnelly (Vogal)

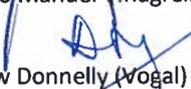
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	8	4 733 261	5 320 563
Pagamentos a fornecedores		(2 650 011)	(2 927 847)
Pagamentos ao pessoal		(1 986 708)	(2 045 974)
Fluxo gerado pelas operações		96 542	346 742
Pagamentos do Imposto sobre o rendimento		(19 079)	(84 080)
Outros Recebimentos / (Pagamentos) relativos à atividade operacional		187 195	(109 323)
Fluxo gerado por outras atividades operacionais		168 116	(193 403)
Fluxo de atividades operacionais		264 658	153 339
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		41 913	-
Juros e rendimentos similares		1 530	5 919
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento		43 443	5 919
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos concedidos a Empresas do Grupo	9	(13 999)	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento		(13 999)	-
Fluxo das atividades de investimento		29 444	5 919
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Cobertura de prejuízos	11	1 293 322	-
Empréstimos obtidos	13	930 000	2 850 000
Fluxo dos Recebimentos de atividades de financiamento		2 223 322	2 850 000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	13	(2 455 000)	(2 905 000)
Capital de passivos da locação		-	(6 936)
Juros e gastos similares		(194 358)	(272 216)
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento		(2 649 358)	(3 184 152)
Fluxo das atividades de financiamento		(426 036)	(334 152)
Variação de caixa e seus equivalentes		(131 934)	(174 894)
Caixa e seus equivalentes no início do período			
	10	522 166	704 676
Variação cambial			
		1 987	(7 616)
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
	10	392 219	522 166
Variação de caixa e seus equivalentes		(131 934)	(174 894)

O Conselho de Administração


Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente)


António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura (Vice Presidente)


Andrew Donnelly (Vogal)

O Contabilista Certificado


Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÃO GERAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. (adiante designada também por Empresa ou AdP Internacional), com sede na Rua Visconde Seabra, n.º 3, 5.º piso, em Lisboa, foi constituída em 25 de janeiro de 2001.

É acionista da AdP Internacional a AdP – Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. com 100% do Capital Social.

1.2 ATIVIDADE ECONÓMICA

A Empresa foi constituída no decurso da aprovação do novo modelo organizativo do Grupo Águas de Portugal, com o propósito de realizar atividades no âmbito da gestão, manutenção e exploração de serviços públicos e outros, nomeadamente de sistemas de captação, tratamento, adução, reserva e distribuição de água para consumo público e outros afins, e de recolha, tratamento, rejeição e reciclagem de efluentes urbanos, industriais e outros, e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, e noutros sectores das indústrias do ambiente, no mercado internacional.

A Empresa tem sucursais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

1.3 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 26 de março de 2025. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “*International Financial Reporting Interpretations Committee*” (“IFRIC”) ou pelo anterior “*Standing Interpretations Committee*” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2024.

As informações materiais sobre as políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdP Internacional foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e

assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, nomeadamente o apoio financeiro da sócia única, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras

2.2 CONVERSÃO CAMBIAL

2.2.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdP Internacional, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdP Internacional e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 TRANSAÇÕES E SALDOS

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdP Internacional de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.2.3 COTAÇÕES UTILIZADAS

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

País	Moeda	31.12.2024		31.12.2023	
		médio	final	médio	final
Angola	Kwanza	949,45	947,48	759,55	930,96
Cabo Verde	Escudo C.V.	110,27	110,27	110,27	110,27
Moçambique	Meticais	68,37	65,73	68,49	69,87
Guiné-Bissau	Franco CFA ocidental	655,957	655,957	655,957	655,957
São Tomé e Príncipe	Dobra São Tomense	24,5	24,5	24,5	24,5
E.U.A.	USD	1,08	1,04	1,08	1,11

Fonte: Banco de Portugal

2.3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdP Internacional são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 6.2 - Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias
- Nota 7.2 - Imparidade para ativos financeiros
- Nota 12.2 - Provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 24.2 - Impostos diferidos

2.4 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS

3.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentada nos comparativos.



3.2 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2024

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emendas à norma IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com "covenants"	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes, analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com <i>covenants</i> clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente. A data de aplicação das emendas foi adiada para 1 de janeiro de 2024.	1 de janeiro de 2024
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – Passivo de locação numa transação de venda e relocação	Esta emenda publicada pelo IASB clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda.	1 de janeiro de 2024
Emenda às normas IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa - e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros Divulgações – <i>Supplier Finance Arrangements</i>	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou " <i>reverse factoring</i> "), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

3.3 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2025 e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

- **Já endossadas pela EU**

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.	1 de janeiro de 2025

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2024, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

- **Ainda não endossadas pela UE**

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.	1 de janeiro de 2026
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.	1 de janeiro de 2026
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.	1 de janeiro de 2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	Esta norma substitui a norma IAS 1, inclui requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras para as entidades que reportam de acordo com IFRS.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.	1 de janeiro de 2027

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, a Empresa encontra-se em fase de identificação dos impactos para as demonstrações financeiras decorrentes da sua futura adoção.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

4.1 FATORES DE RISCO

As atividades da AdP Internacional estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro e risco de taxa de câmbio). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP Internacional e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração.

A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2 RISCO DE MERCADO

4.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da AdP Internacional advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdP Internacional ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdP Internacional ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdP Internacional.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

	31.12.2024	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros (gastos) à taxa variável	(183 376)	(34 825)	34 825

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

4.2.2 RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A exposição ao risco de câmbio da AdP Internacional corresponde essencialmente à operação desenvolvida pela sucursal em Angola. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP Internacional. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando entenda ser necessário. A AdP Internacional apresenta saldos denominados em moeda estrangeira, expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda, sem que tal se justifique.

4.3 RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP Internacional pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP Internacional efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito junto do acionista que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP Internacional por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

2024	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos do acionista	140 504	2 809 964	-

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de liquidez (Milhares euros)	Valor do plafond disponível	Valor do plafond usado	Valor do plafond não usado
Suprimentos (AdP SGPS)	4 000	(2 610)	1 390
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3 000	(110)	2 890
	7 000	(2 720)	4 280

O objetivo da AdP SGPS (empresa-mãe da AdP Internacional) em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Suprimentos obtidos (Grupo)	13	2 610 000	4 000 000
Apoios de tesouraria obtidos (Grupo)	13	110 000	245 000
Disponibilidades	10	(392 219)	(522 166)
Endividamento líquido		2 327 781	3 722 834
Total do capital próprio		(922 192)	(1 127 832)
Capital		(922 192)	(1 127 832)
Dívida / total do capital		(2,52)	(3,30)

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da AdP Internacional assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, nos empréstimos do acionista e no capital próprio.

4.4 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP Internacional. A AdP Internacional está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

4.4.1 CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos por serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

A composição da carteira de clientes da Empresa tem 2 naturezas: (i) grandes clientes industriais e outras entidades; e (ii) empresas do Grupo AdP.

i. Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se tratam de clientes institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

ii. Empresas do Grupo AdP:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado baixo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

31.12.2024

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades		TOTAL (Nota 8)
	Outras entidades	Empresas do Grupo	
Risco	Médio	Baixo	
Exposição bruta	1 842 951	1 838 319	3 681 270
Imparidade	-	(1 004 339)	(1 004 339)
Exposição líquida	1 842 951	833 980	2 676 931

31.12.2023

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades		TOTAL (Nota 8)
	Outras entidades	Empresas do Grupo	
Risco	Médio	Baixo	
Exposição bruta	2 342 290	1 939 026	4 281 316
Imparidade	-	(763 070)	(763 070)
Exposição líquida	2 342 290	1 175 956	3 518 246

4.4.2 CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2024 e 2023, sem ter em consideração qualquer colateral

Ativos financeiros bancários	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Depósitos à ordem	10	390 279	520 226
Rating	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
A	a)	155 358	-
A-	a)	2 112	53 815
BBB+		2 375	286 689
BBB		-	687
BBB-		-	2 499
não disponível	b)	230 434	176 536
		390 279	520 226

AD
154

detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em fevereiro de 2025.

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 inclui depósitos à ordem junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. no montante de 96.131 Euros e 52.718 Euros, respetivamente.
- (b) Corresponde aos depósitos à ordem das sucursais em instituições financeiras nos respetivos países (Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde).

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado de forma linear por duodécimos em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados na quantia escriturada do ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são as seguintes:

Naturezas	Vida útil (anos)
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5-10

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os

anos da sua utilização pela AdP Internacional. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

5.2 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Equipamento de transporte	68 899	156 926
Equipamento administrativo	1 977	7 207
	70 876	164 133

AD
1/1
1/1

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31.12.2023			Depreciações do exercício (Nota 19)	Alienações e abates		31.12.2024		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido		Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento de transporte	596 058	(439 132)	156 926	(88 027)	(194 343)	194 343	401 715	(332 816)	68 899
Equipamento administrativo	133 796	(126 589)	7 207	(5 230)	-	-	133 796	(131 819)	1 977
	729 854	(565 721)	164 133	(93 257)	(194 343)	194 343	535 511	(464 635)	70 876

	31.12.2022			Depreciações do exercício (Nota 19)	31.12.2023		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido		Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento de transporte	596 058	(309 326)	286 732	(129 806)	596 058	(439 132)	156 926
Equipamento administrativo	133 796	(118 349)	15 447	(8 240)	133 796	(126 589)	7 207
	729 854	(427 675)	302 179	(138 046)	729 854	(565 721)	164 133

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM SUBSIDIÁRIAS

6.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a AdP Internacional tem controlo. A AdP Internacional controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controlo é transferido para a AdP Internacional. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controlo cessa.

A AdP Internacional aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos ou incorridos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pela AdP Internacional. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição independentemente da existência e interesses que não controlam. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

As subsidiárias são reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira da AdP Internacional na data da obtenção de controlo ou influência significativa, ou de negociação ou da contratação, que é a data em que a AdP Internacional se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Na transição as participações financeiras foram reconhecidas de acordo

com o custo presumido ou custo considerado, ou seja pelo valor que foi transposto das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior normativo naquela data, em alternativa ao custo de aquisição.

No momento inicial, as subsidiárias são reconhecidas pelo custo de aquisição acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da AdP Internacional ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a AdP Internacional tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a AdP Internacional tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O reconhecimento de dividendos é registado em resultados na data em que estes forem declarados.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas por as suas demonstrações financeiras e das suas subsidiárias serem integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da acionista da Empresa – AdP SGPS.

Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias

Os investimentos financeiros em subsidiárias são analisados à data de cada Demonstração da Posição Financeira de forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável da participação financeira é avaliado. Sempre que a quantia escriturada de uma participação financeira excede a quantia recuperável, é reduzida até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. A quantia recuperável das participações financeiras em subsidiárias e associadas corresponde ao maior entre o valor de uso e o valor de venda. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

6.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, nomeadamente a geração de resultados líquidos negativos consecutivos por parte das subsidiárias. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor das participações financeiras e, subsidiárias e associadas implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Face à intenção da AdP Internacional manter as participações financeiras e de não ter a intenção de venda, para as subsidiárias que consecutivamente geram resultados líquidos negativos a AdP Internacional assume que a quantia recuperável corresponde ao valor do capital próprio dessas subsidiárias.

6.3 DETALHE E MOVIMENTO

	31.12.2024	31.12.2023
AdP Timor	5 002	5 002
Aquatec	-	-
	5 002	5 002

O detalhe dos investimentos financeiros em subsidiárias em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Subsidiária	Sede	% de Capital Detido	Moeda	Capital Social	Capital Próprio	Resultado líquido
AdP Timor Leste, Unipessoal, Lda.	Timor-Leste	100%	USD	5 000	(1 208 721)	(1 087 682)
Aquatec, Lda.	Maputo - Moçambique	100%	MZN	2 476 580	(69 503 422)	(710 511)

A informação financeira das subsidiárias em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

7. EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO

7.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito, títulos de dívida pública, crédito a clientes e a empresas do Grupo (suprimentos).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdP Internacional determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdP Internacional não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AdP Internacional valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros pelo custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdP Internacional recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdP Internacional no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A AdP Internacional reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AdP Internacional se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes”, “Empréstimos a empresas do Grupo” e “Outros ativos financeiros”, a AdP Internacional aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AdP Internacional não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdP Internacional decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

7.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As perdas por imparidade para empréstimos a subsidiárias são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. Os empréstimos a empresas do Grupo, face à sua natureza, o risco de imparidade é reduzido. Contudo, apresentando as subsidiárias capitais próprios negativos, a imparidade constituída reflete a perspetiva de recuperação futura líquida de passivos a liquidar pela Empresa às subsidiárias, e corresponde essencialmente à exposição da Empresa nas subsidiárias. Neste sentido não foram efetuadas análises de sensibilidade.

7.3 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe de Empréstimos a Empresas do Grupo é como segue:

	NOTA	31.12.2024			31.12.2023		
		Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Suprimentos:							
. AdP Timor		1 888 003	100 000	1 988 003	1 888 003	100 000	1 988 003
. Aquatec		1 230 052	-	1 230 052	1 216 053	-	1 216 053
		3 118 055	100 000	3 218 055	3 104 056	100 000	3 204 056
Juros corridos		-	267	267	-	2 550	2 550
		3 118 055	100 267	3 218 322	3 104 056	102 550	3 206 606
Imparidade	12	(2 848 498)	-	(2 848 498)	(2 582 881)	-	(2 582 881)
		269 557	100 267	369 824	521 175	102 550	623 725

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe da alocação da imparidade por subsidiária é como segue:

	31.12.2024			31.12.2023		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
AdP Timor	1.988.003	(1.618.446)	369.557	1.988.003	(1.373.859)	614.144
Aquatec	1.230.052	(1.230.052)	-	1.216.053	(1.209.022)	7.031
	3.218.055	(2.848.498)	369.557	3.204.056	(2.582.881)	621.175

O movimento ocorrido nos Empréstimos a empresas do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi como segue:

	31.12.2024			31.12.2023		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	3 104 056	100 000	3 204 056	3 104 056	100 000	3 204 056
Utilização do crédito	13 999	-	13 999	-	-	-
Saldo final	3 118 055	100 000	3 218 055	3 104 056	100 000	3 204 056

8. CLIENTES

8.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos Clientes, consultar divulgações na nota 7.1.

8.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As perdas por imparidade para clientes são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

8.3 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe dos Clientes é como segue:

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Empresas do Grupo		1 838 319	1 810 894
Clientes nacionais		-	93 551
Clientes internacionais		1 842 951	2 096 689
		3 681 270	4 001 134
Ativos contratuais - Estimativa de serviços a faturar	b)	-	280 182
		3 681 270	4 281 316
Imparidade	12; a)	(1 004 339)	(763 070)
		2 676 931	3 518 246

AD

(a) Em 31 de dezembro de 2024 a imparidade corresponde às subsidiárias AdP Timor - 596.283 Euros e Aquatec - 408.056 Euros (166.787 Euros em 31 de dezembro de 2023).

(b) Esta rubrica corresponde ao rédito por prestação de serviços no âmbito de contratos com clientes, que apesar de não ter sido faturado corresponde a *performance obligations* executadas (serviços prestados e ainda não faturados).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a antiguidade da dívida de Clientes era a seguinte:

31.12.2024

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades								
Tipologia de clientes	Outras entidades				Empresas do Grupo				
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição líquida total
Não vencida	146 366	-	0,0%	146 366	3 917	-	0,0%	3 917	150 283
Vencida até 180 dias	384 069	-	0,0%	384 069	2 401	-	0,0%	2 401	386 470
Vencida há mais de 180 dias	1 312 516	-	0,0%	1 312 516	1 832 001	(1 004 339)	-54,8%	827 662	2 140 178
	1 842 951	-	0,0%	1 842 951	1 838 319	(1 004 339)	-54,6%	833 980	2 676 931

31.12.2023

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades								
Tipologia de clientes	Outras entidades				Empresas do Grupo				
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição líquida total
Não vencida	924 088	-	0,0%	924 088	147 047	-	0,0%	147 047	1 071 135
Vencida até 180 dias	1 255 669	-	0,0%	1 255 669	30 960	-	0,0%	30 960	1 286 629
Vencida há mais de 180 dias	162 533	-	0,0%	162 533	1 761 019	(763 070)	-43,3%	997 949	1 160 482
	2 342 290	-	0,0%	2 342 290	1 939 026	(763 070)	-39,4%	1 175 956	3 518 246

AO
A/L
L

O movimento ocorrido nos saldos de balanço relacionados com contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi como segue:

Contratos com clientes - Saldos balanço						
	NOTA	Cientes (sem Empresas do Grupo)	Ativos / (Passivos) contratuais (Notas 14 e 16)	Acréscimos de gastos (Nota 14)	Imparidade (sem Empresas do Grupo)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2 204 827	2 787 004	(55 217)	(1 461 900)	3 474 714
Rédito reconhecido	16	-	5 233 395	-	-	5 233 395
Faturação emitida		7 740 217	(7 740 217)	-	-	-
						(5 320)
Recebimentos		(5 320 563)	-	-	-	563)
Crédito abatido		(1 461 900)	-	-	1 461 900	-
Reconhecimento de imposto industrial						
Angolano	20	(363 551)	-	(124 228)	-	(487 779)
Reconhecimento de diferenças cambiais	20 e 21	(608 790)	-	(85 798)	-	(694 588)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2 190 240	280 182	(265 243)	-	2 205 179
Rédito reconhecido	16	-	3 812 214	-	-	3 812 214
Faturação emitida		4 469 413	(4 469 413)	-	-	-
						(4 733)
Recebimentos		(4 733 261)	-	-	-	261)
Reconhecimento de imposto industrial						
Angolano	20	(244 595)	-	42 973	-	(201 622)
Reconhecimento de diferenças cambiais	20 e 21	161 154	-	64 015	-	225 169
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1 842 951	(377 017)	(158 255)	-	1 307 679

Handwritten signature and initials.

9. OUTROS ATIVOS CORRENTES

9.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos Outros ativos correntes, consultar divulgações na nota 7.1.

9.2 DETALHE

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe dos Outros ativos correntes é como segue:

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Outras contas a receber	i)	110 488	97 306
Encargos diferidos	ii)	25 663	99 579
Estado e outros entes públicos	iii)	40 100	48 875
		176 251	245 760

i) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo na rubrica "outras contas a receber" inclui 95.536 euros a receber da subsidiária AdP Timor.

	31.12.2024	31.12.2023
Despesas a redebitar a subsidiárias	34 424	21 262
Outras contas a receber	76 064	76 044
	110 488	97 306

ii) Encargos diferidos

	31.12.2024	31.12.2023
Seguros	19 759	44 179
Pagamento antecipado de serviços	5 904	55 400
	25 663	99 579

iii) Estado e outros entes públicos

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o Valor Acrescentado		36 657	45 432
Outras tributações		3 443	3 443
		40 100	48 875

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

10.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

10.2 DETALHE

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Numerário	1 940	1 940
Depósitos à ordem	390 279	520 226
	392 219	522 166

11. CAPITAL PRÓPRIO

11.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado

apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

11.2 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da AdP Internacional, está representado por 35.000 ações no montante de 5 Euros cada, e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela AdP, SGPS, seu único acionista.

11.3 RESULTADO LÍQUIDO E RENDIMENTO INTEGRAL POR AÇÃO

O resultado líquido de 2023, correspondente a um prejuízo no montante de 1.293.322 Euros, conforme Deliberação Unânime do Acionista por escrito de 30 de abril de 2024, foi quinoadado.

12. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

12.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdP Internacional divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da Empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

12.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

12.3 DETALHE E MOVIMENTO

	31.12.2024	31.12.2023
Resultado líquido do exercício	(1 087 682)	(1 293 322)
Número de ações	35 000	35 000
Resultado por ação	(31,08)	(36,95)

	31.12.2024	31.12.2023
Rendimento integral	(1 087 682)	(1 293 322)
Número de ações	35 000	35 000
Rendimento integral por ação	(31,08)	(36,95)

O movimento ocorrido nas Provisões e Imparidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	NOTA	31.12.2023	Reforço	Atualização cambial	Reversão	31.12.2024
Imparidade:						
. Empréstimos a empresas do Grupo	7.3	2 582 881	265 617	-	-	2 848 498
. Clientes	8.3	763 070	241 269	-	-	1 004 339
		3 345 951	506 886	-	-	3 852 837
Provisões:						
. Multas e penalidades	(a)	615 307	-	20 319	(295 938)	339 688
. Outras provisões	(b)	143 091	-	-	-	143 091
		758 398	-	20 319	(295 938)	482 779
		4 104 349	506 886	20 319	(295 938)	4 335 616

	NOTA	31.12.2022	Reforço	Utilização	31.12.2023
Imparidade:					
. Empréstimos a empresas do Grupo	7.3	2 582 881	-	-	2 582 881
. Clientes	8.3	2 224 970	-	(1 461 900)	763 070
		4 807 851	-	(1 461 900)	3 345 951
Provisões:					
. Processos judiciais		80 000	-	(80 000)	-
. Multas e penalidades	(a)	-	615 307	-	615 307
. Outras provisões	(b)	143 091	-	-	143 091
		223 091	615 307	(80 000)	758 398
		5 030 942	615 307	(1 541 900)	4 104 349

(a) No âmbito do fecho dos projetos Bengo e Cunene, em setembro de 2023 a Empresa foi notificada pelo cliente de aplicação de penalidades contratuais no montante global de 679,914 USD. A Administração deliberou recorrer judicialmente destas penalidades sendo a expectativa de sucesso inferior a 50%. Em 2024, decorrente de várias reuniões ocorridas e esclarecimentos prestados pela Empresa o cliente reverteu a penalidade aplicada previamente ao projeto Cunene.

(b) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa tem reconhecida uma provisão no montante global de 116.091 Euros, para fazer face ao disposto no nº 9, artigo 115º, do Decreto-Lei nº 84/2019, de 28 de junho, relativo aos rendimentos de OT's Angolanas que foram reembolsadas em 2022. As OT's Angolanas foram recebidas como pagamento de faturas vencidas emitidas pela AdP Internacional em anos anteriores ao Estado Angolano.

Garantias

Os compromissos financeiros e as responsabilidades da Empresa que não figuram na Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam-se do seguinte modo:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, existem garantias prestadas pela Empresa no montante de 50.000 Euros que estão avalizadas pela AdP SGPS.

13. EMPRÉSTIMOS

13.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros pelo custo amortizado.

	31.12.2024	31.12.2023
Garantias técnicas	640 691	1 089 036
Garantias financeiras	50 000	50 000
	690 691	1 139 036

A categoria "Passivos financeiros pelo custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos" e "Fornecedores e outros passivos correntes". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdP Internacional apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros pelo custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos do Grupo são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AdP Internacional liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

AD
Y 1/4

13.2 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe dos Empréstimos é como segue:

	31.12.2024			31.12.2023		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos do acionista AdP SGPS:						
. Suprimentos	2 610 000	-	2 610 000	-	4 000 000	4 000 000
. Apoios de tesouraria	-	110 000	110 000	-	245 000	245 000
	2 610 000	110 000	2 720 000	-	4 245 000	4 245 000
Juros corridos	-	25 799	25 799	-	29 293	29 293
	2 610 000	135 799	2 745 799	-	4 274 293	4 274 293

Os suprimentos correspondem a empréstimos com maturidade contratada superior a um ano, e os apoios de tesouraria correspondem a empréstimos reembolsáveis num prazo inferior a um ano. Os suprimentos e os apoios de tesouraria são remunerados com juros.

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2024			31.12.2023		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	-	4 274 293	4 274 293	3 300 000	1 014 655	4 314 655
Reclassificação de não corrente para corrente	4 000 000	(4 000 000)	-	(4 000 000)	4 000 000	-
Obtenção de empréstimos		930 000	930 000	700 000	2 150 000	2 850 000
Reembolso de capital de empréstimos	(1 390 000)	(1 065 000)	(2 455 000)	-	(2 905 000)	(2 905 000)
Varição na especialização de juros	-	(3 494)	(3 494)	-	14 638	14 638
Saldo final	2 610 000	135 799	2 745 799	-	4 274 293	4 274 293

Em 2024 o suprimento renovou automaticamente pelo prazo de dois anos.

Empréstimos por maturidade

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os Empréstimos apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro e por maturidade de reembolso de capital:

Taxa de juro variável	31.12.2024	31.12.2023
Até 1 ano	110 000	4 245 000
De 1 a 2 anos	2 610 000	-
De 2 a 3 anos	-	-
De 3 a 4 anos	-	-
De 4 a 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	-	-
	2 720 000	4 245 000

Justo valor

Os empréstimos obtidos correspondem a empréstimos concedidos pelo acionista em 2024 e 2023, remunerados a taxas de juro que correspondem a condições de mercado, pelo que se considera que o justo valor dos empréstimos obtidos corresponde aproximadamente ao custo amortizado contabilizado em 31 de dezembro de 2024.

14. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS CORRENTES

14.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a AdP Internacional adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores e outros passivos correntes" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

14.2 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe dos Fornecedores e outros passivos correntes é como segue:

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores gerais		9 790	24 839
Outras contas a pagar	i)	1 405 936	1 400 476
Acréscimos de gastos	ii)	1 173 116	1 255 581
Passivos contratuais - faturação antecipada de serviços prestados	8	377 017	-
Estado e outros entes públicos	iii)	131 003	62 911
		3 096 862	2 743 807

i) Outras contas a pagar

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Recebimentos de clientes não afetos/por identificar		259 215	259 215
Outros credores	a)	1 146 721	1 141 261
		1 405 936	1 400 476

(a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 inclui o saldo a liquidar à subsidiária AdP Timor (1.136.057 Euros).

ii) Acréscimos de gastos

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Férias e subsídio de férias a pagar ao pessoal		179 572	245 471
Perdas cambiais relativas a faturas a clientes	8	47 158	111 173
Imposto angolano relativas a faturas a clientes	8	111 097	154 070
Imposto sobre o Valor Acrescentado (Angola)	b)	378 991	265 197
Serviços diversos prestados por fornecedores e não faturados		429 191	467 188
Formação		22 921	8 221
Outros acréscimos de gastos		4 186	4 261
		1 173 116	1 255 581

(b) Corresponde ao IVA aplicado em Angola às faturas a emitir à Empresa pela sucursal AdP Angola e que não é recuperável.

iii) Estado e outros entes públicos

	31.12.2024	31.12.2023
Segurança Social	25 675	22 549
Retenções de imposto efetuadas a terceiros	29 155	29 268
Outras tributações	76 173	11 094
	131 003	62 911

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2024)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Empréstimos a empresas do Grupo	369 824		369 824
Clientes	2 676 931		2 676 931
Outros ativos financeiros	10 908		10 908
Caixa e equivalentes de caixa	392 219		392 219
Total do ativo	3 449 882	-	3 449 882
Empréstimos		2 745 799	2 745 799
Fornecedores		9 790	9 790
Total do passivo	-	2 755 589	2 755 589

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2023)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Empréstimos a empresas do Grupo	623 725		623 725
Clientes	3 518 246		3 518 246
Outros ativos financeiros	10 908		10 908
Caixa e equivalentes de caixa	522 166		522 166
Total do ativo	4 675 045	-	4 675 045
Empréstimos		4 274 293	4 274 293
Fornecedores		24 839	24 839
Total do passivo	-	4 299 132	4 299 132

16. RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

16.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AdP Internacional. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdP Internacional avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdP Internacional efetua a sua melhor estimativa.

Na prestação de serviços efetuadas pela AdP Internacional, o rédito é reconhecido durante a vida do contrato em função da percentagem de acabamento, a qual é determinada através do quociente entre os custos incorridos e os custos estimados para executar cada contrato.

16.2 DETALHE

O Rédito de contratos com clientes reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 detalha-se da seguinte forma por geografia e projeto:

Mercado geográfico / Projeto	Cliente	Financiador	Valor do contrato	Divisa	Início	Fim	Rédito reconhecido (Nota 8)		Ativos / (Passivos) contratuais (Nota 8)	
							31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Angola:										
Serviços de gestão, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água da Província da Huíla	Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Mundial	5 609 920	USD	jun/21	maí/25	1 962 176	1 185 091	195 026	63 135
Consultoria em gestão de projetos do MINEA	Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Europeu de Investimento	2 993 276	EUR	dez/21	maí/25	861 581	520 200	(187 006)	(83 901)
Outros							106 052	2 978 992	-	790 485
							2 929 809	4 684 283	8 020	769 719
Cabo Verde:										
Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental	318 750	EUR	out/22	dez/24	63 917	48 617	(203 756)	(267 671)
Apoio à implementação do Plano Operacional de Gestão de Resíduos Urbanos de S. Antão	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental	149 000	EUR	out/22	dez/24	19 684	8 955	(2 627)	(64 148)
Projeto piloto de economia circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de águas e valorização de recursos para fins agrícolas	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental	425 000	EUR	fev/22	dez/24	49 337	8 055	(269 791)	(319 128)
.Outros							-	26 901	21 745	21 745
							132 938	92 528	(454 429)	(629 202)

Handwritten signature and initials

Mercado geográfico / Projeto	Cliente	Financiador	Valor do contrato	Divisa	Início	Fim	Rédito reconhecido (Nota 8)		Ativos / (Passivos) contratuais (Nota 8)	
							31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Moçambique:										
Desenho de quadros regulatórios das sociedades comerciais e respetivo regime sancionatório	AURA - Autoridade Reguladora de Águas, IP	Fundo Ambiental	149 810	EUR	out/23	mar/25	85 454	-	(19 414)	-
Assistência técnica no âmbito da regulação das sociedades comerciais	AURA - Autoridade Reguladora de Águas, IP	Fundo Ambiental	84 980	EUR	out/23	mar/25	55 328	-	(4 158)	-
							140 782	-	(23 572)	-
Outras geografias/ Outros projetos:										
Bali - Reforma no setor da água	Working Unit Direction of Water Supply		399 963	USD	ago/24	dez/24	371 538	-	-	-
Timor - Consultoria para o desenvolvimento de um estudo tarifário para o setor da água	RPG - Regulation Reformance and Governance, Lda.		174 920	USD	ago/24	dez/25	88 318	-	75 724	-
Grenada - Climate-resilient Water Sector - Consultancy in water resource management and water utility management	GFA Consulting Group GmbH	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)	130 865	EUR	set/21	dez/24	31 661	13 751	(1 912)	591
Outros							117 168	442 833	19 152	139 074
							608 685	456 584	92 964	139 665
							3 812 214	5 233 395	(377 017)	280 182

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

17.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Locações

As locações nas quais a Empresa é locatária são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação a Empresa reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Nos contratos de locação em que a Empresa é locatária e cujos ativos subjacentes tenham um valor de aquisição estimado inferior a 5.000 USD (como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos - Rendas e alugueres".

17.2 DETALHE

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os Fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Serviços especializados		1 240 134	1 378 646
Cedência de espaço		124 891	124 891
Materiais		33 984	5 036
Energia e fluídos		21 837	29 212
Deslocações, estadas e transportes		294 850	335 123
Despesas de representação		49 989	124 205
Conservação e reparação		220 356	386 811
Comunicação		10 650	50 871
Rendas e alugueres	a)	190 073	293 210
Seguros		43 925	71 440
Serviços diversos		117 813	101 993
		2 348 502	2 901 438

(a) O detalhe dos pagamentos da locação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Total de pagamentos da locação	31.12.2024	31.12.2023
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	249	6 936
Contabilizadas como despesa em resultados	190 073	293 210
	190 322	300 146

A atividade da AdP Internacional não é, na maioria das situações, comparável entre anos, tendo em conta os projetos em curso em cada um dos exercícios, particularmente no que respeita à sua natureza e dimensão (e consequentemente dos recursos alocados). A redução verificada nesta rubrica é justificada essencialmente por: projetos terminados em 2023 (Bengo, Cunene e Guiné-Bissau) que implica uma redução generalizada nos gastos essencialmente em serviços especializados, materiais e conservação e reparação.

18. GASTOS COM PESSOAL

18.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os benefícios a curto prazo dos empregados e os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga, participação nos lucros e bónus (se pagáveis dentro de doze meses após o final do período) e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) relativos aos empregados correntes, e o seu pagamento é expectável que ocorra num prazo máximo de 12 meses.

A Empresa reconhece um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios.

18.2 DETALHE

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os Gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

	31.12.2024	31.12.2023
Remunerações dos Órgãos sociais	314 995	250 801
Remunerações do pessoal	1 409 866	1 539 873
Indeminizações	18 353	-
Encargos sobre as remunerações	211 522	207 551
Seguros	64 219	53 459
Gastos de ação social	1 225	1 918
Outros gastos com o pessoal	51 649	40 852
	2 071 829	2 094 454

Remunerações dos Órgãos Sociais

	31.12.2024	31.12.2023
Conselho de Administração	302 270	244 022
Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único	12 725	6 779
	314 995	250 801

Número de pessoas ao serviço da empresa:

Natureza	Número médio		Final do ano	
	2024	2023	2024	2023
Conselho de Administração	3	3	3	3
Trabalhadores efetivos	16	36	15	27
	19	39	18	30

Nota: Nos OS não está a ser considerado o Fiscal Único que releva para o headcount da Empresa.

19. AMORTIZAÇÕES, DEPRECIAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as Amortizações, depreciações e reversões têm o seguinte detalhe:

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Ativos fixos tangíveis	5	93 257	138 046
Ativos sob direito de uso		20	6 874
		93 277	144 920

20. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os Outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Impostos:			
. Imposto industrial retido em Angola	8	201 622	487 779
. Imposto sobre o Valor Acrescentado em Angola		199 043	64 259
. Outros impostos e taxas		464	525
Diferenças de câmbio desfavoráveis/(favoráveis):			
. Em rédito de contratos com clientes	8	(187 199)	732 259
. Em provisões	12	20 319	-
. Outras perdas cambiais		30 867	202 138
Multas e penalidades contratuais		1 862	3 732
Outros gastos e perdas		23 630	51 135
		290 608	1 541 827

89
A / 1.1

21. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os Outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Diferenças de câmbio favoráveis:			
. Em rédito de contratos com clientes	8	37 970	37 671
. Outros ganhos cambiais		32 648	401 528
Mais-valias na alienação de ativos fixos tangíveis		50 454	-
Outros rendimentos e ganhos		62 655	79 922
		183 727	519 121

22. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os Gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Juros suportados de empréstimos de empresas do Grupo		183 376	253 052
Juros suportados de passivos da locação		1	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis / (favoráveis)		299	(17 721)
Juros de mora		3	19
Comissões bancárias		3 315	27 147
Outros gastos e perdas de financiamento		8 480	1 812
		195 474	264 309

23. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os Rendimentos financeiros correspondem a juros obtidos por empréstimos concedidos a subsidiárias.

Handwritten signature/initials

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

24.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A AdP Internacional encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável.

A AdP Internacional é tributada à taxa de 21% (20% a partir de 1 de janeiro de 2025), acrescida da taxa de derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a Empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A Empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da Demonstração da Posição Financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdP Internacional seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

24.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas. A Lei do Orçamento de Estado de 2023 alterou o regime de dedutibilidade dos prejuízos fiscais reportáveis, tendo sido eliminada a limitação temporal. Neste sentido a Empresa passou a registar os ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais reportáveis por utilizar.

24.3 DETALHE E MOVIMENTO

O saldo de imposto sobre o rendimento a receber em 31 de dezembro de 2024 e 2023 tem a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Estimativa de imposto do exercício	(23 534)	(46 901)
Pagamentos por conta de imposto sobre o rendimento	14 069	41 891
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	39 073	37 533
Imposto a receber	29 608	32 523

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a carga fiscal registada tem a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Estimativa de imposto do exercício	23 534	46 901
Insuficiência de imposto de anos anteriores	-	10 247
Imposto diferido	(145 199)	(567 203)
Carga fiscal	(121 665)	(510 055)
Resultado antes de impostos	(1 209 347)	(1 803 377)
Taxa efetiva de imposto	10,06%	28,28%

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é como segue:

	2024			2023		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos	(1 209 347)			(1 803 377)		
Taxa nominal de imposto (*)		20,00%	(241 869)		21,00%	(378 709)
Imposto esperado		20,00%	(241 869)		21,00%	(378 709)
Diferenças permanentes:						
. Multas e coimas	1 865	-0,03%	373	3 451	-0,04%	725
. Amortizações	25 349	-0,42%	5 070	29 602	-0,34%	6 216
. Benefícios fiscais	(102 862)	1,70%	(20 572)			
. Outros		0,00%	-	(4 051)	0,05%	(851)
Utilização líquida de reforço de provisões e imparidade temporariamente não aceite, sem ativos por impostos diferidos constituídos	210 949	-3,49%	42 190	(926 593)	10,79%	(194 585)
Redução da taxa de impostos diferidos		-5,76%	69 610		0,00%	-
Acertos de imposto corrente de anos anteriores		0,00%	-		-0,57%	10 247
Tributação autónoma		-1,95%	23 534		-2,60%	46 901
Imposto sobre o rendimento estimado no exercício		10,06%	(121 665)		28,28%	(510 055)

Conforme indicado na Nota 24.1 a Empresa regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

Em 31 de dezembro de 2024 a AdP Internacional tem prejuízos fiscais reportáveis para os quais tem ativos por impostos diferidos contabilizados, conforme segue:

Ano de geração do prejuízo fiscal reportável	Valor do prejuízo	Imposto
2015	118 280	23 657
2016	679 024	135 805
2017	475 920	95 184
2019	171 192	34 238
2020	1 796 259	359 252
2023	4 042 283	808 457
2024	1 074 046	214 809
	8 357 004	1 671 402

A Lei do Orçamento de Estado de 2023 alterou o regime de dedutibilidade dos prejuízos fiscais reportáveis, tendo sido eliminada a limitação temporal. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis em cada período de tributação fica limitada a 65% do lucro tributável. Neste sentido a Empresa registou os ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis.

25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2024 as partes relacionadas da AdP Internacional são as seguintes:

- . AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (empresa-mãe);
- . Entidades detidas pela AdP Internacional (AdP Timor e Aquatec);
- . Outras entidades do Grupo AdP;
- . Membros do Conselho de Administração da AdP Internacional;
- . Membros do Conselho de Administração da AdP SGPS.

25.2 SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos com partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo				Passivo			Total líquido
	Empréstimos a empresas do Grupo	Clientes	Outros ativos correntes	Total	Empréstimos de empresas do Grupo	Fornecedores e outros passivos correntes	Total	
31.12.2024								
Total de saldo da rubrica	369 824	2 676 931	110 488	3 157 243	2 745 799	2 588 842	5 334 641	(2 177 398)
AdP SGPS	-	2 400	-	2 400	2 745 799	10 298	2 756 097	(2 753 697)
Aquatec (*)	-	19 787	-	19 787	-	19 787	19 787	-
AdP Timor (*)	369 824	810 924	129 789	1 310 537	-	1 207 220	1 207 220	103 317
AdP Valor	-	-	-	-	-	55 015	55 015	(55 015)
Águas do Vale do Tejo	-	869	-	869	-	-	-	869
Total de saldos Intra-grupo	369 824	833 980	129 789	1 333 593	2 745 799	1 292 320	4 038 119	(2 704 526)
Total de saldos fora de grupo	-	1 842 951	(19 301)	1 823 650	-	1 296 522	1 296 522	527 128

(*) Saldos líquidos de imparidade

31.12.2023	Ativo				Passivo			Total líquido
	Empréstimos a empresas do Grupo	Cientes	Outros ativos correntes	Total	Empréstimos de empresas do Grupo	Fornecedores e outros passivos correntes	Total	
Total de saldo da rubrica	623 725	3 518 246	97 306	4 239 277	4 274 293	2 680 896	6 955 189	(2 715 912)
AdP SGPS	-	128 132	-	128 132	4 274 293	14 433	4 288 726	(4 160 594)
Aquatec (*)	7 031	261 055	-	268 086	-	19 786	19 786	248 300
AdP Timor (*)	616 694	786 768	116 627	1 520 089	-	1 136 057	1 136 057	384 032
AdP Valor	-	-	-	-	-	56 725	56 725	(56 725)
EPAL	-	-	-	-	-	9 719	9 719	(9 719)
Total de saldos intra-grupo	623 725	1 175 955	116 627	1 916 307	4 274 293	1 236 720	5 511 013	(3 594 706)
Total de saldos fora de grupo	-	2 342 291	(19 321)	2 322 970	-	1 444 176	1 444 176	878 794

(*) Saldos líquidos de imparidade

25.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Ano 2024	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas operacionais	Outros rendimentos e ganhos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros	Total
Total de saldo da rubrica	(2 348 502)	(290 608)	183 727	(195 474)	5 350	(2 645 507)
AdP SGPS	(92 656)	(1 500)	-	(183 376)	-	(277 532)
AdP Timor	(140 090)	-	34 424	-	5 350	(100 316)
AdP Valor	(124 891)	-	-	-	-	(124 891)
EPAL	9 719	-	-	-	-	9 719
Águas do Tejo Atlântico	(87)	-	-	-	-	(87)
Total de transações intra-grupo	(348 005)	(1 500)	34 424	(183 376)	5 350	(493 107)
Total de transações fora de grupo	(2 000 497)	(289 108)	149 303	(12 098)	-	(2 152 400)

Handwritten signature or initials in the bottom right corner.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as transações com partes relacionadas foram as seguintes:

Ano 2023	Rédito de contratos com clientes	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas operacionais	Outros rendimentos e ganhos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros	Total
Total de saldo da rubrica	5 233 395	(2 901 438)	(1 541 827)	519 121	(264 309)	6 362	(4 182 091)
AdP SGPS	128 132	(80 513)	(1 500)	-	(253 053)	-	(335 066)
AdP Timor	-	-	-	70 981	-	6 362	77 343
AdP Valor	-	(136 191)	-	-	-	-	(136 191)
Águas do Norte	-	(3 113)	-	-	-	-	(3 113)
Águas da Região de Aveiro	-	(10 627)	-	-	-	-	(10 627)
EPAL	-	(22 791)	-	-	-	-	(22 791)
Águas do Tejo Atlântico	-	(514)	-	-	-	-	(514)
Águas de Santo André	-	(357)	-	-	-	-	(357)
Total de transações intra-grupo	128 132	(254 106)	(1 500)	70 981	(253 053)	6 362	(431 316)
Total de transações fora de grupo	5 105 263	(2 647 332)	(1 540 327)	448 140	(11 256)	-	(3 750 775)

26. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMA LEGAL

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66º, 324º, 397º e 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei nº 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

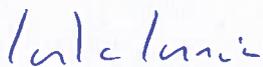
- Em obediência ao disposto no nº 2 do artigo 324º do CSC informa-se que a Empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou, até ao momento, qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- Em obediência ao disposto no nº 4 do artigo 397º do CSC informa-se que, no decorrer de 2024, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e os membros dos seus órgãos sociais;
- Em obediência ao disposto no artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de setembro, informa-se que a Empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024, da retenção na fonte de descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2025, nos prazos legais.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas.

Lisboa, 26 de março de 2025

O Conselho de Administração



Carla da Conceição Afonso Correia

(Presidente)



António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura

(Vice Presidente)



Andrew Donnelly

(Vogal)

O Contabilista Certificado



Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

ANEXO III - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Aos Acionistas da
AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. ("Entidade"), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

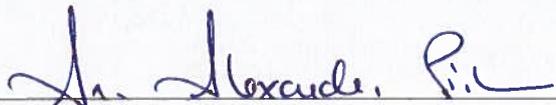
Acompanhámos a evolução da atividade e os negócios da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações dos resultados por naturezas e do rendimento integral, das variações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o correspondente anexo, os quais foram preparados a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia. Adicionalmente, procedemos a uma revisão do Relatório de Gestão do exercício de 2024, preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída, e emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas, e contém dois parágrafos de outras matérias.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção "Outras matérias" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionista.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 30 de abril de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direccionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

ANEXO IV - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

**AdP - Águas de Portugal Internacional,
Serviços Ambientais, S.A.**

**Demonstrações Financeiras em 31 de
dezembro de 2024 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. ("Entidade"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 5.403.724 Euros e um total de capital próprio negativo de 922.192 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.087.682 Euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora as participações financeiras tenham sido registadas pelo método do custo, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito de consolidação integral das subsidiárias. Conforme indicado na Nota 6 do Anexo, ao abrigo do nº 3 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado através do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, a Entidade encontra-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas.



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam os demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981 020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas datada de 15 de abril de 2024, não inclui reservas ou ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

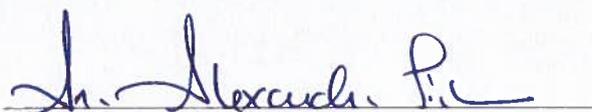
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de abril de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106